



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Anne Egidio

A violência fundante: parâmetros para uma escuta do trauma nas relações raciais, a partir
das contribuições de Sándor Ferenczi

Mestrado em Psicologia Clínica

São Paulo
2024

Anne Egidio

A violência fundante: parâmetros para uma escuta do trauma nas relações raciais, a partir
das contribuições de Sándor Ferenczi

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção do
título de MESTRE em **Psicologia Clínica**, sob
a orientação da Prof.^a Dr.^a **Rosa Maria Tosta**.

São Paulo

2024

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

E29 Egidio, Anne
A violência fundante: parâmetros para uma escuta do trauma nas relações raciais, a partir das contribuições de Sándor Ferenczi. / Anne Egidio. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
119p. ; 21 x 29,7 cm.

Orientadora: Rosa Maria Tosta.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica.

1. Violência racista. 2. Trauma. 3. Corpo negro. 4. Desmentido, Letramento. I. Tosta, Rosa Maria . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica. III. Título.

CDD 150

Anne Egidio

A violência fundante: parâmetros para uma escuta do trauma nas relações raciais, a partir
das contribuições de Sándor Ferenczi

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção do
título de MESTRE em **Psicologia Clínica**, sob
a orientação da Prof.^a Dr.^a **Rosa Maria Tosta**.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Tosta (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Paula Regina Peron

Prof.^a Dr.^a Cristiane Curi Abud

Dedico este trabalho a todos os meus ancestrais que, de forma absurdamente violenta, foram lançados a um destino sombrio, cruzaram o oceano e desembocaram aqui, onde araram este chão, com lágrimas, suor e sangue!

Não obstante ao sofrimento e à dor lancinante a que foram submetidos, transmitiram a mim e a cada um de seus descendentes uma forma de amor e resistência que nos conduziu a avançar intrepidamente, em busca de um destino que apontasse, sobretudo, para a dignidade humana!

À vovó Izabel Margarida da Conceição, que nascida em 13 de maio 1873, produziu-me a primeira inquietação – ainda na fase escolar, lá na primeira infância, quando comecei a aprender sobre a escravidão no Brasil –, eu me indagava sobre qual teria sido o percurso de vovó, que de tão sombrio, preferiu silenciar-se.

Aos meus pais, Benedicto Egídio e Benedicta Sebastiana Egídio, *in memoriam*, por terem me restituído a dignidade a cada insulto racista recebido na escola ou na rua.

Asè!

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rosa Maria Tosta, por sua disponibilidade e pela orientação sensível.

Às Professoras Doutoras Cris Abud, pelas conversas incentivadoras e divertidas, e Paula Peron, pelas importantes sugestões em minha banca de qualificação.

Às companheiras de orientação e de percurso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP (Núcleo Método Psicanalítico e Formação da Cultura), pela possibilidade de trocas.

À Suely Rolnik e aos colegas do Núcleo Estudos da Subjetividades pelo acolhimento, trocas e risos.

Aos meus pais, Benedicto Egídio e Benedicta Sebastiana Egídio (*in memoriam*), pela não denegação, pelo testemunho, sempre que me foi necessário, diante das violências do racismo, bem como pelo acolhimento que me fizeram chegar até aqui.

Às minhas filhas, Sheyla e Vivian, ao meu filho, Maurício Pazz e aos meus amados netos Lucca Rizzi, Pedro Salmaso e Vitor Salmaso, pela compreensão ante minha menor presença em suas vidas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa

À toda minha ancestralidade.

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala em terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala.

Lélia Gonzalez (2020, p. 77-78).

RESUMO

EGÍDIO, A. **A violência fundante**: parâmetros para uma escuta do trauma nas relações raciais, a partir das contribuições de Sándor Ferenczi. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

O presente estudo busca trazer à tona não somente aspectos da violência fundante deste país – marcada por quase quatro séculos de extermínio dos povos originários e africanos e de seus descendentes – mas também seus efeitos deletérios na sociedade e, por consequência, no psiquismo do sujeito negro, pensados sob a perspectiva da teoria do trauma. Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal encontrar nas teorias psicanalíticas, tanto de Freud quanto de Ferenczi, sobretudo neste último, caminhos possíveis para responder se a violência racista e suas repercussões traumáticas no psiquismo do sujeito negro podem, efetivamente, serem lidas sob a ótica da teoria do trauma proposta por Sándor Ferenczi. Adotou-se o método psicanalítico para a fundamentação teórica desta pesquisa, fazendo-se necessário trazer o aporte teórico de autores(as) negras e negros – não só da área da Psicanálise, mas de áreas diversas que serão descritas mais adiante – e também a contribuição de autoras brancas, que além de abordarem o tema em seus escritos, contribuíram, ainda, com a teoria ferencziana sob este mesmo contexto. A pesquisa se pautou em estudos teóricos, mas também se deu de forma heurística, não podendo se furtar da vivência e escuta da pesquisadora enquanto sujeito negro em uma sociedade racista. Para tanto, inicialmente, serão tratados os aspectos históricos da fundação do Brasil, a partir daquilo que caracterizou momentos históricos relevantes, no entanto, agora atravessados pelo desmentido, ou seja: um não descobrimento (invasão), uma não independência, uma não república (golpe), uma não abolição e uma pós-abolição (inconclusa), fatos estes que corroboraram para que se criasse o mito da democracia racial, uma espécie de “faz de conta”, nos moldes do processo primário, a fim de que se pudesse operar o “eu sei, mas mesmo assim”. Posteriormente, tratar-se-á da parte teórica do trauma, a partir de Freud; avançando, ter-se-á como eixo principal a teoria ferencziana do trauma, a fim de demonstrar como este está presente na clínica psicanalítica decolonial, na qual se pode escutar o sofrimento oriundo da violência racial, bem como testemunhar os seus efeitos no psiquismo de pacientes pretos e pardos. Em seguida, há que se falar em corpo negro, destacando aspectos como esquema corporal e imagem do corpo nas concepções de Dolto e de Fanon, assim como as feridas narcísicas e possíveis cicatrizações. Por fim, discorrer-se-á acerca da concepção do termo letramento, com o intuito de avançar um pouco naquilo que foi apresentado pela presente pesquisadora como projeto (incubado de 2016 a 2018) para um dos eixos do trabalho que deu origem ao Grupo de Trabalho (estudo, pesquisa e intervenção) “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento”, desenvolvido junto ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Conceito este que, por seu aspecto polissêmico, aponta para um afrouxamento no pacto da branquitude, de acordo com o que foi consignado por Bento (2022), esgarçando, por via de consequência, o tecido do pacto denegativo preconizado por René Kaës (2014).

Palavras-chave: Violência racista. Trauma. Corpo negro. Desmentido. Letramento.

ABSTRACT

EGÍDIO, A. **Founding violence:** Parameters for listening to trauma in race relations, based on the contributions of Sándor Ferenczi. 2024. 119 p. Dissertation (Master degree in Clinical Psychology) - Postgraduate Program in Clinical Psychology, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2024.

The present study seeks to bring to light not only aspects of the founding violence of this country – marked by almost four centuries of extermination of native and African peoples and their descendants – but also its deleterious effects on society and, consequently, on the psyche of the black subject. , thought from the perspective of trauma theory. Thus, this research has as main objective to find in the psychoanalytic theories, both of Freud and Ferenczi, especially the latter, possible ways to answer whether racist violence and its traumatic repercussions on the psyche of the black subject can, effectively, be read from the perspective of the trauma theory proposed by Sándor Ferenczi. The psychoanalytic method was adopted for the theoretical foundation of this research, making it necessary to bring the theoretical contribution of black authors – not only from the area of Psychoanalysis, but from different areas that will be described later – and also the contribution from white authors, who, in addition to addressing the topic in their writings, also contributed to Ferenczian theory in this same context. The research was based on theoretical studies, but it was also carried out in a heuristic way, not being able to avoid the experience and listening of the researcher as a black subject in a racist society. To this end, initially, the historical aspects of the founding of Brazil will be addressed, based on what characterized relevant historical moments, however, now crossed by denial, that is: a non-discovery (invasion), a non-independence, a non-republic (coup), a non-abolition and a post-abolition (inconclusive), facts that corroborated the creation of the myth of racial democracy, a kind of “make-believe”, along the lines of the primary process, so that it could be operate the “I know, but still”. Subsequently, we will deal with the theoretical part of trauma, based on Freud; Moving forward, the main axis will be the Ferenczian theory of trauma, in order to demonstrate how this is present in the decolonial psychoanalytic clinic, in which one can listen to the suffering arising from racial violence, as well as witness its effects on the psyche of black and brown patients. Next, we must talk about the black body, highlighting aspects such as body schema and body image in the conceptions of Dolto and Fanon, as well as narcissistic wounds and possible scarring. Finally, we will discuss the conception of the term literacy, with the aim of advancing a little in what was presented by the present researcher as a project (incubated from 2016 to 2018) for one of the axes of the work that gave rise to the Group of Work (study, research and intervention) “The color of malaise: from the invisibility of trauma to literacy”, developed together with the Department of Psychoanalysis of the Sedes Sapientiae Institute. This concept, due to its polysemic aspect, points to a loosening of the pact of whiteness, in accordance with what was stated by Bento (2022), consequently fraying the fabric of the negative pact advocated by René Kaës (2014).

Keywords: Racist violence. Trauma. Black body. Denied. Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A VIOLÊNCIA FUNDANTE.....	27
1.1 Independência: antônimo de liberdade.....	28
1.1.1 Pátria-mãe gentil para uns e pátria-mãe tantalizante para outros	29
1.2 Abolição inconclusa ou liberdade teórica	32
1.2.1 Sem voz ou sem escuta?	36
1.3 A cultura brasileira: mitos e os seus entre parênteses.....	38
1.4 Vozes que ecoam em nós	41
2 SOBRE AS TEORIAS DO TRAUMÁTICO	44
2.1 O trauma em Sigmund Freud.....	46
2.2 O trauma em Sándor Ferenczi: suas contribuições para se pensar trauma e violência racial.....	51
2.3 Sándor Ferenczi: contribuições para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência racista	55
2.4 A clivagem e a busca inconsciente por um “ideal de ego branco”	57
2.5 Confusão de línguas	60
2.6 Os efeitos psíquicos da violência racista: do desmentido ao reconhecimento	62
2.7 O acolhimento a uma violência racista	66
3 O CORPO NEGRO.....	70
3.1 Fanon e Dolto: esquema corporal e imagem do corpo	74
3.2 Corpo negro, um corpo construído em terceira pessoa.....	78
3.3 Feridas ou queloides narcísicos?	80
4 LETRAMENTO EM PSICANÁLISE: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	86
4.1 Letramento... de onde você tirou isso?	87
4.2 Um desnude à linguagem!	92
4.3 Considerações sobre a linguagem em Freud	94
4.4 Considerações sobre a linguagem em Ferenczi	95
4.5 Psicanálise, racismo e letramento: por uma metapsicologia possível	98
4.6 O que as palavras transportam?	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa ao qual chegamos – violência racista e suas repercussões traumáticas no psiquismo do sujeito negro – perpassam pela inquietação por parte da pesquisadora, e é preciso, portanto, que se diga em discurso de primeira pessoa, já que a sua própria trajetória, desde muito cedo, foi indelevelmente marcada pela violência do racismo.

Enquanto protegida por meu ambiente familiar, a diferença não me era perceptível, pois eu era apenas uma criança no seio de uma família – pai, mãe, irmãos e irmãs. Apesar de ter nascido em um ambiente precário do ponto de vista material, este era abundante em termos de afetuosidade e acolhimento.

A primeira experiência de violência racista foi na escola, onde cheguei semialfabetizada por uma de minhas irmãs. Naquele momento, eu estava ávida por conhecimento. Uma das primeiras sensações que tive foi a de não ser enxergada pela professora e pela maioria das crianças; o sentimento de não fazer parte não foi de pronto associado à cor de minha pele, mas sim a uma inadequação, por alguma razão por mim desconhecida.

Essa sensação de inadequação atingiu diretamente a percepção de meu corpo, ou seja, a experiência da violência racial efetivamente começa pelo corpo, já que os xingamentos são a ele dirigidos (cor da pele, tipo de cabelo, lábios etc.).

Fui então vivendo com esta marca, uma espécie de estigma que se faz presente antes mesmo que o indivíduo negro possa se apresentar, se vincular, o que é vivenciado como constante ameaça à continuidade do ser, ou seja, “fracassos na confiabilidade ambiental nos estágios iniciais produzem no bebê fraturas da continuidade pessoal, por causa da reação ao imprevisível” (Winnicott, 1989/1994, p. 53).

Por ali havia uma mãe e um pai suficientemente bons e assim pude seguir em minha jornada pela vida, ainda que uma jornada bastante dolorosa de enfrentamento ao racismo.

Em um dado momento, passei a ir em busca de um entendimento acerca das violências vivenciadas até então. O meio pelo qual pude, inicialmente, buscar esse entendimento foi por meio da leitura, uma pesquisa ao longo de uma vida para revisitar a História do Brasil e da escravização nas Américas, quer fosse por intermédio das leituras, quer fosse pelas películas que traziam em seus bojos a possibilidade de simbolização, por mais ínfima que esta pudesse ser.

A inquietação diante da violência fundante deste país – marcado pelo processo de escravização de africanos e de seus descendentes, bem como pela violência perpetrada aos povos originários, que insiste em uma eterna repetição – foi então projetada para fora e, neste

sentido, a questão das relações raciais ganhou relevância. Logo fui em busca de um entendimento para o que poderia ser aquela angústia, embora eu ainda não dispusesse de elementos ou de embasamento teórico, do ponto de vista psicanalítico, para assim nomeá-la.

Então fui vivendo com esse incômodo e buscando por meio da leitura, de estudos e de conversas com pessoas que também percebiam esse mal-estar em torno da temática do racismo uma forma de lidar com isso, de tentar nomear essa experiência.

É o momento em que este incômodo ganha relevo para além das questões pedagógicas e políticas, alcançando agora a esfera legislativa, a partir da promulgação da Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003¹ (que alterou a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei esta que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), no intuito de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". O referido dispositivo legal promulgado em janeiro de 2003 (Brasil, 2003) – estando, portanto, com pouco mais de 20 anos – ainda não se faz cumprir efetivamente, ficando a própria lei à mercê do racismo institucional, definido por Almeida (2020) como:

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...] Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados em raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. [...] Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretorias de empresas – depende, em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e / ou mulheres e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se disputa a desigualdade racial e de gênero, naturalizando assim o domínio do grupo formado por homens brancos (Almeida, 2020, p. 37-41).

Em razão desta lei, fui contratada pela extinta Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura do Município de São Paulo (por intermédio de sua Coordenadoria de Assuntos da População Negra) para dar oficinas a professores e alunos sobre a temática abordada naquele dispositivo legal, por meio das disciplinas Língua Portuguesa e Sociologia, empregando como ferramenta ou linguagem um dos quatro elementos culturais que compõem o movimento *Hip Hop*: o *Rythm and Poetry*, ou seja, a linguagem do *Rap*. Os demais elementos culturais da

¹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 08 jan. 2023.

composição do movimento *Hip Hop* são: o grafite ou assinaturas; DJs e MCs; e o *Street Dance*).

Contudo, logo me deparei com o mal-estar por parte de alguns professores em torno da temática do racismo, que não encontrava lugar em suas falas. Era algo que perpassava seus corpos por meio de um olhar perdido no vazio, cabisbaixos, ombros caídos; o mal-estar me atingia em cheio e eu não sabia que destino dar àquela sensação.

Confesso que o mal-estar experienciado direcionou-me a considerar que somente a Sociologia não daria conta de algo que se apresentava naquela roda de conversa; passei a considerar então que, talvez, a Psicanálise pudesse constituir um caminho que me auxiliaria a pensar ou a me aproximar dos processos internos que se davam naqueles encontros. A essa época eu já estava fazendo análise “pessoal”.

Assim, fui em busca de uma formação psicanalítica, optando pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae - ISS, levando comigo as inquietações relativas à Psicanálise e racismo. Ao formular questões que talvez não tivessem sido anteriormente formuladas, fui percebendo que a Psicanálise, bem como alguns psicanalistas pareciam não se implicar no que concerne ao racismo ou ao sofrimento psíquico dele oriundo.

No segundo ano de minha formação, fui convidada por uma ex-supervisora a levar minhas inquietações a um espaço dentro do Departamento de Psicanálise, com o objetivo de refletir sobre as imbricações entre racismo e Psicanálise.

Desse modo, tais inquietações se transformaram em um projeto, nomeado GTACME - Grupo de trabalho, pesquisa e intervenção “A cor do mal-estar, Psicanálise e racismo: da invisibilidade do trauma ao letramento”².

² Grupo de trabalho, pesquisa e intervenção “A cor do mal-estar: Psicanálise e Racismo: da invisibilidade do trauma ao letramento”. A escravidão da população africana em território brasileiro, crime racial praticado pelo Estado, dizimou milhares de homens e mulheres ao longo de séculos e nos legou um complexo discurso racista, atos de violência discriminatória e profundos traumas psíquicos individuais e coletivos. Este grupo de trabalho tem como objetivo estudar e pesquisar os efeitos desses traumas no desenvolvimento psíquico e na constituição nacional, e propor intervenções clínicas. Nosso objetivo inicial é identificar e reconhecer a existência, as dimensões e as consequências do racismo, visando estabelecer o reconhecimento das sequelas da escravização como um trauma gravíssimo a ser considerado na abordagem e intervenção psicanalítica, assim como instaurar um trabalho político de reparação institucional aos crimes oriundos de um Estado escravista. Posteriormente, pretende-se desenvolver intervenções psicanalíticas, objetivando a escuta, a atenção e o acolhimento do sofrimento consequente a este trauma. Fruto de conversas e reflexões nos encontros da Incubadora de Ideias, surge um consenso da necessidade de uma atenção especial, também pela psicanálise, à saúde psíquica e física da população negra. O que diferencia esta população, para se pensar em um olhar e uma escuta específicos pela psicanálise, é a árdua realidade de mais de 400 anos de escravidão, acompanhada pelo genocídio, pela discriminação, pela exclusão e pela humilhação aos quais ainda é submetida. A inferência de que a realidade inerente a esta população produz consequências no seu desenvolvimento psíquico, na construção de sua personalidade e no seu estar no mundo, apresenta pouca margem de contestação. Diferentemente de outros crimes hediondos contra a humanidade, a escravidão nunca foi considerada como tal. Pelo contrário, foi legitimada e utilizada para o crescimento econômico e a manutenção de privilégios de uma parcela da população. Ou seja, uma prática autorizada e contínua de violência, que se mantém presente como uma experiência transgeracional, introjetada em forma de

O tempo passou, mas a inquietude em relação a me aprofundar um pouco mais na teoria do traumático persistiu, de modo que esta pesquisa tem os olhos voltados à experiência do racismo como um trauma, vivenciado sob a perspectiva da diáspora³ africana no Brasil, país que tem como característica principal o racismo estrutural que marca e delimita o lugar da população negra como sendo o estritamente periférico, ou seja, atribuindo-lhe um não lugar ou limitando seu acesso a determinados ambientes, conforme questiona Bento (2022), em sua obra intitulada “Pacto da Branquitude”:

As organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relaciona, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitas dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e de seu código de conduta. Mas como essa diversidade e essa equidade se aplicam se a maioria de suas lideranças e de

representações subjetivas e inconscientes, impactando consequentemente no comportamento coletivo da população negra e branca. Inferimos que estas representações introjetadas têm grande participação nos mecanismos psíquicos e comportamentais da população afrodescendente, que perpetuam o seu status de invisibilidade e marginalidade. Partindo-se do argumento de uma escravização com fins justos, esta prática não foi considerada uma violência, e consequentemente não é identificada como trauma pela sociedade em que vivemos, incluindo a própria população negra, a sociedade psicanalítica e a psiquiátrica. Chama a atenção que, tanto na literatura psicanalítica, como na literatura médica, a herança da escravização raramente aparece como exemplo de experiência traumática. Como uma tentativa de sanear esta lacuna na psicanálise e efetuar uma reparação deste trauma ignorado, formulamos uma proposta que denominamos de Letramento, que visa subsidiar o analista, independente da etnia, com apresentações e discussões de temas que proporcionem uma compreensão e um acolhimento deste silêncio, deste vazio e das interrogações que este "inexistente" e "ignorado" trauma provocam. Posteriormente pretende-se construir práticas no processo analítico de afro descendentes que incluam o reconhecimento da escravização como uma experiência traumática o suficiente para provocar adoecimento mental e físico; um olhar e uma escuta específicas desse trauma ainda não reconhecido como tal; um entendimento de que todo afro descendente no Brasil carrega dentro de si, de alguma forma, com alguma intensidade, no mínimo resquícios não elaborados deste trauma; e o reconhecimento de que este trauma não diz respeito somente à população negra.

Metodologia

Para a construção de um programa continuado, visando o letramento dos psicanalistas do Instituto Sedes Sapientiae e a construção de possíveis intervenções psicanalíticas no traumático do racismo, propomos:

1. Uma atividade inaugural com o coletivo de psicanalistas para apresentar o projeto e discutir as possibilidades de inserção da temática na formação e atualização continuada profissional;
2. Blocos de seminários teóricos;
3. Oficinas vivenciais;
4. Discussões clínicas;
5. Apresentações literárias, cinematográficas, teatrais, musicais e de artes plásticas;
6. Cooperação com comunidades, onde haveria um letramento também da população acometida;
7. Cooperação com outras áreas profissionais.

Proponente: Anne Egídio.

Disponível

em:

www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?mpg=03.00.01#:~:text=A%20COR%20DO%20MAL%20ESTAR%3A%20PSICAN%C3%81LISE%20E%20RACISMO&text=Este%20grupo%20de%20trabalho%20tem,nacional%2C%20e%20propor%20interven%C3%A7%C3%B5es%20cl%C3%ADnicas. Acesso em: 28 dez. 2023.

³ “A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano para outras regiões do mundo. Esse processo foi marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora da África.” (Andrade, 2017, n.p.).

seu quadro de funcionários é composta quase que exclusivamente de pessoas brancas? (Bento, 2022, p. 17).

Neste sentido, os fatores históricos do desalojamento dessa população – como por exemplo, o sequestro, a exploração e a violência imposta aos africanos capturados em África e aqui escravizados por quase 400 anos; a consequente acumulação de riqueza por parte dos senhores de engenho, bem como uma abolição que se deu de forma inconclusa – parecem-me algo que necessita ser repensado, pois, nos dizeres de Gonçalves Filho (2017, p. 146), “o golpe do racismo parte do que se vê e do que se perdeu de vista: parte do que se ouve e do que se não ouve mais, mas que foi ouvido pelas avós, ou pelas avós das avós. Não vi e não ouvi, mas foi visto e ouvido por seus antepassados”, antepassados de negros e de brancos.

A lei que aboliu a escravidão no Brasil, a chamada Lei Áurea⁴, continha somente dois artigos (Brasil, 1888), não tendo havido qualquer projeto que considerasse a incorporação dessa massa de trabalhadores à nova ordem que se iniciava. Tudo isso conjugado com o modelo de funcionamento histórico da sociedade, por meio de suas instituições públicas e privadas e também da sociedade civil, que “definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só os processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculinos e brancos” (Bento, 2022, p. 18).

A essa transmissão que atravessa gerações e vai alterando a hierarquia das relações de dominação que ali se incrustam Bento (2022, p. 22) deu a denominação de “branquitude”, pontuando que “sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”.

Após pouco mais de um ano da pós-abolição, quase um ano após o advento da Proclamação da República em 1889, por meio do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Brasil, 1890), a vadiagem foi mantida como crime, tal como já acontecia no império, ou seja, o indivíduo que não tinha como subsistir não podia se achar “à toa” e, caso estivesse, poderia ser de fato preso sob a justificativa de “vadiagem”. Esta lei foi reeditada em 1941 e em seu

⁴ Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte: Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e interino dos Negocios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio. Princesa Imperial Regente. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/64000-confira-a-integra-da-lei-aurea/m. Acesso em: 17 mar. 2023.

artigo 59 pode-se ler: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses” (BRASIL, 1941).

Torna-se, portanto, difícil olhar para essas leis e para o modo histórico de funcionamento da sociedade e das instituições e não enxergar parte do engendramento daquilo que entendemos atualmente como racismo estrutural, que conforme salienta Almeida (2020):

Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia (Almeida, 2020, p. 35).

É precisamente sob este contexto é que entendemos que a Psicanálise precisa implicar indivíduos – que historicamente, foram vistos, em princípio, como não humanos e, posteriormente, tidos como cidadãos de segunda classe – que constroem suas subjetividades e sobrevivem cotidianamente em meio à violência do racismo e da discriminação. Conforme preconizado por Almeida (2020), há uma relação direta entre racismo e subjetividade.

Isso porque a violência da escravização fez com que os descendentes de africanos perdessem a sua origem histórica, juntamente com seu nome e linhagem. Será em contexto de diáspora que eles terão que se recriarem às custas de se distanciarem do que em nossa sociedade é percebido como características negativas ou inferiores. Assim, de forma ambivalente, em uma tentativa de ser assimilado à cultura – e, muitas vezes, de forma inconsciente, ele negará estas características, o que aponta para uma percepção negativa de si mesmo.

Frantz Fanon, na obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”, aborda de forma contundente o ser negro, convocando a refletir acerca de como a forma violenta pela qual se deram os processos de colonização produz uma rasura na humanidade de pessoas negras, fazendo com que máscaras brancas sejam utilizadas a fim de que seja possível seguir na tentativa de se inserir na sociedade. Máscaras brancas que nos aproximam de uma busca de um ideal de eu branco.

Fanon (2020) considera que se o negro continua em seu país, poderá ter o mesmo destino de um menino branco, mas ao se deslocar para a Europa, terá que reconsiderar a vida. O fato curioso é que no Brasil, o negro nem precisa sair de seu país para ter que reconsiderar a vida. Aqui, o negro é submetido muito precocemente a um teste de realidade, quando na escolinha, ou nos espaços públicos ou de lazer, encontra seus pares e percebe, pelo discurso do Outro, que ele não é igual ou não é aceito como tal, ou mesmo em sua constituição (juízos de valor,

declarações de preferência ou rejeição) que tomam a forma de Eu Ideal.

Então, surge a indagação: como trazer para a abordagem psicanalítica, a partir das contribuições de Ferenczi, elementos que possam contribuir para a análise dos efeitos psíquicos do racismo e de seus aspectos traumáticos?

A violência racial atinge o negro em sua singularidade; logo, cabe a nós, psicanalistas, voltarmos nossas escutas para essa formação em que uma dupla economia psíquica é mantida e transmitida por meio do sujeito singular e no processo psíquico do conjunto intersubjetivo, conduzindo-nos ao campo do transgeracional, que não constitui o foco principal desta pesquisa. No entanto, para compreensão dos efeitos psíquicos da violência racial, não podemos prescindir de uma “cronologia que é atemporal” (Kilomba, 2019, p. 29).

Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, ao considerar essa cronologia, perscrutará a atemporalidade do racismo cotidiano e, ao combinar as palavras “plantação” e “memória”, leva em conta uma reencenação de um passado colonial e, ao mesmo tempo, da omissão da realidade traumática, já que o choque dessa violência recoloca o sujeito negro de volta à cena colonial primária (plantação), fazendo com que passado e presente coincidam – e o presente seja vivenciado como sendo o passado agonizante (violência fundante), sendo este o aspecto transgeracional do racismo no Brasil.

Freud e Ferenczi são os dois autores nos quais buscaremos o suporte teórico necessário para chamar a atenção para uma perspectiva da clínica do trauma, concernente ao racismo que se estruturou neste país e aos seus efeitos no psiquismo dos sujeitos negros.

Justificativa

O tema proposto para a pesquisa tem como justificativa trazer à tona não apenas aspectos da violência fundante do Brasil, marcada por quase quatro séculos de extermínio dos povos originários e africanos e de seus descendentes, mas demonstrar que essa violência perpetrada ao longo deste período tem seus efeitos deletérios na sociedade e, por consequência, no psiquismo do sujeito negro, aspectos estes que serão pensados pela perspectiva da teoria do trauma.

O trauma, sob a perspectiva de Sándor Ferenczi, contribui para refletir sobre uma metapsicologia capaz de escutar o desmentido histórico que atravessa, fere e adocece psiquicamente corpos que portam a marca de cor. Trata-se de corpos e subjetividades que vivem em constante ameaça sob a mira da violência do racismo cotidiano.

Por meio dos mecanismos de um racismo estrutural que naturaliza, denega e exclui a

população negra, esta se torna invisível nos espaços de poder e excessivamente presente nas bordas das cidades, nas periferias. Espaços que, metaforicamente, podemos chamar de tumbeiros da pós-modernidade, representados pelos presídios e por outras formas de encarceramento, incluso o encarceramento psíquico. Este último se manifesta por meio de uma percepção de inadequação, resultado da violência racista pela qual o negro passa a repudiar sua cor e, por via de consequência, o seu próprio corpo, e “quando o corpo não é absolvido do sofrimento infligido é visto como uma ameaça permanente de dor e morte, passando a ser odiado e perseguido” (Sales, 2019, p. 122).

E ainda, a pesquisa busca contribuir no sentido de se produzir um fazer psicanalítico que possa se pautar em uma metapsicologia que abarque a dimensão do traumático oriundo da violência que nos é fundante e que atravessa o psiquismo de nossa população – branca ou negra –, mantendo-nos aprisionados a um passado senhorial e escravocrata que se faz presente sob a forma do racismo estrutural.

A fim de que possamos exercer nosso ofício, levando em consideração a violência que nos funda enquanto nação – ou a violência fundante, como escolhi nomear – neste fazer psicanalítico no Brasil, em que temos uma população de 56% de negros (pretos e pardos), considero fundamentalmente importante trazer aqui as contribuições de autoras e autores negras e negros, não só da Psicanálise, mas também de outras áreas, para que o pensamento social brasileiro venha sulear (em oposição a nortear, já que estamos abaixo da Linha do Equador!) o campo da Psicanálise, o qual se mantém ainda bastante eurocêntrico e sustentado pelos pactos narcísicos da branquitude.

Objetivo

Como objetivo, a presente pesquisa busca encontrar, nas teorias psicanalíticas tanto de Freud quanto de Ferenczi, sobretudo neste último, caminhos possíveis para responder se a violência racista e suas repercussões traumáticas no psiquismo do sujeito negro podem ser lidas sob a ótica da teoria do trauma, proposta por Sándor Ferenczi.

Ademais, tem como escopo descrever e traçar aproximações possíveis com o que se escuta clinicamente acerca de como determinados corpos negros transitam pelo mundo atravessados pelos discursos que os destituem, sendo, muitas vezes, marcados por silenciamentos ou mesmo pela recusa em reconhecer a experiência do racismo vivenciado como algo violento e traumático.

Neste sentido, acreditamos ser preciso ir ao encontro de uma metapsicologia que possa

dar conta da elaboração de uma experiência traumática, de uma convocação a partir da dor, mas que tenha como objetivo um fazer psicanalítico que possa, com efeito, contribuir para uma ampliação na escuta do traumático, a partir das violências que nos fundam para, quiçá, fazer jus ao que Poli (2008) assevera:

Podemos afirmar, assim, que há um desafio interno ao campo da psicanálise – a renovação/invenção de seu saber e de sua prática, fundada na particularidade de que, para cada analista, como para cada caso clínico, é necessário reinventar toda a psicanálise novamente. Isso porque o saber psicanalítico tem a peculiaridade de ser especialmente suscetível ao recalque, e é graças a isso que se pode operar para buscar, não um conhecimento, mas a posição de enunciação que situa a produção de um saber singular (Poli, 2008, p. 155).

Também intervir, talvez, no afrouxamento dos pactos denegativos⁵, conceito que, de acordo com Kaës (2014, p. 112), “abrange, assim, as defesas pela denegação, pela negação, pela desaprovação ou rejeição”, o que, de um lado, mantém privilégios e, de outro, aprisiona a população negra ao não lugar. O pacto denegativo, segue conceituando Kaës (2014, p. 204), apesar de necessário à formação do vínculo, é também responsável pela produção do “não significável, o não transformável, zona de silêncio, bolsa de intoxicação que mantêm os sujeitos de um vínculo estranhos à sua própria história e à história dos outros”.

Método

O método empregado é o psicanalítico, que, de acordo com Mezan (2019, p. 574): “seu método – aqui, no que se refere o modo de teorizar, e não à prática – é a interpretação dos atos e produções psíquicas, visando à reconstrução dos processos que o geraram (tanto intraindividuais quanto relacionais)”.

Assim, pautada em estudos teóricos, esta pesquisa valer-se-á – além, é claro, da própria experiência da pesquisadora como um sujeito negro, marcado pelas vivências e pelos aspectos perversos do racismo à brasileira – das preciosas contribuições oriundas dos clássicos da Psicanálise, tais como Freud e Ferenczi, bem como de seus comentadores brasileiros.

No entanto, para a fundamentação teórica desta pesquisa, fez-se necessário trazer o aporte de autores e autoras negros e negras, não só da área da Psicanálise, mas também de áreas diversas, as quais serão descritas logo mais adiante.

⁵ Pacto narcísico, segundo Kaës (2011, p. 203), “é o resultado de uma atribuição imutável de um local de perfeita coincidência narcísica. É patogênico e em certos casos, mortífero. Pertence à categoria das alianças alienantes”. O pacto denegativo é por Kaës (2011) definido como algo que qualifica um acordo inconsciente sobre o inconsciente, imposto ou concluído mutuamente para que o vínculo se organize e se mantenha na complementaridade dos interesses de cada sujeito e de seu vínculo.

Contamos, também, com autoras brancas que proporcionaram grandes contribuições para se refletir sobre Psicanálise e racismo, nomes como Eliana Schueler Reis e Jô Gondar, que além de abordarem o tema racismo em seus escritos, contribuíram, ainda, com a teoria freudiana do trauma, sob este mesmo contexto.

A opção por esta escolha metodológica deveu-se ao fato de que, ao longo de minha formação psicanalítica, assim como no decorrer de minha pesquisa, estive permeada pelo pensamento de tais autoras e autores que compuseram – direta ou indiretamente – a bibliografia utilizada neste trabalho e, de certo modo, minha própria biografia. Então, os(as) nomeio aqui, destacando, neste momento, autoras e autores negros:

Achille Mbembe, autor camaronês cuja vida dialoga com seu pensamento intelectual anticolonial. Foi precisamente na obra “Críticas da razão negra” que fui buscar inspiração e contextualização para a experiência de ser negro na diáspora brasileira. Mbembe é formado em História na Sorbonne e em Ciência Política no Instituto de Estudos Políticos, ambas em Paris. Também é filósofo e professor, tendo lecionado nas universidades de Columbia, Yale e Duke, todas nos Estados Unidos. Atualmente, é docente de História e de Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul.

Ana Lúcia Silva Souza, doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp e professora adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com seu livro “Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: *hip hop*”. Recordo-me do lançamento de seu livro, em junho de 2011, na Ação Educativa; ver e ouvir aquela intelectual negra contextualizando o seu trabalho que resultou na obra que estava sendo lançada foi, por si só, um letramento para mim e para o público presente, em sua maioria jovens do movimento *Hip Hop*. Isto me possibilitou pensar o significante “letramento” de forma polissêmica e plural, enquanto “letramentos”, podendo deslocá-lo para o campo psicanalítico, no que diz respeito às relações raciais.

Beatriz Nascimento, historiadora e ativista negra e nordestina, radicada no Rio de Janeiro, com a obra “O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa”, organizada por Alex Ratts. O livro traz contribuições importantes em torno da corporeidade, imagem e território. A figura pública desta historiadora se deu em três tempos: “de 1968-74 graduação e pesquisa em arquivo; 1974-78, publicações e entrevistas, pesquisa de campo e documental, uma especialização e um mestrado incompleto, atividade docente e escrita poética; e 1988-95, continuidade da atividade docente e do trabalho com poesia, retorno à universidade e outro mestrado, interrompido por ocasião de seu falecimento” (RATTS, 2022, p. 7-8). Foi homenageada em 2021 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o título de

doutora *honoris causa* e, em 2022, com o mesmo título pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Cida Bento, com seu livro “Pacto da branquitude”, uma contribuição imprescindível para problematizar o lugar de referência da branquitude e também da própria Psicanálise.

Conceição Evaristo que, falando em primeira pessoa do singular, autorizou-me a trazer minha *escrivência* para este trabalho. Ela diz o seguinte na orelha de seu livro “Ponciá Vicêncio”: “Às vezes, não poucas, o choro da personagem se confundia com o meu, no ato da escrita. Por isso, quando uma leitora ou um leitor vem me dizer do engasgo que sente, ao ler determinadas passagens do livro, apenas respondo que o engasgo é nosso”. A justifica maior para o presente estudo é o de que talvez o engasgo seja nosso, seja da Psicanálise e dos psicanalistas!

Douglas Rodrigues Barros, jovem negro, intelectual e militante, é um escritor tanto de ficção e de romance quanto da teoria e do pensamento crítico. É autor do livro “Lugar de negro, lugar de branco?”; na apresentação desta obra, Tales Ab’Saber (2019, p. 9-10) enfatiza que Douglas “assumiu e dedicou importante trabalho ao excedente de violência e sentido patológico da vida social que é o circuito de símbolos, práticas e subjetivações que envolvem descaminhos da clivagem racial [...]”. Barros (2019, p. 26) considera que “ainda levará um tempo para que nós compreendamos que essa posição do negro – como *não ser* que é – estrutura não só a realidade existencial do branco como ainda possibilita a abertura para o advento do novo”.

Frantz Fanon, nascido em Fort-de-France, capital administrativa de Martinica, colônia francesa do Caribe, afirmava que “o corpo é o homem, e o homem seu corpo” (Fanon *apud* Gordon, 2015, p. 7). Deivison Faustino, jovem intelectual negro e brasileiro, na introdução de seu livro “Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro”, complementa este raciocínio: “Mas esse corpo, quando negado pelas adversidades coloniais, torna-se uma presença ausente, um ente coisificado, parte de algo que nem mesmo humano chega a ser” (Faustino, 2018, p. 19). Assim, este último autor dá a medida da relevância de se estudar Fanon e da “importância da contribuição do pensamento de autores(as) negro(as) para a compreensão da sociedade contemporânea” (Faustino, 2018, p. 17).

Grada Kilomba é uma artista interdisciplinar, escritora e teórica, nascida em Lisboa e com raízes angolanas e de São Tomé e Príncipe. Estudou Psicologia e Psicanálise, trazendo suas contribuições a partir de reflexões acerca de memória, raça e pós-colonialismo. A partir da linguagem artística, sua obra percorre a performance, encenação, instalação e vídeo. Kilomba (2019, p. 215) ressalta que “o trauma, no entanto, raramente é discutido dentro do contexto do racismo. Essa ausência indica como os discursos ocidentais, e as disciplinas da Psicologia, e da

Psicanálise em particular, negligenciaram amplamente a história da opressão racial e as consequências psicológicas sofridas pelas/os oprimidas/os”.

Isildinha Batista Nogueira – atualmente, em nosso meio psicanalítico, uma psicanalista bastante conhecida – foi pioneira em tratar da questão do corpo negro, bem como em abordar com o instrumental psicanalítico tanto a dimensão sociocultural como subjetiva da condição do negro brasileiro. Sua tese de doutorado, intitulada “Significações do Corpo Negro”, foi um alento em meu percurso solitário na formação psicanalítica. Poder estudar sua tese, atualmente publicada em livro, sob o título “A cor do inconsciente: significações do corpo negro”, contribuiu fortemente para que eu pudesse dar seguimento em minha formação, nos momentos em que julguei estar falando sozinha – ter de escolher a escrita da monografia não pelo seminário em si, mas pela capacidade ou disponibilidade interna ou não do(a) coordenador(a) em lidar com a temática da violência racista e das consequências psíquicas dela decorrentes. Isso só foi possível por conta das muitas horas no divã e por me pautar nas poucas psicanalistas negras que vieram antes de mim. Abrão Slavutzky (2021, p. 19), na apresentação do livro supramencionado, salienta que “os efeitos psíquicos do racismo em quem sofre e em quem goza são essenciais para entender o Brasil”.

Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga, professora, militante do movimento negro e feminista precursora. Uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, tendo também trazido grandes contribuições para este trabalho. O “pretuguês” por ela preconizado é o letramento original, o qual abordaremos mais adiante.

Neusa Santos Souza, psiquiatra e psicanalista baiana radicada no Rio de Janeiro, foi me apresentada por um psicólogo negro, amigo de minha filha, quando eu ainda estudava na Escola de Sociologia e Política, por meio de uma fotocópia do prefácio de autoria de Jurandir Freire Costa ao livro de Souza, intitulado “Tornar-se Negro”. Minhas perguntas eram: quem seria a autora do livro prefaciado e o que dizia ela em seu texto? Não sosseguei até descobrir de quem Jurandir Freire falava. Cinco ou seis anos depois, ou seja, em outubro de 2012, adquiri o livro, tendo sido também o ano em que dei início ao meu processo de formação em Psicanálise, de modo que esta autora contribuiu muito para que eu redigisse a primeira monografia sobre Psicanálise e racismo. Pioneira e de grande importância ao chamar a atenção da Psicanálise e de psicanalistas para a violência racista e para o sofrimento psíquico dele resultante, foi apagada por muitos anos.

Muniz Sodré (com “O fascismo da cor”), Petrônio Domingues (com “A nova abolição”), Geni Guimarães (com “Leite do Peito: contos”) e Layla Saad (com “Eu e a supremacia branca”) também são autores(as) e negros(as) que trouxeram grandes contribuições para o

desenvolvimento e a elaboração (sobretudo interna) do processo de construção deste trabalho.

Faz-se importante salientar que quanto às contribuições de autores(as) negros(as) – excetuando as de Achille Mbembe (camaronês), Frantz Fanon (antilhano), Grada Kilomba (nascida em Lisboa, mas com raízes em Angola e em São Tomé e Príncipe, como visto anteriormente) e Layla Saad (mulher negra e muçulmana, nascida no País de Gales, mas filha de pais da África Oriental – Zanzibar e Quênia) – contamos com pensadores(as) brasileiros(as), a saber: Ana Lúcia Silva Souza, Beatriz Nascimento, Cida Bento, Conceição Evaristo, Douglas Rodrigues Barros, Geni Guimarães, Isildinha Batista Nogueira, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Muniz Sodré e Petrônio Domingues, autores(as) negros(as) de diversas áreas do conhecimento que abordam a questão do negro, que viveram ou vivem *o ser negro* ou ocupam ou ocuparam, segundo Barros (2019), a posição de *não ser*. Desta interseccionalidade, raça/gênero/nacionalidade, em um total de quinze autores(as), dez destes(as) são mulheres negras.

A presença de autores(as) negros(as), de forma multidisciplinar, traz grande contribuição metodológica ao trabalho pelo fato de que estes(as) pensadores(as) tematizaram de forma direta o racismo, base desta pesquisa. E o fizeram pelo viés sociológico, histórico, literário e psicanalítico, proporcionando contribuições importantes para um letramento que, quiçá, venha a possibilitar que a Psicanálise possa se tornar cada vez mais brasileira, ou, nos dizeres de Rivera (2020):

Está por se fazer o gesto de transformação de nossa condição periférica em uma autêntica força de renovação intelectual nas ciências humanas em geral. E fica ainda por se assumir e expandir, neste contexto, a contribuição da psicanálise para a recusa da instância neutra de enunciação a proferir verdades universais e para afirmação da singularidade encarnada em todo pensamento – em dado corpo, mas também em dado contexto sociocultural (Rivera, 2020, p. 13).

Assim, com a contribuição destes(as) autores(as), poderemos, quem sabe, olhar para este passado e tentar nomeá-lo, considerando esse longo período como um crime contra humanidade, o qual nos deixou como legado “uma confusão de línguas” entre brancos e negros, que se manifesta por meio da forma perversa de silenciamentos, apagamentos e não ditos que insistem em reincidir na sociedade.

Valemo-nos do uso de fragmentos clínicos, no sentido de trazer subsídios que possam ilustrar a teoria a ser apresentada. Telles (2019), na apresentação do livro “Debates Clínicos”, destaca, logo nas primeiras linhas, a importância da apresentação de casos clínicos para nós, psicanalistas, na dupla função de instrumento de aprendizado e de transmissão da Psicanálise.

Quanto ao uso de fragmentos clínicos, vale apontar aqui a dificuldade de escrevê-los e

também a importância dos cuidados adotados no sentido de preservar a identidade do sujeito por detrás daquele fragmento. Para tanto, além do uso de nomes fictícios, a pesquisadora se valeu da alteração de gênero e de outros detalhes, visando preservar e manter o estrito sigilo preconizado em nossa pesquisa.

Telles (2019, p. 7) pontua, ainda, dois problemas inerentes a essa prática, sendo o primeiro aquilo que “diz respeito à dificuldade em reproduzir a complexidade polifônica de uma sessão analítica. O que é apresentado como ‘material clínico’ é apenas um pálido recorte organizado *a posteriori* do que ocorreu entre analista e analisando”. O autor considera que, pelo fato desta captação se dar em um momento *a posteriori*, tende a se afastar dos padrões exigidos pelos chamados métodos científicos, uma das razões apontadas por aqueles que criticam o estatuto científico da Psicanálise. Tudo isto dependerá da memória do psicanalista; o autor, ao fazer referência a Spence (1997), segue salientando “que o material clínico se atém ao registro do que o analisa entendeu daquilo que o paciente falou e que ele lhe devolveu como interpretação ou construção, deixando de lado a entonação, a forma, o ritmo, o *timing* com que o fez” (Telles, 2019, p. 8).

O segundo problema, salienta o autor, diz respeito ao impasse em que nos apercebemos entre o confidencial (o sigilo da clínica) e a necessidade de dar exemplos clínicos com o objetivo de ampliação e divulgação do saber psicanalítico. Telles (2019, p. 9) afirma: “Essas grandes dificuldades não nos devem surpreender. A apresentação e publicação de casos clínicos é apenas um dos aspectos dessa profissão ‘impossível’, como nos alertou Freud.”

Na escrita dos fragmentos clínicos, encontrei-me permeada por todas essas inquietações e tentei, da melhor forma possível, proteger a identidade do sujeito por trás dos pequenos fragmentos de seu romance familiar, fazendo uso de uma das cinco formas proposta por Gabbard (2000 *apud* Telles, 2019, p. 10), que consiste no “clássico disfarce de dados do material”. Fragmentos estes que me possibilitaram investigar os aspectos da violência racista pela perspectiva do trauma ferenciano.

Do ponto de vista epistemológico, a intersubjetividade estará totalmente no centro do que pretendemos pesquisar. Logo, neste sentido, Tosta (2019) considera que:

Em contraste com um paradigma científico positivista, focado numa lógica de explicação, ou seja, numa busca de relação de causa e efeito e centrado numa relação de sujeito e objeto, hoje buscamos construir um conhecimento, tendo como base a intersubjetividade, que privilegia um campo relacional, especificamente num tipo de relação: a de sujeito-sujeito. Este modo de pensar embora esteja presente no campo científico contemporâneo, é predominante no campo das ciências humanas, especialmente na área da Psicologia Clínica. No caso da Psicanálise, este modelo epistemológico, baseado na intersubjetividade, torna-se indissociável do seu labor clínico e investigativo (Tosta, 2019, p. 285-286).

Experiências que ocorrem muito precocemente a esses indivíduos chegam à clínica por meio de relatos de um modo de funcionamento em que o sujeito se percebe como que tolhido de sua capacidade ou, ainda que esta capacidade lhe tenha propiciado galgar lugar de destaque na sociedade, este é vivenciado com frases do tipo: “tenho que ser três vezes melhor”; ou ainda, “às vezes me sinto como um(a) impostor(a)”, pensamentos estes que serão apresentados mais adiante por intermédio de fragmentos clínicos.

Na clínica, isto aparece com bastante frequência, e o *a posteriori* fica muito mais nítido na escuta de tal experiência com sujeitos frutos de relação inter-racial. A ideia é pensar que “o que é específico da pesquisa psicanalítica é trazer à tona as motivações inconscientes, as quais, de outra forma, poderiam ser atribuídas ao acaso” (Tosta, 2019, p. 292).

Poli (2008) complementa o raciocínio:

[...] requer a atualização e reinvenção do ato de fundação freudiano, o modo como se opera com o significante – se visando restituir à vida o pai morto ou reduzi-lo à função de nome, de borda, de um real – faz toda diferença. Podemos, de fato, conduzir nossas pesquisas de modo a propor uma restauração da função simbólica e, então, faremos da teoria analítica um modo de obturar a falha constitutiva de nossa relação com o saber. É a teoria que, no extremo dessa proposição, se situa como uma meta-interpretação, seja das expressões singulares de mal-estar, seja das coletivas. Ou podemos – de modo mais condizente com o propósito da posição analítica tal como indicada por Lacan – nos limitar à tarefa, de todo modo nada simples, de construir uma pequena borda que permita a nomeação de um ponto do real que nos é dado testemunhar em nossa experiência (Poli, 2008, p. 177).

Tal como mencionado anteriormente, esta pesquisa parte do princípio de que a violência que nos funda e nos atravessa é, por si só, um evento traumático. Neste sentido, apresentaremos no capítulo 1 os aspectos históricos da fundação do Brasil, a partir daquilo que se caracterizou como momentos históricos relevantes, no entanto, atravessados pelo desmentido, ou seja: um não descobrimento (invasão), uma não independência, uma não república (golpe), uma não abolição e uma pós-abolição (inconclusa). Fatos que corroboraram para que se criasse um mito, o da democracia racial, uma espécie de “faz de conta”, nos moldes do processo primário, para que pudesse operar o “eu sei, mas mesmo assim”.

No capítulo 2, trataremos da parte teórica do trauma, a partir de Freud, e avançaremos tendo como eixo principal a teoria ferenciana do trauma, a fim de demonstrar como este está presente na clínica psicanalítica decolonial, na qual se pode escutar o sofrimento oriundo da violência racial e testemunhar os seus efeitos no psiquismo de pacientes pretos e pardos. Focalizaremos o conceito psicanalítico de “trauma”, abordado na obra de Freud, sobretudo nos “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)”. A partir do conceito de trauma tal qual foi concebido por Freud, revisitaremos a obra Sándor Ferenczi, notadamente, o texto “Confusão de línguas

entre adultos e as crianças”, de 1933, retomando, de forma mais enfática, os principais conceitos de trauma, de modo a produzir uma reflexão em torno dos efeitos psíquicos da violência racial. Contaremos também com contribuições de autores pós-freudianos para, a partir disto, construirmos um pensamento teórico-clínico com base na experiência da pesquisadora em uma clínica que possibilita a escuta do indizível, a partir das experiências do trauma em decorrência da violência racista.

No capítulo 3, trataremos do corpo, elemento que tem sido estudado em Psicanálise por meio de noções de corporeidade, histeria e psicossomática, a fim de localizar a inserção do corpo negro na teoria psicanalítica, destacando as noções de esquema corporal e imagem do corpo nas concepções de Dolto e Fanon, assim como as feridas narcísicas e possíveis cicatrizações.

Por fim, no capítulo 4, discorreremos acerca da concepção do termo letramento, com o intuito de aprofundar naquilo que por mim foi apresentado como projeto para um dos eixos do que veio a ser o Grupo de trabalho, estudo, pesquisa e intervenção “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento”. Conceito este que, pelo seu aspecto polissêmico, adotado originalmente na área da educação, tem deslizado por vários outros campos disciplinares, sendo que seu uso em Psicanálise pode apontar para um afrouxamento naquilo que entendemos atualmente como pacto da branquitude, de acordo com o que foi consignado por Bento (2022), esgarçando, por via de consequência, o tecido do pacto denegativo preconizado por Kaës (2014).

Como fechamento da pesquisa, são tecidas as Considerações Finais e são apresentadas as Referências que deram embasamento teórico a esta pesquisa.

1 A VIOLÊNCIA FUNDANTE

A história da colonização é algo que já conhecemos, mas vale lembrar que o futuro país emergiria a partir da invasão feita pelos europeus em um território já ocupado por cerca de 3,5 milhões de indígenas, cujo efeito desta conquista “foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença de milhares de indígenas” (Carvalho, 2011, p. 18).

A colonização portuguesa aumentou a demanda por escravizados no mundo que se iniciava. No Brasil, ou seja, na Terra de Santa Cruz, os primeiros africanos sequestrados e deportados chegaram por aqui entre 1516 e 1526. No final do século XVI, o tráfico negreiro se estabeleceu diretamente de Angola, região em que se configurou em uma devastadora caça de homens no movimento que constituiu o mercado mundial da época moderna.

Assim, a partir da expansão marítima através do Atlântico, ocorreu o alargamento em grande escala daquilo que se transformou em um grande negócio: a comercialização de homens, mulheres e crianças sequestrados de África, destituídos de sua história, de sua língua e de seus próprios nomes.

Até o século XV foram os portugueses que dominaram este mercado, porém, a partir do século XVI, eles não estariam mais sozinhos, concorreriam com outras potências da Europa.

Foi a partir do século XVII que a África toda (costa ocidental, assim como a costa oriental), tornou-se um imenso local para captura de negros, legal ou ilegalmente. Este negócio gigantesco alavancou a economia mundial, não se reduzindo somente ao comércio de negros (Alencastro, 2000, p. 29), já que, com “consequências decisivas, na formação histórico brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa”.

Em relação à produção de cana-de-açúcar, ou seja, para dar conta desta atividade de modo que melhor desse um retorno lucrativo, já que ela exigia grandes capitais e muita mão de obra, Carvalho (2011) destaca duas características importantes:

1. A desigualdade que de pronto se estabelece entre os senhores de engenho e os demais habitantes da colônia e;
2. A escravização dos africanos.

Pinsky (2006, p. 7), no prefácio à nova edição de seu livro intitulado “A escravidão no Brasil”, destaca que, a seu ver, esta “‘não é apenas uma instituição histórica’ ou um ‘modo de produção’, mas uma maneira de relacionamento entre seres humanos”. Isto é, não podemos considerar este processo, deveras violento, que perdurou por quase quatro séculos, como sendo

algo do passado; lembrando que estamos distantes dele há apenas 135 anos.

E é fato que este passado deixou-nos uma herança que marca e atravessa as relações sociais, subjetivas e intersubjetivas. Tal herança estabelece distinções do ponto de vista hierárquico nas relações de trabalho (manual e intelectual), atribuindo aos negros habilidades específicas (samba, futebol, carnaval), “e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo” (Pinsky, 2006, p. 7).

Sodré (2023), de forma sucinta, considera que, até a abolição da escravatura, tínhamos uma sociedade cuja composição era feita pelos protagonistas do “descobrimento” – ou seja, pelos portugueses –, africanos e indígenas, principalmente. No entanto, a partir da abolição da escravatura, o autor considera que a sociedade brasileira poderia ser chamada de sociedade do “encobrimento”, no sentido de se estabelecer por aqui uma formação social pautada no apagamento do que houve anteriormente.

Eis a violência fundante, conforme descrito por Pinsky (2006). Logo, tomar a escravidão como apenas um acontecimento do passado ou um modo de produção é ser conivente com a repetição das violências que ocorrem neste país, é ser subscritor do racismo, portanto, é ser racista. Ter a memória sangrenta do país desmentida (no sentido do qual se ocupa a Psicanálise) é como assassinar a memória daquilo que nos fundou como nação e que, por conseguinte, atravessa a subjetividade de cada brasileiro(a).

Daí a importância de haver uma escuta não dissociada do laço social violento e sangrento que nos envolve, tal como pontuou Pinsky (2006, p. 9) acerca de não esgotar o assunto em torno da escravidão no Brasil, mas de “chamar a atenção do leitor para alguns pontos que ele poderá – e deverá – aprofundar depois, dentro do seu campo de conhecimento”, no caso em discussão, a Psicanálise.

É sabido que desde a segunda metade do século XVI houve a importação – ou sequestro e deportação – de africanos para colônia. A continuidade dessa importação de africanos seguiria por mais 28 anos após a independência do Brasil, o que já deveria colocar em conflito o termo “independência” enquanto sinônimo de liberdade.

1.1 Independência: antônimo de liberdade

O Brasil, ao se declarar livre de Portugal, mantém sustada a humanidade de uma grande parcela da população. Segundo Carvalho (2011), desde o processo de colonização até o ano de

1822, havia na colônia cerca de três milhões de escravizados. E por ocasião da independência do Brasil, em uma população de cinco milhões, nela inclusos 800 mil indígenas, poderiam ser contabilizados mais de um milhão de negros escravizados.

Além disso, ainda de acordo com Carvalho (2011), a independência do Brasil do reino de Portugal ocorre em um cenário bastante precário, conforme assevera o autor:

Ao proclamar a independência de Portugal, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500 – 1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (Carvalho, 2011, p. 17-18).

Sodré (2023, p. 37) considera que “o Império deu lugar a uma República de Fazendeiros”. O autor parece discordar de Pinsky (2006), já que não considera a afirmação de que o Império deixou como legado ao país o Estado-nação (povo não), ressalta que não foi deixado nem Estado, nem nação, nem república, e sim a “empresa Brasil” (Sodré, 2023, p. 38), negócio muito lucrativo em razão da exportação de açúcar e, posteriormente, em decorrência da exploração do ouro e do diamante.

A “empresa Brasil”, de acordo com Sodré (2013, p. 43), não era internamente uma empresa em que os estrangeiros faziam negócios, era sim “um domínio (econômico e oligárquico) chamado ‘engenho’ ou ‘casa-grande’ (versões nordestinas da *plantation* americana)” e, que posteriormente, a mesma ideia de empresa, após a independência, será aplicada à produção cafeeira do oeste paulista, “quando o cafeeiro se liga de forma dependente ao poder financeiro da burguesia urbana” (Sodré, 2013, p. 39). De modo que, ainda segundo o autor, a história nacional é marcada por um vício de fundação, caracterizado pela transmissão de poder e de riqueza concentrada no círculo familiar, compadres e aliados, resultando em que, consigna o autor, “primeiramente, a casa-grande, com senzala e tudo, é o Estado” (Sodré, 2013, p. 40).

1.1.1 Pátria-mãe gentil para uns e pátria-mãe tantalizante para outros

A manutenção da escravização mesmo após a independência, e ao conclamá-la por meio de um hino em que alguns de seus filhos podem ver contentes a “pátria-mãe gentil”, em razão da liberdade que se avizinhava no horizonte do Brasil, implica, de forma acintosa, no não reconhecimento da população de africanos e de seus descendentes, mantidos sob a condição de

cativos, pelo país – Brasil, chão em que seu sangue e suor estavam sendo derramados.

Tamanha era a dissonância da situação que Schwarz (2012, p. 40) assinala que Luiz Felipe de Alencastro fez uma observação, “segundo a qual o novo governo, quando negociava o reconhecimento diplomático da Independência, obtinha a legitimidade externa mediante promessas abolicionistas, e a interna mediante garantias à continuidade da escravidão”.

A metáfora “mãe gentil” atribuída à pátria no hino da Independência do Brasil⁶ leva a pensar em uma nação que exerceu a função de pátria para uma parcela da população, em detrimento da outra parcela. Parece ter lhe faltado, metaforicamente, aquilo que Winnicott (1956/2021) denominou de “preocupação materna primária”, ou seja, um estado psicológico da mãe no qual sua sensibilidade em relação ao filho se torna exacerbada; pelo contrário, não houve qualquer acolhimento para essa outra parcela da população (povos originários e a população escravizada e seus descendentes), para quem ela funcionou (e funciona, ainda, de certo modo) como uma espécie de pátria tantalizante.

Zimerman (2008) pontua acerca do suplício de Tântalo, ao afirmar que:

[...] o personagem que tem esse nome, por ter roubado os manjares dos deuses do Olimpo, foi punido por Zeus, para eternamente passar fome e sede. Mais precisamente, Tântalo, acorrentado, estava imerso até a cabeça nas águas de um lago situado em um lugar aprazível, rodeado por um bosque acolhedor, consistindo o suplício em que as águas subissem até sua boca para em seguida fugirem de seu alcance quando ele se preparava para saciar a sua imensa sede; o mesmo acontecia com os apetitosos frutos que se aproximavam com a promessa de alimentá-lo e igualmente se afastavam, assim perpetuando um irreversível e repetitivo ciclo de promessas, expectativas e decepções, em um perverso dar e tirar... (Zimerman, 2008, p. 337).

O vínculo tantalizante é uma concepção desenvolvida por Zimerman (2008, p. 37), em que o termo tantalizante tem como definição “aquele que tantaliza, isto é, que espicaça ou atormenta com alguma coisa que, apresentada à vista, excite o desejo de possuí-la, frustrando-se este desejo continuamente por se manter o objeto fora de alcance, à maneira do suplício de Tântalo”.

A pátria-mãe gentil para uns e pátria-mãe tantalizante para outros está relacionada com aquilo que Sodré (2023, p. 43) designou de “solução de compromisso à brasileira” que, ao mesmo tempo em que declara a igualdade social do afrodescendente, mantém os impeditivos à sua ascensão social, além de não “reconhecer o negro como singular, como cidadão dotado de fala própria. A cor branca é conotada como prerrogativa”. Ou seja, solução de compromisso como transigência para dar conta, ainda de acordo com o autor, de um separatismo que não fez

⁶ Disponível em: www.bombeiros.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Letra-do-Hino-da-Independ%C3%Aancia-do-Brasil.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

parte do ajuste civilizatório.

Winnicott (1956/2021) parte da concepção do valor do ambiente na constituição subjetiva. Assim, pode ocorrer um ambiente não suficientemente bom, que autor conceitua como algo que distorce o desenvolvimento do bebê, ao passo que a existência de um ambiente suficientemente bom seria algo possibilitador de que o bebê alcance “satisfações, ansiedades e conflitos inatos e pertinentes a cada etapa” (Winnicott, 1956/2021, p. 494).

Se considerarmos o ambiente de forma ampliada (neste caso, o país), tangenciaremos o conceito de “metaenquadre”, termo cunhado por Kaës (2011), que parte da abordagem de enquadre⁷ em Blegger (1967) para recorrer à noção de “metaenquadre” ou enquadre do enquadre.

Kaës (2011, p. 68) salienta que “todo enquadre é enquadrado por um enquadre que o contém, sustenta, atrapalha ou entrava”. Ele considera importante esta concepção a fim de que possamos compreender as relações de enquadres diversos (o enquadre psicanalítico da cura, o enquadre psicanalítico da supervisão e o enquadre da instituição psicanalítica).

O prefixo meta do qual Kaës (2011, p. 20) faz uso para conceituar o metaenquadre é empregado como sucessão no tempo e no espaço (por exemplo: metafísica vem depois da física, em Aristóteles) e lhe interessa essa definição para se pensar, após o evento, sobre os dispositivos de fundo que enquadram os processos ou formações por nós observados que, por via de consequência, lhe são preexistentes.

Os dispositivos de fundo seriam a família, o território em que vive o sujeito e, em uma extensão ou enquadre mais abrangente (metaenquadre), temos o país em que vivemos marcado pelo desmentido. Elementos estes que precisam ser levados em consideração no enquadre analítico, objetivando a desobstrução da escuta do analista, também atravessada pelo desmentido histórico de um laço social colonizado, o qual marca indelevelmente as subjetividades da população brasileira.

No dispositivo de fundo primordial, aquele do qual emerge o sujeito, está a família, dado que o “contexto familiar é o lugar primeiro onde a ação constituinte do Ideal do Ego se desenrola. É aí onde se cuida de arar o caminho a ser percorrido, antes mesmo que o negro, ainda não sujeito a não ser do desejo do Outro, construa seu projeto de chegar lá” (Souza, 1983,

⁷ Aquilo que Winnicott (1955-1956/2021, p. 489), define como *setting*, ou “a soma de todos os detalhes da técnica”, Blegger (1967, p. 63, grifos do autor) propõe, em seu artigo “Psicanálise do enquadre psicanalítico”, “por **situação psicanalítica** para a totalidade dos fenômenos incluídos na **relação terapêutica** entre analista e paciente”. O autor considera que por compreender “fenômenos que constituem um **processo**, que é o que estudamos, analisamos e interpretamos; porém inclui também um **enquadre**, isto é, um ‘não processo’, no sentido de que são as invariáveis que formam a moldura dentro da qual se dá o processo” (Blegger, 1967, p. 63, grifos do autor).

p. 36).

Não há como nos distanciar do fato de que a constituição do sujeito negro é atravessada pelo não dito do racismo à brasileira, despertando, consciente ou inconscientemente, nas figuras parentais de crianças negras uma expectativa na preservação de suas vidas, ou de enquadrá-las sob o modelo da branquitude tomado, equivocadamente, como padrão, até mesmo com o intuito de protegê-las. Sobre este ponto, estamos de acordo com Sales (2019, p. 93), já que com base nas formulações de Ferenczi acerca do desmentido, é possível afirmar que “quanto mais precocemente o sujeito se deparar com o preconceito racial, mais nefastos serão os efeitos sobre o seu processo de subjetivação”.

O contexto em que se estrutura o racismo no Brasil, pautado em um histórico de desmentido ou de não reconhecimento da violência fundante de longa duração, cujos efeitos deletérios seguem se perpetuando, pode suscitar uma experiência traumática já nos primórdios da infância de uma criança negra, já que esta não dispõe de recursos para lidar com os excessos pulsionais advindos de contextos da violência racial.

A forma pela qual se dá o racismo estrutural no Brasil, nomeado aqui de “ambiente tantalizante”, como no sentido atribuído por Zimerman (2008, p. 337), ocorre por meio de “um processo de dar [...] e tirar, acrescido de um apoderamento e de uma abolição do desejo do outro”. Este apoderamento e abolição do desejo do outro faz com que a população negra, no âmbito de seu grupo familiar, muitas vezes, tenha de conviver desde muito cedo com uma educação muito rígida. A criança negra é submetida a uma quantidade infinita de “nãos” (não corra, não transpire, não solte os cabelos, não se irrite etc.) com intuito, quiçá, de constituir sujeitos que possam se aproximar de uma “normalidade”, ou de um Ideal de brancura, tal como preconizado por Souza (1983).

1.2 Abolição inconclusa ou liberdade teórica

A abolição da escravatura, ocorrida em 13 de maio de 1888, deu-se na mesma esteira de mais um desmentido histórico ou de uma “liberdade teórica”, nas palavras de Bastide e Fernandes (2008, p. 65), vez que ocorreu sem que houvesse sido imputado aos senhores de escravos ou ao Estado brasileiro alguma contrapartida, reparo ou obrigação com relação aos libertos, os quais foram totalmente deixados à própria sorte.

Esta “liberdade teórica” livra os negros do cativeiro, mas os aprisiona moralmente, uma vez que ficaram a esmo, sem qualquer tipo de indenização ou de auxílio, diferentemente do que

ocorreu com os imigrantes europeus agraciados com incentivos, terras e todo um aparato legal, o que lhes possibilitou a construção de patrimônio e o enriquecimento de seus descendentes⁸.

Os ex-escravizados formaram a horda de miseráveis jogados pelas ruas, em busca de sobrevivência, o que deixou as autoridades apreensivas, pois interpretaram tal fato como sendo uma balbúrdia, ou vadiagem pura e simplesmente e, portanto, deveria ser reprimida.

Deste modo, quase um ano após a Proclamação da República e dois anos após a abolição, surgia a Lei da Vadiagem, sob o Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 (Brasil, 1890), dando-se início ao encarceramento em massa da população negra.

Terra (2021), em seu artigo intitulado “Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil e o Império Português numa perspectiva global (1870/1888)”, aponta que o aspecto de perseguição à ociosidade pode ser considerado elemento-chave nas políticas de controle sobre o trabalho; tendo como referência o contexto da abolição, o autor investiga, ainda, se a dita perseguição tinha como base o racismo.

Terra (2021, p. 156) parte de um comentário publicado no periódico *Gazeta da Tarde* acerca do fato de a Princesa Isabel proferir, de seu trono, em 3 de maio de 1888, “que tratava da necessidade da extinção do elemento servil, ao mesmo tempo em que trazia a importância de aperfeiçoar a ‘nossa legislação repressiva da ociosidade’”. O mencionado periódico sublinhava que o governo dava a impressão de estar atravessado por uma ideia falsa de que “o liberto torna-se o inimigo da ordem pública” e que a experiência demonstrava o contrário, então o periódico lança a seguinte pergunta: “a ideia do governo era libertá-los para enfiá-los na cadeia?”.

Ao que parece, a resposta é sim, já que esta lei ainda vigora no país, ou pelo menos vigorou até 2020, não se configurando mais como uma lei, sendo atualmente aplicada sob a forma de contravenção penal.

Ademais, ainda de acordo com Terra (2021), na Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871⁹, conhecida como Lei do Ventre Livre, já se postulava que, para além de libertar os filhos

⁸ Costa, Souza e Barros (2019) analisaram os principais marcos legais que regularam as políticas migratórias estatais no Brasil de 1808 até o presente (investigando, inclusive, a política migratória brasileira contemporânea). Na pesquisa, buscaram fazer um estudo das fases dessa política migratória e de suas transições, fases estas que os autores dividem em duas partes. Na primeira, analisam as fases percorridas pelos marcos legais que fixaram as políticas migratórias estatais, classificando-as cronologicamente em: fase da xenofilia (1808 a 1930), fase da xenofobia (1930 a 1969), e fase da segurança nacional (1969-2017?), interessando-nos aqui a primeira fase, a da xenofilia europeia, em que se depreende a presença estrangeira no país, com a chegada dos portugueses. No entanto, o marco legal a ser considerado como inicial foi a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que possibilitou a livre circulação de estrangeiros nos portos brasileiros, por meio da abertura dos portos às nações amigas, preconizada por Dom João VI. Este período durou até o início da década de 30 do século XX, caracterizado pelo incentivo estatal à imigração de europeus brancos para o Brasil, seja para a ocupação das grandes áreas com baixa densidade demográfica visando garantir a posse destes territórios, seja para substituição do braço escravo.

⁹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 02 set. 2023.

das mulheres escravizadas, os bebês nascidos “livres” ficariam até os oito anos de idade sob a autoridade do senhor de suas mães e, após isso, este seria ou indenizado ou se valeria da exploração do trabalho da criança fruto do ventre livre até os vinte e um anos de idade (Brasil, 1871).

Mas e após os vinte e um anos? Vejamos o que segue dizendo Terra (2021):

A lei possui muitos outros pontos, tendo alguns historiadores ressaltado a importância da garantia do direito dos escravizados de formar um pecúlio, e de obter a alforria caso tivessem os meios para indenizar o seu valor (Chalhoub, 1990). O que ainda não foi muito explorado é seu aspecto coercitivo em relação à vadiagem, exposto, por exemplo, na determinação de que os escravos libertados em virtude da lei ficariam “durante cinco anos sob a inspeção do Governo”, e seriam “obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos” (Lei de 28 de setembro de 1871). O constrangimento do trabalho, no entanto, cessaria se o liberto apresentasse um contrato de serviço (Terra, 2021, p. 158).

A Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885¹⁰, que regula a extinção gradual do elemento servil, mais conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários (Brasil, 1885), também trazia em seu bojo requintes de perversão e a exploração do trabalho como uma indenização ao seu ex-senhor. Assim, os negros idosos eram impedidos de mudarem de município pelo prazo de cinco anos a partir da data de sua libertação (conforme dispunha o parágrafo 14 do referido dispositivo legal). Os parágrafos 15 e 17 eram bem taxativos quanto às consequências de tal mudança de cidade, ao mencionar, respectivamente, que aquele “que se ausentar de seu domicílio será considerado vagabundo e apreendido pela polícia para ser empregado em trabalhos públicos ou colônias agrícolas” (*sic*) (Brasil, 1885, p. 95), e que “qualquer liberto encontrado sem ocupação será obrigado a empregar-se ou a contratar seus serviços no prazo que lhe for marcado pela polícia” (*sic*) (Brasil, 1885, p. 95).

Isto é, o direito ao ócio era garantido somente a quem tinha posses, de modo que, ainda conforme Terra (2021),

Mesmo existindo enquanto dispositivo legal, a perseguição à vadiagem é reeditada na lei de 1871, só que, nesse momento, especificamente para os libertos pela lei, como visto anteriormente. Sendo assim, é possível afirmar que é construído na letra da lei um sentido racializado de quem era o vadio, isto é, homens e mulheres de pele negra egressos do cativeiro. [...] na Lei do Ventre Livre [...], que incidia exclusivamente sobre os libertos, reforçava ainda mais as formas de controle, pois a esse trabalhador não bastaria somente apresentar uma ocupação, mas ele deveria mostrar-se empregado por alguém. Enfatizava-se, portanto, a necessidade de que os trabalhadores negros libertos fossem submetidos a um patrão (Terra, 2021, p. 159).

As confusões referentes ao suposto lugar de branco e ao de preto foram bem

¹⁰ Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179463. Acesso em: 03 set. 2023.

engendradas nos dispositivos legais deste país, tendo se transformado em fantasmas a atormentar as mentes colonizadas desta nação, que agora vem se esforçando, ainda que timidamente, para se despir da armadura que impede o reconhecimento de que sim, somos um país racista, algo que afeta a saúde mental da população negra e, de certo, a da população branca, em alguma medida.

Neste sentido, tal reconhecimento por parte da sociedade brasileira se faz necessário a fim de que possa ocorrer um deslocamento em direção a um posicionamento antirracista, o qual viabilize um testemunho de todos esses desmentidos, para caminharmos em direção a um reconhecimento acerca da experiência de que efetivamente emergimos a partir de uma violência fundante e de que se faz necessário, portanto, evidenciá-la.

Este é um resumo dos fatos históricos que trazem em seu bojo a violência fundante de nosso país. Se examinarmos mais proximamente, verificaremos que são tantas as violências descritas em livros de História e Sociologia (como por exemplo, a descrição dos porões dos navios negreiros ou tumbeiros, a situação de crianças no cenário da escravidão, estupro de mulheres escravizadas, castigos físicos e torturas etc.). No entanto, conforme salienta Pinsky (2006),

Ainda há autores que insistem em mostrar um país que privilegia o caráter cordial que sempre teria caracterizado as relações entre os brasileiros. Aqui tudo teria sido diferente – e mais pacífico. A independência ocorreu quando um membro da própria família real se deu conta de que ela era necessária: sem sangue. A abolição foi decretada pelas mimosas mãos de uma suave princesa: também sem sangue. A república foi proclamada durante um pacífico passeio de um militar e sua comitiva pelas ruas do Rio, outra vez sem sangue. E mesmo as rebeliões quarteladas teriam ocorrido em nosso abençoado país sem violência alguma (Pinsky, 2006, p. 72).

Pinsky (2006) elenca episódios históricos ocorridos sem qualquer tipo de derramamento de sangue. A razão disto seria pelo fato de toda a violência estar canalizada e despejada sobre os corpos negros?

Havia uma banalização do castigo, em decorrência de sua frequência excessiva, com “surras públicas e programadas” (Pinsky, 2006, p. 76), com castigos aplicados e realizados de forma improvisada (com uma vara de marmelo, por exemplo). Cenas assim eram descritas pelo autor, a saber: “O escravo novo, mal acabado de chegar, já levava uma surra de relho ‘para não se meter a besta’, isto é, para se manter em sua condição de escravo” (Pinsky, 2006, p. 76).

Ou ainda: “O negro, após sessões contínuas de tortura, deveria engolir o seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência” (Pinsky, 2006, p. 78), ou seja, o famoso e vergonhoso “engole o choro”; havia uma completa falta de empatia com a dor daquele negro torturado, que não era reconhecido como pessoa.

Pinsky (2006, p. 78) segue dissertando sobre aquilo que foi denominado por ele de “violência institucionalizada”, por serem “relações aceitas como corretas, era tortura prevista em lei”, salienta o autor. E é preciso que o leiamos com atenção:

para evitar a “paixão” dos algozes improvisados, o governo organizou a tortura [...] os açoites eram aplicados entre nove e dez horas da manhã. A cerimônia, anunciada com antecedência, provocava um ajuntamento de povo que via os infelizes, acorrentados, chegarem, em fila de dois, escoltados pelos soldados, até uma praça central. No pelourinho - [...] - o negro era amarrado e supliciado. O povo escolhia o lugar predileto para assistir à bárbara cena: ficando atrás da vítima podia observar melhor os estragos feitos pelo látigo, mas ficando de frente, podia presenciar com mais acuidade as expressões de dor a cada açoite. Debret lembra que havia carrascos que por sua habilidade atraíam um público maior que outros! (Pinsky, 2006, p.76).

Dá para se ter uma ideia para onde se deslocava o derramamento de sangue, tão ausente nas batalhas históricas da sociedade brasileira e ainda tão presente nas periferias e cafundós deste Brasil.

1.2.1 Sem voz ou sem escuta?

O escravizado não tinha voz. Fontes que estudavam a escravidão brasileira, por vezes, eram representantes dos setores da sociedade que tinham interesse em sua manutenção. Ora, então podemos considerar que o escravizado não era de fato escutado!

Com o advento da abolição, não houve sequer a preocupação em se relatar depoimento oriundo diretamente dos ex-escravizados. Maestri Filho (1988, p. 9) acredita que isto não ocorreu gratuitamente, já que não relatar esses depoimentos diretamente facilitou a manutenção das “afirmações sobre a doçura da escravidão brasileira”.

O espaço possível de se ouvir a voz do escravizado, segundo Maestri Filho (1988), acha-se registrado em riquíssima documentação judiciária, vez que

O homem escravizado, considerado para todos os fins como mercadoria produtora de mercadoria, reassumia contraditoriamente sua condição humana quando delinquia. Como criminoso, reconheciam-lhe o “livre-arbítrio” que, na vida civil desconheciam que possuísse. E era então duramente castigado. Estudando os diversos aspectos da “delinquência” servil podemos aquilatar a importância e a pluralidade das formas da resistência ao escravismo (Maestri Filho, 1988, p. 65).

Fuga, formação de quilombos, suicídios, compra ou alcance de alforrias foram as formas possíveis dessa população tentar se livrar da condição de escravizado, portanto, são entendidas aqui como formas de resistência.

É importante frisar que, a partir da desorganização do trabalho servil por meio da desintegração da ordem escravocrata, ou seja, no período imediatamente seguinte ao da pós-abolição, a situação dos ex-escravizados, tomando-se como exemplo a cidade de São Paulo, chegou a um grau tão elevado de degeneração que levou aquela população a ter como destino os cortiços e porões da cidade.

São Paulo se multiplicava rapidamente e com tamanha abundância que seu destino foi o de ocupar lugar similar ao das grandes metrópoles europeias; enquanto isso, a população de negros e mestiços, que já não dava mais conta de viver abarrotados nos cortiços e porões, migravam para a região norte do país e também para o interior do Estado, de onde muitos deles tinham vindo ao longo do processo do tráfico interno, tráfico este que viabilizou o crescimento e o enriquecimento das grandes fazendas de café, o que alavancou o progresso da cidade.

Neste processo, de caráter bastante dissociativo pela perspectiva da Psicanálise, vemos uma grande violência, um choque, uma espécie de trauma coletivo que, uma vez mais, abalroará a população de negros e mestiços.

Os negros, sob a condição de escravizados, tiveram suas participações como sujeitos servis. Mas, ainda assim, sujeitos de um processo que consolidou a produção cafeeira na capital paulista. Produção esta que se configurará como o fio condutor que levará à concretização de um ideal capitalista e industrial que já se instalara por aqui.

Assim, negros e mestiços carregaram consigo um mal-estar jamais visto ou sentido por alguém que acabara de se tornar cidadão, ou seja, a sua relevância enquanto elemento propulsor da produção agrícola deixa de existir e a sua capacidade produtiva se esvazia precisamente no instante em que a cidade se mostra mais europeizada do que nunca, dada a quantidade de imigrantes europeus que por aqui se instalaram.

A partir de 14 de maio de 1888, o que houve foi a expurgação do elemento negro do cenário que ora se abria, o da livre concorrência frente à lei da oferta e da procura. O que o mercado ofertava em abundância era mão de obra europeia, em primeiríssimo lugar, em segundo, a mão de obra dos brancos nacionais, em terceiro, a dos caboclos, e a do refugo, se houvesse oportunidade, seria destinado aos negros e mulatos.

O desmentido parece estruturar a formação da subjetividade do povo brasileiro, a violência que nos funda parece correr ao largo, até mesmo no campo psicanalítico, em que, por vezes, o não dito ocupa o lugar do dito, o não visto ocupado o lugar do visto, de forma a possibilitar, ainda que inconscientemente, a abertura de fissuras entre os diferentes, nativos e estrangeiros, perpassados ambos por um desmentido que atravessa a fundação do país.

1.3 A cultura brasileira: mitos e os seus entre parênteses

A insistente presença de uma suposta democracia racial que flerta descaradamente com “‘a adolescente’ neurótica que a gente conhece como cultura brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 88) remete-nos a pensar neste dito pelo não dito que se produz e se reproduz quando o tema é a questão racial. Para não mitificar, é importante nomear o que Lélia Gonzalez considerou como “adolescente neurótica”, a qual chamaremos de cultura brasileira, a fim de que possamos nos ater a respeito das responsabilidades dos sujeitos que estão por trás daquilo que entendemos como cultura brasileira – grande reprodutora de não ditos e de silenciamentos.

Gonzalez (2020) acredita que é no Carnaval que há uma exaltação a esse mito. Para ela, é neste espaço de tempo, neste entre parênteses – que é como Gonzalez conceitua o Carnaval – o lugar possível para o negro reinar e demonstrar que ele conhece e lida com a democracia racial. A autora assevera que

Exatamente por isto que no resto do ano há reforço do mito enquanto tal, justamente por aqueles que não querem olhar para onde ele aponta. A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do Escravo, tem que ser recalçada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões que a consciência cria para si mesma (Gonzalez, 2020, p. 92).

A cultura brasileira parece se nutrir daquilo que não é dito, do que não é visto, escondendo-se atrás do mito – que, fora dos parênteses (do Carnaval), exerce sua função primordial –, uma vez que, segundo Souza (1983, p. 25), “o mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual – uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. [...] É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em ‘natureza’”.

Rivera (2020) traça um paralelo entre a escuta por parte do(a) analista e o estado da Psicanálise no Brasil. Se no primeiro caso, partir do dispositivo analítico, fazemos, enquanto psicanalistas, emergir atos falhos e lapsos, reposicionando a linguagem e a posição do sujeito; no segundo, ou seja, em relação ao estado da Psicanálise no Brasil, seria sublinhar “fatos falhos” (ou aquilo que denominei de desmentidos históricos), de modo a revelar dissonâncias no intuito de desafiar narrativas encobridoras e, neste sentido, permitir que as verdadeiras linhas de força se manifestem. Isso se relaciona com a necessidade de confrontar discursos dominantes e revelar as tensões subjacentes, a fim de promover uma compreensão mais profunda e autêntica da Psicanálise no Brasil.

Mbembe (2018, p. 61) considera que, para a constituição do mito negro, foi preciso que

a partir de um conjunto – tanto de discursos como de práticas, o que para o autor se configura na “razão negra” – ocorresse um trabalho diário no sentido de “inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro como sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática”.

Este primeiro momento – em que se pretende codificar o aparecimento de um sujeito racial, objetivando responder a questões atinentes àquele sujeito: “Quem é ele?”; “Como o reconhecemos?”; “O que o diferencia de nós?” etc. – Mbembe (2018) nomeia como “consciência ocidental do negro”, que no esforço de responder a tais questões, nomeará uma realidade que lhe é exterior. A “consciência ocidental do negro” Mbembe (2018, p. 62) qualifica de constelação que não cessa de se alterar com o tempo e assume “formas múltiplas, contraditórias e divergentes [...]”.

Mbembe (2018) segue dissertando – em um outro texto em cujas respostas serão dirigidas às questões em primeira pessoa: “Quem sou eu?”; “Serei eu, de verdade o que dizem que sou?”; “Será verdade que não sou nada além disto – minha aparência, aquilo que diz e que se vê de mim?” etc., – ao atribuir à “consciência ocidental do negro” um estatuto de “juízo de identidade” e, de modo inverso, o segundo momento é considerado por Mbembe (2018) como “uma declaração de identidade”, lugar possível de se dizer de si mesmo desde um lugar onde ele não é pensado.

Souza (1983), ao abordar o mito, está descrevendo o mito negro, que a meu ver está associado àquilo que Mbembe conceituou como “consciência ocidental do negro”, lugar em que o negro é falado e pensado na terceira pessoa, condição necessária para que o mito se criasse, sendo fundamental romper com “uma das figuras características do mito – a identificação – e impondo a marca do insólito, do diferente” (Souza, 1983, p. 26).

Poderíamos considerar que a definição de mito dada acima (item 1.3) por Souza (1983), pode contemplar a ideia do que se configurou no país como sendo o mito da democracia racial, em que teríamos um mito (o negro) dentro de outro mito (a ideia de democracia racial).

Souza (1983, p. 25) considera que “enquanto produto psíquico, o mito resulta de um certo modo, do funcionamento do psiquismo em que predomina o processo primário, o princípio do prazer e a ordem do imaginário”, de modo que se cria uma espécie de “faz de conta” para que haja a sua efetiva sustentação.

E esse faz de conta me parece muito similar à conceituação de como se opera o desmentido sintetizado por Mannoni (1973), na frase “eu sei, mas mesmo assim”.

Mannoni (1973, p. 18), na introdução de seu livro, pontua que a partir da crença “há um

ponto muito importante, [...]: é o que resta sempre das crianças não iniciadas e mistificadas”. Considera que em toda iniciação há um conluio no sentido da manutenção de um segredo, e que os iniciados em uma crença, ao participarem de um ritual de mistificação, terão as crianças como suporte de suas crenças, ou seja, nas crianças é que ficará depositado o misticismo da experiência vivenciada pelo iniciado. De modo que “é preciso que a crença sobreviva ao desmentido, embora ela se torne inapreensível e que se veja dela apenas os efeitos completamente paradoxais” (Mannoni, 1973, p. 24).

Um dentre vários exemplos deste comportamento pode ser visto no perfil do Instagram¹¹ de um rapaz brasileiro mestiço que mora na Itália; não somente reside na Itália como também fundou uma Companhia de Teatro por lá. Ele afirma que pessoas inadvertidas, quando descobrem que ele criou uma companhia de teatro na Itália, dizem espantadas: “Nossa, nem parece!”. E ele segue se perguntando: “se for parar para pensar na cara das pessoas que fundaram companhias de teatro desenvolvendo pesquisa social na Europa, será que elas se parecem comigo?” (no vídeo postado em seu perfil aparecem algumas imagens e pessoas fundadoras de teatro com este mesmo intuito, todas brancas); logo, ele conclui: “é, nem parece” (Eduardo O Landim, 2024). Tudo com muito deboche e bom humor.

Esta expressão “nem parece”, que nós negros e negras ouvimos por aí, é similar ao que Mannoni (1973) supramencionou: trata-se de uma crença que necessita sobreviver ao desmentido. Ou dito de outro modo: “existe uma crença, essa crença pegajosa em relação à cor, em relação a todo um continente epistêmico criado para *nadificar* aqueles que sempre estiveram no interior da produção, produzindo riquezas, mas foram dela alijados” (Barros, 2019, p. 21, grifo do autor).

Referindo-se a Freud, Mannoni (1973) resgata sua descoberta no sentido de afirmar que a ação do desejo se opera à distância sobre algo consciente, fazendo com que as leis do processo primário se manifestem, de modo que “a *Verleugnung*¹² (pela qual a crença continua após o repúdio) se explica pela persistência do desejo e as leis do processo primário”.

Bento (2022, p. 23), em um outro contexto, escreve acerca da herança histórica de escravocratas e descendentes de escravizados que se veem às voltas, inconscientemente, com aquilo que lhes foi historicamente acumulado em termos de violência e dor intensa, sendo que tais reflexos se fazem sentir “na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas”. E complementa afirmando que “fala-se muito na herança da escravidão e nos impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos

¹¹ Criador de Conteúdo (Pílulas do Quotidiano). Instagram @o.eduardolandim.

¹² Recusa, repúdio.

positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 23).

Repudia-se, de um lado, a condição de privilégio da branquitude amparada em seus pactos narcísicos, e, de outro, a violência material e simbólica impetrada contra a população negra; e isto está latente, tanto para um lado quanto para o outro, aportados por uma espécie de “faz de conta” cujo suporte se aloja na crença do mito da “democracia racial”, na negação do racismo e em toda a história da nossa fundação, ela própria perpassada pela *Verleugnung*, ou por um “eu sei, mas mesmo assim...”.

1.4 Vozes que ecoam em nós

Mas como se deslocar para uma “declaração de identidade” e se pensar e falar em primeira pessoa?

A fim de se distanciar da figura do mito negro, Souza (1983) acredita que será necessário que o negro se negue ou se afirme, e o branco será tomado como parâmetro; ao sujeito negro não há permissão de apenas ser, “a espontaneidade lhe é um direito negado [...] há que estar alerta. Não tanto para agir, mas sobretudo para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente” (Souza, 1983, p. 27).

Há uma experiência de viver em estado de constante alerta, de apreensão, ou ainda, sob um estado de constante evitação de situações em que seja necessário se impor, sob a ameaça de trazer à tona a representação do mito negro nesta sociedade, por meio de expressões como “o irracional, o feio, o sujo, o sensitivo, o superpotente, o exótico [...]” (Souza, 1983, p. 27).

Parece que a população negra do período pós-abolição buscou uma saída. Alguns parágrafos acima afirmamos que o escravizado não tinha voz, ou que não havia escuta para aquele ser que, nos dizeres de Mbembe (2008), tivera a sua humanidade sustada.

No entanto, no Brasil da fase da pós-abolição, há o movimento imprensa negra, que produzirá aquilo que Mbembe (2018, p. 62) conceituou como “declaração de identidade”, ou seja, um espaço possível em que filhos e netos de escravizados construíram uma forma de “ser aquele sobre o qual não se exerce o domínio; aquele que não está onde se diz estar, muito menos onde é procurado, mas sim ali onde ele não é pensado”.

Na pós-abolição, os negros eram retratados de forma bastante negativa pelos periódicos da época. Domingues (2008, p. 30) observa que eles eram alvo de notícias de jornais sensacionalistas e retratados como “ladrões, assassinos, desordeiros, prostitutas, bêbados, vagabundos. Ademais, imperava o silêncio e a invisibilidade, O espaço reservado [...] para

divulgar dificuldades, eventos, feitos e anseios da comunidade era praticamente nulo”.

Nesse sentido, a imprensa negra, de acordo com Domingues (2008), surge em 1889, momento em que um líder negro abolicionista chamado Ignácio Araújo Lima fundou, em São Paulo, o jornal “A pátria: órgão dos homens de cor”, no qual, por meio de um discurso politizado, a pauta era o 13 de maio e a emancipação da pátria. O momento político era instável e a monarquia dava seus últimos suspiros diante da implantação ou não de uma República.

O referido jornal considerava tanto os liberais quanto os conservadores como elementos que produziam a perseguição e a opressão e, portanto, defendiam o Partido Republicano. Domingues (2008) detalha o que aconteceu três meses depois, já com o advento da Proclamação da República:

Pouco mais de três meses depois, a República foi instalada no país. Todavia, não se confirmou o vaticínio do jornal. Com a abolição do sistema escravocrata em 1888 e a instauração da República em 1889, a classe dominante empreendeu um projeto político assentado nos postulados do “racismo científico e do darwinismo social e lançou o Brasil numa campanha nacional [...] para substituir a população mestiça brasileira por uma população ‘branqueada’ e ‘fortalecida’ por imigrantes europeus” (Andrews, 1991, p. 32). Os ex-escravos e seus descendentes foram abandonados a toda ventura, e muitos deles passaram a viver em estado de penúria. Para mudar este quadro desfavorável, um grupo de afro-brasileiros fundou o que se denominou “imprensa negra”, uma série de jornais alternativos voltados para a luta na defesa dos interesses da “classe dos homens de cor” (Domingues, 2008, p. 20).

Mbembe (2018), no ato de produzir esta segunda escrita, em primeira pessoa, ou dito de outro modo, ao se produzir uma “declaração de identidade”, apresenta-nos alguns traços distintivos dessa escrita, a saber: é uma escrita que se esforça para fundar um arquivo cujo objetivo é o de restituir aos negros a sua história.

Aí nos depararemos com a falta de vestígios de tudo o que foi vivido pelos negros e onde estes foram produzidos, já que nem todos os vestígios foram preservados. Então, Mbembe (2018, p. 63) questiona: “[...] como é que na ausência de vestígios de fontes de fatos historiográficos, se escreve a História?”.

A resposta é dolorosa, para se dizer o mínimo, já que a história dos negros, dirá Mbembe (2018, p. 63), “só pode ser feita com base em fragmentos, mobilizados para dar conta de uma experiência em si mesma fragmentada, a de um povo em pontilhado, lutando para se definir [...] como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis por toda a superfície da modernidade”.

Trata-se de uma escrita que traz em seu bojo um esforço em possibilitar o surgimento de uma comunidade que será forjada a partir do que ficou como restos ao redor do mundo, cujo “objetivo é, na verdade, escrever uma história que reabra para os descendentes de escravos a

possibilidade de voltarem a ser agentes da história propriamente dita” (Mbembe, 2018, p. 63-64).

Neste sentido, o lugar da imprensa negra no Brasil pode ser pensado como uma “declaração de identidade”, por trazer em seu cerne características de tentar reconstruir a história fragmentada da população negra, por sua ambiguidade, pois ainda que se expresse em “primeira pessoa e no modo possessivo, seu autor é um sujeito tomado pela obsessão de ter se tornado estranho a si mesmo, mas que mesmo assim busca assumir o mundo com responsabilidade, proporcionando a si mesmo seu próprio fundamento” (Mbembe, 2018, p. 64).

hooks (2019) sublinha que

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um crescimento. Este ato de fala, de “erguer a voz”, não é mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019, p. 38-39).

A fala, a voz e a escrita parecem-me terem sido uma das saídas encontradas por parte da população negra que, ao ir se deslocando do lugar de objeto para o de sujeito, tem trazido grandes contribuições para o fazer psicanalítico que não abdique de considerar o metaenquadre de nossa sociedade, marcado por uma violência fundante e incessante que incide sobre o corpo e o psiquismo da população negra.

Assim, fala, voz e escrita são como elementos de “declaração de identidade” (Mbembe, 2018, p. 62) dos quais a população negra (ou o diferente, o estrangeiro) tem se valido para a desconstrução do mito negro – lugar de afirmação da branquitude –, exatamente pelo fato de que esta construção é o lugar do diferente, do excluído. Deixar de ser estranho a si mesmo e se posicionar como sujeito – e não mais como objeto – é o movimento que a população negra do Brasil vem construindo, de modo que “a reivindicação de ‘lugar de fala’ e afirmação de significantes referentes à cor de pele, origens e gênero devem assim ser vigorosamente comemoradas” (Rivera, 2020, p. 25).

2 SOBRE AS TEORIAS DO TRAUMÁTICO

Neste capítulo faremos uma incursão pelos conceitos teóricos de Freud e de Ferenczi, a fim de abordar a conceituação relativa ao trauma. Contaremos também com contribuições de autores pós-freudianos para, a partir destes, construirmos um pensamento teórico-clínico com base na experiência da presente pesquisadora na clínica, em que se possibilita a escuta do indizível a partir das experiências do trauma em decorrência da violência racista.

A palavra trauma, etimologicamente, deriva do grego e seu significado é “ferida”, que por sua vez é derivada de *traumatós* (também de origem grega), cujo sentido é “furar”, ou seja, um trauma seria uma ferida com efração. Tal termo, usado costumeiramente na Medicina, foi retomado pela Psicanálise, “transpondo para o plano psíquico as três significações que neles estavam implicadas: a de um choque violento, a da efração e as consequências sobre o conjunto da organização” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 523).

Estas últimas seriam o traumatismo, que de acordo com Freud, remete aos aspectos econômicos do psiquismo, ou seja, a tudo aquilo que nos processos psíquicos está relacionado aos investimentos “na sua mobilidade, nas variações da sua intensidade, nas oposições que entre eles se estabelecem (noção de contrainvestimento), etc.” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 121).

Assim, esta ferida pode ser pensada como uma marca, uma espécie de estigma sob a forma que Erving Goffman (2022) conceitua em “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. O autor escreve:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos (Goffman, 2022, p. 11)

Goffman (2022) considera que os estigmas que os gregos tinham em mente alcançam similaridade no contexto sociológico. Ele complementa seu raciocínio: “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (Goffman, 2022, p. 14).

O contexto sob o qual o estigma será abordado nesta pesquisa está atrelado ao campo psicanalítico, sem, contudo, afastar-se da possibilidade de diálogo com outras disciplinas (como a História e a própria Sociologia), uma vez que na abordagem relativa ao trauma não podemos nos esquivar da incidência do meio que nos circunda.

Aulagnier (1990) ressalta que a dimensão histórica não deve obscurecer a universalidade de certos conceitos freudianos, e tampouco nos conduzir a subestimar a perenidade das dinâmicas do sujeito com o “real”. Aulagnier (1990, p. 135) inclui neste “real” o aspecto social, considerado pela autora como um real muito ambíguo, uma vez que a relação do sujeito com o real tem algo de irredutível, em que “o discurso cultural, porta-voz da instituição social, visará sempre sujeitar o saber, por mais revolucionário que seja, à consolidação da instituição que ele tem de preservar”.

Rivera (2020), por meio de seu livro “Psicanálise Antropofágica”, propõe uma contribuição no sentido de descolonizar o pensamento, aspecto que dialoga com a proposta da presente dissertação. E neste sentido pode contribuir para diluir aquilo que Aulagnier (1990) classificou como um real muito ambíguo, lugar do aspecto social em que o sujeito se vê diante do irredutível do real que submete o seu saber, via discurso social, à manutenção das instituições. Rivera (2020) parte da antropofagia proposta por Oswald de Andrade (conforme sugere o título de sua obra) para apontar caminhos possíveis de devorar “nossos grandes mestres, sim”¹³, e para que, em um ritual tal qual o descrito por Freud (1912-1913/2013) em “Totem e Tabu”, “possamos expeli-los, um tanto, também – para que os comamos juntos, em grande banquete, todos à roda, deglutindo uns aos outros e digerindo a pirâmide do poder para dela vomitar o mosaico”¹⁴.

Logo, Rivera (2020, p. 25) considera necessário que se reconheça, do ponto de vista ético e político, que a narrativa mítica do pacto social – tal como contida em “Totem e Tabu”, de Freud – não se cumpriu como modelo para uma sociedade justa, mas ao contrário, o seu surgimento ensejou uma “hipócrita denegação da exploração e violência colonial sobre a qual se edificou o Iluminismo europeu”. Ela segue dissertando que:

E em um país periférico, desigual e ainda hoje sob o jugo do neocolonialismo como o Brasil, trata-se de revelar que tal narrativa, que costumamos tomar como esquema estrutural do advento da Lei, só pode agir como farsa – na medida em que simplesmente não há e nunca houve uma “sociedade dos irmãos”, a não ser localizadamente, entre aqueles que detêm os privilégios (Rivera, 2020, p. 25).

Neste sentido, desnuda-se a importância de buscar significantes que possam, de forma plural, reconfigurar o pacto social, suspendendo recalcamientos enraizados na sociedade brasileira. Isso é crucial para explicitar as forças que se opõem ou convergem, promovendo assim uma compreensão mais profunda acerca das dinâmicas sociais e políticas do Brasil. Este

¹³ Constante em nota na orelha do livro de Rivera (2020).

¹⁴ Idem.

é um chamado para uma reflexão crítica e transformadora da realidade social por meio de uma abordagem antropofágica, que dialoga com a Psicanálise e com a cultura brasileira.

2.1 O trauma em Sigmund Freud

Pode-se ler em “Diário Clínico”, de Ferenczi (1932/1990), o seu autoquestionamento acerca do que é o traumático: seria uma agressão ou suas consequências? Ferenczi responde:

A “*response*” por uma capacidade de adaptação das crianças, mesmo muito pequenas, às agressões sexuais ou outras agressões passionais é muito maior do que imagina. A confusão traumática sobrevém na maioria das vezes, em consequência da agressão e da reação serem desmentidas pelos adultos, sob o peso da má consciência, e tratadas até como merecedoras de punição (Ferenczi, 1932/1990, p. 223, grifo do autor).

Nos anais da Psicanálise, no que tange à origem do arcabouço teórico da Psicanálise, deparar-nos-emos com o “choque” quando o formulador da teoria denega aquilo que foi relatado por suas pacientes neuróticas acerca do abuso sexual por seus parentes próximos, fato relatado na famosa Carta 69, de 21 de setembro de 1897, endereçada a Fliess, na qual Freud profere a seguinte frase: “[...] Confiar-lhe-ei de imediato o grande segredo que lentamente comecei a compreender nos últimos meses. *Não acredito mais em minha neurótica* [teoria das neuroses]” (Freud, 1897/1996c, p. 309, grifo nosso). Esse choque ou trauma perpassa toda a construção da teoria psicanalítica.

Em “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)”, vislumbramos o início da Psicanálise, tendo como protagonistas o trauma e a histeria. É a partir dos estudos de casos sobre a histeria que Freud e Breuer (1893-1895/1996 p. 39-40) afirmarão que “são teoricamente valiosos porque nos ensinaram que fatos externos determinam a patologia da histeria [...], nos casos de histeria ‘traumática’ o que provoca os sintomas é o acidente”. Ainda na mesma obra, mas no texto intitulado “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar”, os autores consignam que aquilo que o paciente não gosta de discutir pode estar associado ao fato de sua incapacidade de se lembrar, e isto ocorre sem que haja por parte do paciente uma suspeita de uma “conexão causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico” (Freud; Breuer, 1893-1895/1996, p. 39)

Ao seu tempo, eles se valeram da hipnose para evocar as lembranças do período em que os sintomas surgiram. Foi por meio da hipnose que Breuer e Freud puderam teorizar acerca da patologia da histeria e estabelecer que os fatores externos foram os determinantes desta patologia.

Trauma psíquico como um corpo estranho também aparece no referido texto, fazendo-se manifesto por meio da lembrança, que permanece em ação. O trauma se instala não com as experiências em si, mas com sua revivescência, como uma lembrança.

Freud, na Carta 52, de 6 de novembro de 1896, enviada a Fliess, escreveu:

[...] o material presente em forma de traços de memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações (Freud, 1896-1996, p. 281, grifos do autor).

No trecho supratranscrito, podemos considerar a existência de uma aproximação com o conceito em um *a posteriori*, ou seja, o trauma se instaura a partir da lembrança do evento traumático, e o dito evento arranjar-se-ia em uma espécie de retranscrição, em um desdobramento da memória em vários tempos.

Kilomba (2019), em “Memórias da Plantação”, livro em que analisa a atemporalidade do racismo cotidiano, descreve este corpo estranho, experienciado em um *a posteriori*. Assim, na perspectiva daquilo que pretendemos examinar ao longo desta pesquisa, os efeitos psíquicos da violência racial – no sentido de contribuímos para a construção de um pensamento metapsicológico, de modo a identificar e reconhecer a existência, as dimensões e as consequências do racismo em seus aspectos traumáticos a serem considerados na abordagem e na intervenção psicanalítica – serão esses *a posteriori*.

Nesse sentido, Kilomba (2019, p. 29, grifos da autora) considera que a combinação dessas “duas palavras ‘*plantação*’ e ‘*memórias*’”, descreve o racismo cotidiano como sendo a experiência de viver, cotidianamente, cenas de violência racistas, e que isto remete as pessoas negras a reviverem uma cena colonial, cujo cenário é o da “*plantação*” – ou seja, cenas do período em que nas Américas havia um sistema de exploração colonial adotado entre os séculos XV e XIX, que se caracterizou pela existência de grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado e exportação para a metrópole. A autora faz menção ao choque que estas reencenações produz no sujeito negro, enfatizando que:

A combinação dessas duas palavras, “*plantação*” e “*memórias*”, descreve o racismo cotidiano não apenas como reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o *sujeito* negro em uma cena colonial na qual, como no cenário da *plantação*, ele é aprisionado como a/o “*Outra/o*” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o *sujeito negro* estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia (Kilomba, 2019, p. 29-30, grifos da autora).

Retornando a Freud, cabe levar em consideração que, com relação à predisposição histérica, até então indefinida, Freud iria localizá-la, inteiramente, ou em parte, pela ação póstuma de um trauma sexual na infância. Trauma este por ele denegado – conforme noticia a Fliess na famosa Carta 69, de 21 de setembro de 1897 (Freud, 1897/1996c) –, mas que foi importante para que Freud trouxesse à baila as fantasias inconscientes que já o norteavam antes mesmo de deixar de acreditar em suas neuróticas.

Na referida carta, Freud constata que no inconsciente “não há indicações de realidade, de modo que não se consegue distinguir entre verdade e a ficção que é catexizada com afeto” (Freud, 1897/1996c, p. 310), desviando assim o percurso da teoria da sedução com base nas fantasias.

Em “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)”, Freud estabelece uma comparação entre a patogênese da histeria comum e a das neuroses traumáticas, afirmando que “nas neuroses traumáticas a causa atuante da doença não é o dano físico insignificante, mas o afeto do susto – o trauma psíquico” (Freud; Breuer, 1893-1895/1996, p. 41). Freud fala de experiências que evocam afetos aflitivos (susto, angústia, vergonha ou dor física), o que dialoga com a analogia feita por Kilomba (2019) relativamente aos termos “plantação” e “memórias”, uma vez que a violência racial evoca, igualmente, efeitos muito aflitivos, os quais serão abordados, nesta pesquisa, como trauma psíquico.

Assevera Freud (1897/1996b, p. 301), na comunicação feita a Fliess, por meio do Rascunho M, de 25 de maio de 1897, que as fantasias “se originam da combinação inconsciente, e conforme determinadas tendências de coisas experimentadas e ouvidas”, em um processo de amálgama e distorção, de modo a produzir uma falsificação da memória em que a cronologia é deixada de lado. Assim, é possível perceber que Freud (1897/1996b) está caminhando no sentido de uma mudança teórico-clínica da qual fará emergir a realidade psíquica como um conceito fundamental.

É também em “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)” que encontramos a base teórica da invenção de Freud, com conceitos como memória (conforme supracitado), traços mnêmicos¹⁵, lembranças encobridoras¹⁶ e a fantasia, esta última – comunicada por Freud

¹⁵ Segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 512), em seu “Vocabulário de Psicanálise”, o verbete Traço Mnésico (ou mnêmico) é: “a expressão usada por Freud ao longo de sua obra para designar a forma como os acontecimentos se inscrevem na memória. Os traços mnésicos são, segundo Freud, depositados em diversos sistemas; subsistem de forma permanente, mas só são reativados depois de investidos”.

¹⁶ No mesmo “Vocabulário de Psicanálise”, Laplanche e Pontalis (2001, p. 264) definem o verbete Lembranças Encobridoras como sendo “lembança infantil que se caracteriza ao mesmo tempo pela sua especial nitidez e pela aparente insignificância do seu conteúdo. A sua análise conduz a experiências infantis marcantes e a fantasias

(1897/1996a, p. 293) a Fliess em Carta 59, datada de 6 de abril de 1897¹⁷ – é apresentada como “um novo elemento da produção inconsciente”, e que ela diz respeito a coisas ouvidas por crianças em idade precoce, mas que só posteriormente será compreendida.

No processo de construção de seu pensamento acerca das fantasias, Freud debater-se-á no sentido de tentar manter a crença em suas neuróticas, porém, a partir da descrença nelas, ele avançará em sua construção teórica, considerando a origem das fantasias com base em “uma combinação inconsciente e conforme determinadas tendências de coisas experimentadas e ouvidas”, consoante comunicado feito ao seu amigo Fliess, no Rascunho M¹⁸ (Freud, 1897/1996b, p. 301), no sentido de tentar barrar a lembrança da qual os sintomas surgiram.

Dessa descrença, Freud paulatinamente construirá as teorias da fantasia inconsciente, de realidade psíquica, até alcançar o Complexo de Édipo; mas para que isso ocorra, ele viverá um impasse que direcionará o conceito de fantasia a um determinismo endógeno, desviando-se do implícito Complexo de Édipo que já rondava seus escritos (Monzani, 2014, p. 53).

Posteriormente, ele reconhecerá e identificará “nessa fantasia de ser seduzida pelo pai a expressão do típico complexo de Édipo nas mulheres”, afirmando que “agora encontramos mais uma vez a fantasia de sedução na pré-história pré-edípica das meninas; contudo o sedutor é regularmente a mãe [...] Aqui a fantasia toca o chão da realidade [...]” (Freud, 1932/1996, p. 121).

O impasse vivido por Freud tratava-se de uma distorção teórica, já que na primeira forma da teoria da sedução ele apontou os fatores externos como preponderantes na estruturação da sexualidade humana, dando um realce às fantasias; ela foi sucedida – nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905-1916/1996) – por uma segunda fase, em que os fatores internos eram mais relevantes. Ambas as formulações apontavam para o determinismo endógeno, já que “só mais tarde, quando simultaneamente ambos os fatores, ambas as séries são levadas em consideração, [é] que a teoria freudiana encontrou seu ponto de equilíbrio” (Monzani, 2014, p. 54).

Há um jogo de sedução entre mãe e bebê: de um lado, o bebê deseja ser seduzido e, de outro, a mãe o seduz. Na realidade, a condição de desamparo em que o ser humano vem ao mundo e o longo período de dependência das figuras parentais – sobretudo da figura materna

inconscientes. Como o sintoma, a lembrança encobridora é uma formação de compromisso entre elementos recalçados e a defesa”.

¹⁷ Carta 59, de 6 de abril de 1897: “[...] O aspecto que me escapou na solução da histeria está na descoberta de uma nova fonte a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente. O que tenho em mente são as fantasias histéricas, que, habitualmente, segundo me parece, remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde. A idade em que elas captam informações dessa ordem é realmente surpreendente dois seis ou sete meses em diante! [...]” (Freud, 1897/1996a, p. 301).

¹⁸ O Rascunho M se refere a um anexo à Carta 63, a qual não foi incluída no volume I das Obras Completas de Freud, somente o Rascunho M, datado de 25 de maio de 1897 (Freud, 1897/1996b).

ou de quem quer que seja que exerça essa função – resultam neste jogo de sedução.

Em decorrência da necessidade de nutri-lo, ao bebê é ofertado o seio materno, primeiro objeto erótico da criança. Todo o processo de cuidados com a criança a levará a ter sensações agradáveis ou não, resultando em que “essa sedução insidiosa realiza-se no encontro de duas séries: a irrupção da sexualidade infantil como expressão das pulsões e a inoculação da sexualidade adulta através da mãe” (Monzani, 2014, p. 54).

Na retomada de Freud à teoria da sedução, de modo a dar sustentação ao Complexo de Édipo, foram levados em consideração os aspectos da sexualidade infantil, que deixa de ser pensada pelo viés de um rígido determinismo.

Em “Além do princípio do prazer”, Freud (1920/2010) destaca que considera o quadro da neurose traumática similar ao da histeria; ainda no ano de 1920, refere-se à não obtenção de uma compreensão plena acerca das neuroses de guerra, tampouco das neuroses traumáticas.

Ao fazer uma distinção entre uma e outra, Freud (1920/2010, p. 168-169) considera que nas neuroses de guerra, “o fato de o mesmo quadro clínico surgir ocasionalmente sem o concurso de uma dura força mecânica teve efeito esclarecedor e, ao mesmo tempo, desconcertante”. Nas neuroses traumáticas comuns, ele destaca duas características que precisam, *a priori*, serem refletidas: a primeira característica é que sua causa principal teria sido o “fator surpresa do terror; em segundo, uma ferida ou contusão sofrida simultaneamente atuava, em geral, contra o surgimento de uma neurose” (Freud, 1920/2010, p. 168).

O fator surpresa e o terror produziam a neurose nos soldados, mas o que poderia evitar o quadro seriam os ferimentos ocorridos naqueles homens. Outra distinção que Freud (1920/2010, p. 170) realiza é a fixação nas neuroses de guerra ao momento do trauma apontados por observadores como Ferenczi e Simmel, sendo que o mesmo não ocorre nas neuroses traumáticas, chegando a suscitar que as pessoas que sofrem dessa neurose procuram não pensar nela.

Por fim, traz o conceito de trauma como uma defesa contra estímulos ou “às excitações eternas que são fortes o suficiente para romper a proteção”, denominando-as de “traumáticas” (Freud, 1920/2010, p. 192).

2.2 O trauma em Sándor Ferenczi: suas contribuições para se pensar trauma e violência racial

Freud e Ferenczi são os autores nos quais buscaremos o suporte necessário a fim de chamar a atenção para uma perspectiva da clínica do trauma – pouco levada em conta na Psicanálise brasileira – que é o racismo da forma como se estruturou no Brasil, bem como seus efeitos no psiquismo dos sujeitos negros.

Sándor Ferenczi (1873-1933), psiquiatra e psicanalista húngaro contemporâneo de Freud (1856-1939), veio a conhecer seu futuro mestre, analista e amigo no ano de 1908, após a leitura de “A Interpretação dos sonhos”, de 1900, autoria freudiana. Ferenczi, dotado de grande capacidade de compreensão da teoria psicanalítica e suficientemente livre para pensar e introduzir novos conceitos, escreveu em 1909 o seu primeiro artigo no campo psicanalítico, intitulado “Transferência e introjeção”.

Contrariamente a seu mestre, Ferenczi sustentou a primeira teoria de sedução (adultos que abusaram de crianças) e, a partir dessa crença, consolidou uma vasta produção metapsicológica em torno do trauma. Os princípios teóricos foram comunicados por Ferenczi no V Congresso Internacional de Psicanálise, em Budapeste, em 28 de setembro de 1918, quando pretendia enunciar: “brevemente os princípios teóricos que fundamentam a concepção psicanalítica das ‘neuroses traumáticas’ observadas durante a guerra” (Ferenczi, 1919/2011, p. 14).

Será por meio dos trabalhos de Ferenczi – “A adaptação da família à criança” (de 1928), “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte” (de 1929), “Confusão de língua entre os adultos e a criança” (de 1933) e “Reflexões sobre o trauma” (de 1934, artigo póstumo) – que buscaremos demonstrar a forma pela qual se apresentam os aspectos do trauma, em especial quando nos predispomos a escutar o não dito da violência racial no Brasil.

Ferenczi, em suas “Reflexões sobre o trauma”, já no primeiro parágrafo, discorre que:

O “choque” é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo [Soi]. Também pode acontecer que os órgãos que asseguram a preservação do Si mesmo abandonem ou, pelo menos, reduzam suas funções ao extremo. (A palavra *Erschütterung* - comoção psíquica - deriva de *Schutt* = restos, destroços; engloba o desmoronamento, a perda de sua forma própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, “à maneira de um saco de farinha”) (Ferenczi, 1934/2011, p. 125).

Em minha experiência clínica, observei este modo de funcionamento – o qual denominei de “prótese” – para se adaptar ao mundo exterior, aspecto relatado por alguns pacientes que se depararam com este choque no momento de ingressarem na escola e irem ao encontro de seus

pares, que se torna uma forma de transitar no mundo, à custa de muita dor. Retomarei a abordagem deste ponto, posteriormente.

A experiência que suscita o trauma sobrevém de súbito, sem prévio aviso, sequestrando o sujeito, geralmente, no caso do racismo, em um momento muito precoce da vida, ocasião em que o indivíduo se sentia seguro de si, já que, de acordo com Souza (1983, p. 23), “é preciso que haja um modelo a partir da qual o indivíduo possa se constituir – [...]. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja, através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos”.

Souza (1983), em seu livro “Tornar-se Negro”, ao refletir sobre os fatores desencadeantes das doenças psíquicas que podem atingir as identidades de pessoas negras em ascensão social, sob o contexto do racismo estrutural no Brasil, discorre sobre o Ideal de Ego¹⁹ como sendo um modelo que possa dar conta do narcisismo original perdido, modelo este entendido por ela como sendo uma busca por um Ideal de Ego branco. A autora preconiza que o Ideal do Ego é um modelo que resgata o narcisismo original perdido, mediatizado pela idealização das figuras parentais (Souza, 1983, p. 33).

Ressalta Ferenczi (1928/2011, p. 13) que “o superego é, portanto, o resultado de uma interação do ego como uma parte do meio ambiente”.

Assim, ao considerar o negro como tendo um Ideal de Ego branco e que “a medida da tranquilidade e harmonia interna do indivíduo é dada pelo nível de aproximação entre Ego atual e o Ideal do Ego” (Souza, 1983, p. 33), não podemos nos furtar de levar em consideração as peculiaridades da fundação e constituição do Brasil, ou seja, o meio ambiente em que vivemos e a partir do qual refletiremos acerca dos efeitos psíquicos da violência racista como sendo um trauma.

Temos aí uma hipótese para as sucessivas experiências traumáticas às quais está sujeito um indivíduo que vem ao mundo em um corpo negro – e, portanto, estigmatizado, conforme consignado por Goffman (2022) – permeado por uma sociedade que emerge a partir da violência,

¹⁹ O termo Ideal de Ego (*Idealich*), cunhado por Freud, aparece em seu texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914/1996) e, posteriormente, no texto de 1923, intitulado “O Ego e o Id” (Freud, 1923/2011). No entanto, Freud não assinala nenhuma distinção conceitual entre Ideal de Ego (*Idealich*) e Ego ideal (*Ichideal*). Segundo Laplanche e Pontalis (2001), autores pós-freudianos retomaram a questão desses pares e os designaram como como formações intrapsíquicas diferentes. Tomaremos emprestado da autora Neusa Santos Souza (1983) a definição lacaniana para os termos Ego Ideal e Ideal de Ego, para fazermos uma diferenciação entre um termo e outro, sobretudo, para pensarmos a perspectiva das relações raciais e das violências nelas contidas e fazermos uma distinção entre essas formações psíquicas. Nesse sentido, o Ego Ideal foi pensado por J. Lacan como “uma formação essencialmente narcísica que tem sua origem na fase do espelho e que pertence ao registro do imaginário”, conforme apontam Laplanche e Pontalis, (2001, p. 139), distinguindo-se do Ideal do Ego uma vez que este é regido pela onipotência, pelas exigências das representações fantasmáticas e é regido pelo registro do simbólico, do lugar do discurso, algo que estrutura o sujeito. A sua realização é imposta ao Ego pelo Superego, tarefa árdua para qualquer indivíduo (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 139).

conforme descrito no capítulo 1 e, que não produziu até o presente momento uma possibilidade de elaboração daquilo que nos funda, enquanto cidadãos e enquanto sujeitos do inconsciente.

Da experiência de escuta clínica com pacientes negros (pretos e pardos), pode-se notar aquilo que foi teorizado por Ferenczi no sentido de que, para este, o trauma resulta de uma falha na relação entre o sujeito e o outro, da ação de um outro sobre o traumatizado.

Neste sentido, a criança preta ou parda, ao ir ao encontro de seus pares (na escola, por exemplo, e isto ocorre cada dia mais cedo), ao vivenciar sobre si a incidência do olhar do outro branco – que não se identificando com ela, em razão do suposto lugar padrão destinado à branquitude –, ou mesmo em contextos mais violentos, em que há xingamentos direcionados àquela criança, experienciará a ação de um outro que produzirá o trauma.

Trauma este que, em um segundo momento, poderá ser agravado. Imagine que esta criança chegue em casa e relate a experiência traumática à sua mãe e esta lhe responda: “não ligue, deixa pra lá, isso é bobagem”. Ou que a mãe simplesmente a ignore, teremos então aquilo que Ferenczi conceituou como “desmentido”, ou “recusa”.

Partimos do texto “O fetichismo”, de Freud (1927, p. 304), em que ele considera que “o fetiche é um substituto para o falo da mulher (da mãe), no qual o menino acreditou e ao qual – sabemos por quê – não deseja renunciar”, para pensarmos o desmentido e a recusa no campo das relações raciais.

Retomando, podemos considerar que a expressão “sabemos por quê”, supramencionada por Freud, refere-se à teoria da castração, momento em que a criança se recusa a tomar ciência de um lado de sua percepção de que a mulher (mãe) não tem pênis, imaginando que se a mulher/mãe é castrada, ele se sente em perigo com relação ao seu próprio pênis.

No que concerne a esse dado da percepção do menino, Freud faz uma importante distinção entre os termos “repressão” (*Verdrängung*) e “recusa” (*Verleugnung*), pontuando que o primeiro termo já se refere a um processo patológico, no entanto, a diferença é que a “repressão” está associada ao destino do afeto e, na recusa, o que está sendo rejeitado é o destino da ideia. De modo que, na situação descrita por Freud (1927, p. 305) no texto supra, o que está em jogo é que “a percepção permaneceu e que uma ação bastante enérgica foi realizada para sustentar a recusa”, caracterizando-se, pois, como um mecanismo de defesa em que o sujeito se recusa a levar em consideração a realidade de uma percepção negativa.

Do mesmo modo, o “não ligue, deixa pra lá, isso é bobagem” dito pela mãe ou pelas figuras parentais diante da denúncia de uma violência racista dirigida a uma criança pode ser pensado como um mecanismo inconsciente de defesa por parte delas que, não obstante, sentem aquilo como violento, no entanto, são levadas a se recusarem a entrar em contato com tal

percepção negativa.

Ferenczi (1934/2011), por volta da década de 1930, destaca a noção de trauma, passando também a entender a constituição do trauma em dois tempos. A seu ver, o trauma resulta de um primeiro momento em que um evento precoce e real acontece – as atitudes sedutoras dos adultos frente às demandas de carinho e verdade das crianças – e de um outro em que ocorre o desmentido no ambiente em que a criança vive.

De acordo com Coelho Junior (2016), o trauma foi pensado como inevitável e inaugural do aparelho psíquico e, também, como impossibilidade de contenção e transformação de intensidades internas ao sujeito como experiência marcada por ação externa (realizada por outro sujeito humano), como por exemplo, os traumas sexuais ou os efeitos produzidos por guerras e catástrofes. O autor aborda as várias formas de se pensar o trauma na clínica e os embates teóricos produzidos no âmbito do movimento psicanalítico; bem como os vários registros simultâneos com os quais nós, enquanto psicanalistas, confrontamo-nos; ademais, ele elenca a experiência do trauma reconhecido clínica e socialmente, o trauma psíquico como conceito-chave da teoria psicanalítica e, por fim, o trauma produzido pela própria história das ideias psicanalíticas, pelos efeitos dos embates teórico-clínicos entre as diferentes concepções de autores centrais como Freud e Ferenczi, gerando cisões e rupturas (Coelho Junior, 2016, p. 8-14).

E é exatamente neste polo oposto às impossibilidades de contenção e transformação de intensidades internas ao sujeito – ou seja, nas ações por meio da experiência marcada pela ação de outros sujeitos – que se localiza a fonte para esta pesquisa, que é discorrer sobre os efeitos psíquicos da violência racial advinda do ambiente e realizada por outro(s) sujeito(s).

A fundação do Brasil foi um evento intenso e marcante, o qual se deu de forma pontual, mas legou um passado de escravidão de africanos e de seus descendentes, da presença da destituição da humanidade desta população, o genocídio, estupros e tantas outras formas de terror que também atingiram os povos originários, estendendo seus tentáculos com efeitos de devastação ao presente e ao futuro. Já vimos a reencenação de tal devastação na ditadura civil-militar e, mais recentemente, com a ascensão do fascismo no Brasil, com a cultura do estupro e com tantas outras formas de violências, que não cessam de se repetirem.

Trouxemos este pano de fundo com o objetivo de ampliar a escuta clínica, de modo a tangenciá-la a este real – o qual chamei de violência fundante – para e, sobretudo, enquadrar os efeitos psíquicos da violência racista no âmbito da perspectiva ferencziana do trauma e, a partir daí, pensar nas subjetividades e nas intersubjetividades atravessadas por esse laço social destrutivo.

2.3 Sándor Ferenczi: contribuições para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência racista

O que pretendemos demonstrar nesta pesquisa – a partir das teorias do trauma propostas por Sándor Ferenczi, principalmente com base em seu texto intitulado “Confusão de línguas entre os adultos e as crianças” (de 1933) – é a possibilidade de debruçarmo-nos sobre a violência que nos funda enquanto nação a fim de extrair dela subsídios para se pensar, clínica e metapsicologicamente, a destruição produzida nos sujeitos atravessados por uma história tão violenta quanto a História do Brasil. O intuito é tomarmos consciência acerca da denegação e, quiçá, com base na contribuição dada por Sándor Ferenczi, termos uma maior compreensão sobre os efeitos psíquicos da violência racista.

No texto “A adaptação da família à criança”, de 1928, escrito a partir de uma palestra proferida em Londres por Ferenczi para uma plateia ilustre, ele contesta a hipótese sobre o trauma do nascimento²⁰, já que acreditava que deve ser levada em consideração a previdência fisiológica e o instinto dos pais, no sentido de tornar o mais tranquila possível a transição da vida uterina para a extrauterina. No entanto, ele considera outros tipos de traumatismo que podem ser mais difíceis de serem eliminados, pontuando que “o ingresso da criança na sociedade de seus semelhantes” é um desses tipos de traumatismos cujo “instinto dos pais parece com muita frequência falhar” (Ferenczi, 1928/2011, p. 5). Ele faz referência ao “trauma do desmame, do treinamento do asseio pessoal, da supressão dos ‘maus hábitos’ e, finalmente, o mais importante de todos, a passagem da criança à vida adulta” (Ferenczi, 1928/2011, p. 5). Traumas estes, portanto, necessários e inevitáveis, aos quais todas as crianças estão sujeitas, podendo ser pensados como traumas estruturantes.

Ferenczi (1928/2011, p. 8) complementa seu raciocínio: “na adaptação da família à criança, o que se revela ser traumático produz-se, portanto, quando da passagem da primeira infância primitiva à civilização; o asseio não é a única coisa a estar em causa, somando-se-lhe a sexualidade”.

O último deles, isto é, a passagem da criança à vida adulta – sobretudo no caso em discussão, a passagem da criança negra à vida adulta – será tomada como um ponto de partida para introduzirmos a ideia de como se dá a sua entrada na sociedade de seus semelhantes e de como isso configurar-se-á em um choque, palavra empregada por Freud e por Ferenczi para

²⁰ Ferenczi está se contrapondo a um trabalho feito por Otto Rank e examinado por Freud (1926/2014) em “Inibições, Sintomas e Angústia”; neste trabalho, Rank propõe que o nascimento é um trauma, já para Ferenczi, o nascimento é um triunfo.

retratar a experiência de um sujeito diante de uma situação traumática.

Ferenczi, discorrendo, ainda, sobre a adaptação, assinala:

O id (as pulsões) constitui a parte central da personalidade, o “ego” a parte periférica, suscetível de adaptação, parte que, sob todos os pontos de vista, deve adequar-se ao seu meio. Se seres humanos constituem uma parte desse meio ambiente, diferem, contudo, de todos os outros objetos, por sua importância e também por um outro traço fundamental: todos os objetos, exceto o homem, têm qualidades iguais e constantes, pode-se confiar nisso. A única parte do meio ambiente com que não se pode confiar é constituída pelos outros seres humanos, a começar pelos pais (Ferenczi, 1928/2011, p. 11)

Ferenczi (1928/2011, p. 13) salienta também sobre outros fatores que dificultam a adaptação da criança ao meio ambiente que a circunda, tais como a sua dependência a esse meio, os ideais que a levam a mentir, ou ainda, a se identificarem com pais punitivos, “a severidade excessiva pode acarretar prejuízos para a criança por toda a vida, dotando-a de um superego demasiado rígido”.

No caso de crianças negras, é corriqueiro a família norteá-las com uma quantidade excessiva de “nãos”: “não corra”, “não se suje”, “não fale alto”, “não se distancie de nós” etc.

Acreditamos que esta atitude, por mais bem-intencionada que possa parecer – já que, por vezes, esses “nãos” são ditos na tentativa de proteger a criança de um ambiente hostil que se lhe apresenta –, pode se configurar em um desmentido, portanto, em um não reconhecimento daquelas subjetividades em construção que, em razão do racismo estruturante deste país, são tolhidas de seu real potencial criativo.

Estamos, desta maneira, adentrando no campo do trauma sob o enfoque desestruturante, ou seja, de situações traumáticas que “colocam em risco todo o projeto identificador do sujeito, por não serem metabolizadas e, assim, integradas ao psiquismo” (Favero; Rudge, 2009, p. 169).

Na clínica, essa criança reduzida e desmentida se faz presente nos relatos clínicos de pacientes adultos que têm dificuldade de se autorizarem na vida, que vivem como se estivessem em constante suspeição, ou seja, como se suas qualificações não fossem verdadeiras e eles pudessem a qualquer momento virem a ser desmascarados. Isso denota a fragilidade de um “ego” que, em relação à parte periférica em que se situa, precisou se adaptar a um mundo estreito demais, o que impôs a estes sujeitos que se encolhessem para poderem se adaptar a tal mundo.

No tocante à formação do superego, consistente em uma das instâncias da personalidade, descrita por Freud na segunda tópica (ou segunda teoria do aparelho psíquico), seu “papel é assimilável ao de juiz ou de censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais, funções do superego” (Laplanche; Pontalis,

2001, p. 497). O termo aparece pela primeira vez no texto “O ego e o id” (Freud, 1923/2011).

Laplanche e Pontalis (2001, p. 497) afirmam que “as funções de interdição e ideal” contidas no superego podem conduzir o sujeito a um elevado grau de interdição na busca do “ideal de ego”. E, em maior grau ainda, se pensarmos sob a perspectiva de um “ideal de ego branco”, conforme conceituado por Souza (1983).

2.4 A clivagem e a busca inconsciente por um “ideal de ego branco”

A clivagem é um termo que aparece na literatura psicanalítica por meio de seus pioneiros, a fim de designar cisões no aparelho psíquico: “os moldes, funções e natureza das clivagens podem ser bastantes diversos (ou seja, obedece a metapsicologias diversas)” (Pinheiro, 2016, p. 142). A característica que se mantém é a ocorrência de uma divisão ou separação (entre os sistemas *Ics* e *Pcs / CS* ou entre as instâncias do aparelho egoico, ou ainda, separação, como no caso da melancolia, dentro do próprio eu) (Pinheiro, 2016).

Há que se fazer aqui uma distinção entre o recalçamento e a clivagem traumática, uma vez que nesta pesquisa estamos considerando os efeitos da violência racista sob a perspectiva ferencziana do trauma. Reis e Gondar (2017, p. 104) destacam que “no recalçamento perde-se a memória de um primeiro tempo, que terá significado como sintoma num segundo tempo sobrecarregado de sentido”, já na clivagem, “os dois momentos não se dão em continuidade, são um mesmo momento, um não empresta sentido ao outro porque ambos escapam ao sentido” (Reis; Gondar, 2017, p. 104), ou seja, a clivagem não é uma solução de compromisso, mas um mecanismo de defesa ante a ameaça de destruição física ou psíquica.

Neste sentido, a clivagem se manifesta em uma repetição implacável, já que não está associada a um conflito do psiquismo associado à censura. Mas ao produzir a divisão do eu, seu objetivo é “manter separados aspectos do *eu*, memórias de vivências, enfim conteúdos psíquicos carregados de excitação não passível de derivação” (Reis; Gondar, 2017, p. 104).

Em relação ao trauma desestruturante como resultante do desmentido ou do descrédito de uma violência racial, poderíamos pensar tal como Pinheiro (2016), ou seja, que a clivagem dar-se-á pela usurpação, por parte do opressor, do espaço egoico, tornando-se assim o seu possessor. Neste diapasão, a paixão será tomada aqui como o lugar do opressor, ou nos dizeres de Souza (1983), o Ideal de Ego branco assume o comando e se separa da ternura aqui pensada como Ego ideal, ao ocupar ambas o mesmo espaço no ego, mas se desconhecendo, ou seja, sendo duas partes que não se comunicam entre si.

Conforme disserta Pinheiro (2016):

A clivagem, decorrência da separação em instâncias, pressupõe uma dinâmica entre elas, uma função diferente para cada uma, de forma que a troca, – o contato entre elas – seja não só necessária, mas contínua. No caso da cisão provocada pela identificação com o agressor, nada disso é possível (Pinheiro, 2016, p. 144).

Pinheiro (2016) segue propondo um olhar para esta questão a partir da identificação melancólica. Nesse caso, o objeto de identificação parece ter capacidade de superego, e então a criança forjaria a emergência de um aparelho egoico; no entanto, em razão da falta de comunicação entre o objeto de identificação e o eu, ainda em formação na criança, pode ocorrer a total desqualificação da função superegoica pretendida pelo objeto de identificação.

No caso específico da violência racista, as consequências do desmentido ou do não reconhecimento por parte do(a) terceiro(a) em quem a criança negra (quando possível) buscará o apoio afetarão a sua percepção de mundo, restando uma dúvida acerca de quem ela realmente é ou do que sente. A perversão do racismo deixará para a criança esta confusão; além desse ataque à percepção da realidade, é importante notar que a sua realidade psíquica também será acometida, deixando impreciso o limite entre percepção da realidade e realidade psíquica, como demonstraremos no fragmento clínico a seguir.

No texto “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, Ferenczi (1929/2011) discorre acerca da necessidade de uma interação amorosa na constituição da subjetividade. No centro da discussão estão a criança não bem-vinda ou mal acolhida e o quanto esse mal acolhimento da criança pela família determinará a quantidade de defesas do eu que essa criança poderá desenvolver contra sua pulsão de morte, de modo que “a criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados, a perdoar aos pais por terem-na posto no mundo sem lhe perguntar qual era a sua intenção, pois, caso contrário, as pulsões de destruição logo entram em ação” (Ferenczi, 1929/2011, p. 58).

Vejamos, por meio de um fragmento clínico, como isso se dá: um jovem negro se queixa de estar se arrastando em seu percurso de formação universitária. Relata que até o Ensino Médio foi aluno dedicado, tendo feito cursinho pré-vestibular e entrado em uma universidade federal. Mas uma vez dentro da universidade, ele não reconhece o fato de ter sido aprovado para um dos cursos mais concorridos (Medicina) daquela instituição, ao dizer: “ah! Mas eu entrei em 2ª chamada...”

Caiu de turma várias vezes, já que não se sentia capacitado o suficiente para ali estar. Fruto de uma relação inter-racial, relata ter crescido ouvindo uma das figuras parentais negra declamando, de forma jocosa, uns versos cujas rimas adjetivavam o negro de forma

depreciativa. Este fato acabou por produzir um efeito no psiquismo do rapaz, o que o fazia com que ele se deslocasse para um lugar autodestrutivo. Os fantasmas que o assombravam faziam-no agir de modo a boicotar o seu próprio processo de formação, não se considerando apto o suficiente para desempenhar uma profissão tão cobiçada por outros jovens.

O mau acolhimento da família ocorre aqui no nível inconsciente. O jovem estudante de Medicina tem outras irmãs; uma delas, cujo fenótipo não é tão negroide como o dele, faz com que o rapaz tenha uma percepção acerca dos privilégios que esta irmã ocupa no seio de sua família. Isto é, ele tem a sensação de que, na fantasia dos pais, a filha cuja pele é mais clara foi mais desejada do que ele, estando ela mais próxima da fantasia de um ideal de brancura. Assim, ao jovem estudante de Medicina resta-lhe a sensação de inadequação, ou de incapacidade de passar pelos processos de formação que o levarão a se tornar um médico.

Algumas falas – como por exemplo: “não me sinto capaz para isso”; “não me vejo nessa profissão, mas também não me vejo em outra...” – eram uma constante em sua travessia pelo processo de formação. Era, portanto, como se uma voz interna o desautorizasse frequentemente.

Pinheiro (2016) aponta para uma distinção importante para esse tom, aquilo que mencionei como voz interna, para o trauma desestruturante preconizado por Ferenczi (1934/2011). O autor afirma que

O mesmo tom é também característico do objeto persecutório do paranoico. No delírio paranoico, o objeto persecutório é tão cruel e acusador quanto o tom do objeto perdido do melancólico ou do agressor do trauma. A diferença essencial entre eles, que não é pequena, é a de que no primeiro caso o acusador se encontra fora do indivíduo, e no segundo, o acusador estaria dentro dele. Neste último, a sensação de estranheza, de ter um outro dentro dele que acusa, é igual à do paranoico. Pois quem é acusado por esse estranho é o eu da ternura que desconhece o agressor. O objeto de identificação tem voz na segunda pessoa do singular como a tem o objeto persecutório do paranoico. O que pretendemos com essa formulação é propor que, no paranoico, a cisão expulsa o objeto persecutório, enquanto na melancolia ou no trauma ferencziano a clivagem mantém o objeto como posseiro do eu, embora mantenha a mesma função e a mesma dinâmica do paranoico. Em ambos os casos, o suporte que parece fazer falta ao aparelho egoico é justamente a função superegoica (Pinheiro, 2016, p. 145).

O que vimos até agora é a construção da teoria de trauma. Houve momentos na história da Psicanálise em que Freud considerou um trauma como tendo um caráter exógeno, ou seja, uma violência que irrompe do exterior para o interior da vida psíquica do sujeito; posteriormente, ao deixar de acreditar em suas neuróticas, abandona temporariamente sua primeira teoria da sedução, passando, portanto, a identificar nos modos subjetivos os campos das fantasias, das fantasias inconscientes e da realidade psíquica, momento em que o trauma adquire, na visão de Freud, seu caráter endógeno, sendo um afluxo excessivo de excitações no psiquismo.

Já Ferenczi se manteve firme na concepção da construção da teoria do trauma a partir de eventos exógenos, sendo praticado por um ou vários outros. Sua vivência como médico durante a Primeira Guerra Mundial resultou no texto “Psicanálise das neuroses de guerra”²¹, no qual ele enuncia os princípios teóricos que fundamentaram a concepção psicanalítica das neuroses traumáticas observadas durante a guerra (Ferenczi, 1919/2011).

2.5 Confusão de línguas

Buscaremos no texto “Confusão de línguas entre os adultos e a criança”, de Ferenczi (1933/2011), sustentação para observar os tempos em que se dá o trauma na concepção ferencziana, a fim de descrever o modo como escutamos a similaridade desta atemporalidade, a partir dos efeitos psíquicos da violência racial.

Ferenczi (1933/2011), ao apresentar este texto, sente a necessidade de indicar, primeiramente, a razão pela qual ele formulou o problema que se evidencia já no título daquilo que ele apresentará, ou seja: “Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão”.

Todavia, vale lembrar que na exposição deste tema durante o XII Congresso Internacional de Psicanálise, em Wiesbaden, em setembro de 1932, o título era outro, a saber: “As paixões dos adultos e sua influência sobre o desenvolvimento do caráter e da sexualidade da criança”.

Para tanto, Ferenczi retoma a conferência por ele proferida à sociedade vienense, por ocasião 75º aniversário de Freud, na qual discorreu sobre a sua regressão na técnica e, em parte, na teoria das neuroses, regressão esta que se lhe impôs devido a certos fracassos ou a resultados terapêuticos incompletos; neste sentido, menciona a importância que passou a ser dada ao fator traumático, negligenciado até então na etiologia das neuroses.

O autor relata acerca de seus próprios fracassos, na esperança de que determinadas abreações, “qualidades importantes de afetos recalçados, se impusessem à vida afetiva consciente e pudessem em breve pôr fim ao surgimento de sintomas; sobretudo quando a superestrutura de afetos foi suficientemente abrandada pelo trabalho analítico” (Ferenczi, 1933, p. 112).

Discorre acerca de como se viu em apuros com seus pacientes e como se consolava mediante a ideia de que as resistências demasiadas fortes de seus pacientes – ou um forte recalçamento por parte deles, do qual só seria possível adquirir consciência para dele se libertar

²¹ Relatório apresentado em 28 de setembro de 1918, no V Congresso Internacional de Psicanálise, em Budapeste.

em etapas – seriam os motivos de encontrar em sua clínica pacientes que tinham melhoras sensíveis de alguns sintomas; todavia, esses pacientes voltavam a se queixar de angústias noturnas, pesadelos, conduzindo cada sessão de análise a uma crise de angústia histérica. No entanto, Ferenczi se mantinha atento às acusações de seus pacientes em relação a sua insensibilidade, crueldade ou frieza.

Pacientes que chegaram até mim exatamente pelo fato de ser eu uma psicanalista negra relatam as dificuldades que tiveram com seus psicanalistas brancos, os quais não tinham escuta para o sofrimento que eles lhes relatavam, exatamente como mencionado por Ferenczi. Esses pacientes se depararam, à época, com profissionais frios e insensíveis que, possivelmente, não estavam atentos às reais demandas de seus pacientes.

A partir deste exame de consciência, Ferenczi vai abrindo um campo para pensar de que maneira se dá a transferência de seus pacientes que, mediatizados por um certo grau de sutileza, atentam-se para os desejos, tendências e humores dos analistas, assim como para o que lhes causa antipatia ou simpatia – e isto é o que impede os pacientes de contradizer o analista, já que, por estarem identificados com ele, dificilmente, irão contradizê-lo. Ademais, aponta para a necessidade de o analista, ao ouvir as associações de seus pacientes, também “escutar” as críticas – recalcadas ou reprimidas – endereçadas a nós, psicanalistas.

Ferenczi convida a olhar para as nossas próprias resistências, fazendo um alerta referente ao problema da análise do analista, ao enfatizar que pode haver pacientes mais analisados do que seus próprios analistas, o que eventualmente pode acarretar em uma omissão por parte do analisando em exprimir uma capacidade elaborativa maior do que a de seu analista. Assim, temendo desagradá-lo, o analisando não expressa verbalmente sua real capacidade, ficando, portanto, submetido ao analista por receio de desagradá-lo, acarretando silenciamento e submissão.

A isso Ferenczi chama de crítica recalcada e a associa à hipocrisia profissional. No tocante àquilo que se dá no *setting* analítico e que conhecemos como “contratransferência”, assevera ele: “podemos sentir que a sessão de análise gera uma perturbação desagradável numa preocupação profissional mais importante, ou numa preocupação pessoal e íntima” (Ferenczi, 1933, p. 114). Ferenczi considera importante a tomada de consciência acerca desse incômodo por parte do analista e a necessidade de comunicar isto ao paciente. Ele tece, desta forma, uma crítica à falta de sinceridade do analista e ressalta a importância, inclusive, de se admitir o cometimento de um erro.

2.6 Os efeitos psíquicos da violência racista: do desmentido ao reconhecimento

Observamos, no Brasil, o aumento de debates em torno da Psicanálise e das relações raciais, além dos questionamentos dirigidos à Psicanálise brasileira em razão de seu perfil bastante eurocêntrico e muito distanciado da realidade histórica brasileira. Contudo, tais debates resultam em poucos trabalhos em que se possa ler, por exemplo, acerca da transferência ou contratransferência possível a partir da escuta de um(a) psicanalista branco(a) diante de um(a) analisando(a) negro(a). Ferenczi (1933/2011, p. 113), ainda em “Confusão de línguas entre os adultos e as crianças”, faz um alerta, já que é neste ponto “que nos defrontamos com as resistências não desprezíveis, não as do paciente, mas as nossas próprias”.

Acreditamos que, ao ampliarmos o debate acerca da Psicanálise no Brasil – levando em consideração uma escuta capaz de buscar uma compreensão dos efeitos psíquicos da violência racista, sob a perspectiva do trauma, que é o enfoque da presente pesquisa –, poderemos construir um campo em que seja possível refletirmos sobre a técnica, de acordo com o que propõe Ferenczi (1933/2011, p. 114), que assinala que “a situação analítica, essa fria reserva, a hipocrisia profissional e a antipatia a respeito do paciente que se dissimula por trás dela, e que o doente, sente com todos os seus membros, não difere essencialmente do estado de coisas que outrora, ou seja, na infância, o fez adoecer”.

Este é um ponto de vista de extrema importância na clínica que se volta à escuta de pacientes vítimas da violência racista, já que em diversos espaços em que se pretende cuidar da inclusão e da diversidade, o que lá se reproduz é uma espécie de retraumatização.

Ferenczi (1933/2011) disserta acerca de como se dá esta confusão a partir dos conceitos de linguagem da ternura e linguagem da paixão, como já mencionado acima. No entanto, acreditamos ser de fundamental importância focarmos no que se dá ou não no segundo tempo do trauma (aquele momento que a criança busca a ajuda de um outro adulto para falar sobre o que lhe ocorrera), ou seja, quando há o acolhimento da criança pelo adulto ou quando não há, pela incidência do desmentido.

No texto supracitado, o autor aborda de forma específica a violência do abuso sexual perpetrado por adultos; nesta pesquisa, deslocar-nos-emos para nos ocuparmos do que se dá ou não neste segundo tempo do trauma. No momento em que uma criança relata a um adulto de sua confiança que foi maltratada na escola por sua professora ou por seus colegas em razão de uma das primeiras experiências de racismo.

Importante notar que Ferenczi, ao tratar desta questão, apesar de esta estar pautada na esfera das histórias familiares em que crianças são abusadas, ele não prioriza as personagens

envolvidas na cena, mas dá relevo às relações (Gondar, 2012).

Neste mesmo diapasão, no caso da presente pesquisa, deslocamos o pensamento deste segundo tempo do trauma para pensar a cena em que ocorre o abuso racial, ou melhor dizendo, o abuso racista como sendo o primeiro tempo do trauma; e o que se dá ou não nesta cena quando a criança recorre a um adulto para lhe relatar o ocorrido seria o segundo tempo do trauma, também pautado mais do que nos personagens que compõem ou compuseram a cena do abuso, em um olhar de mais de atenção àquilo que se dá ou não nas relações.

Creio ser importante discorrermos um pouco mais acerca do conceito de denegação, a fim de esmiuçá-lo, mas sem a pretensão de esgotá-lo, e sim com o intuito de produzir uma reflexão no cenário das relações raciais no Brasil, levando-se em consideração a violência fundante deste país.

Ferenczi (1934/2011), em texto publicado postumamente, cujo título é “Reflexões sobre o trauma”, dissertou acerca do desmentido:

O comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo da ação psíquica do trauma. Eles dão, em geral, e num elevado grau, prova de incompreensão aparente. A criança é punida, o que entre outras coisas, age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa. A expressão húngara que serve para as crianças, “katonadolog” (a sorte do soldado), exige da criança um grau de heroísmo de que ela ainda não é capaz. Ou então os adultos reagem com um silêncio de morte que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja (Ferenczi, 1934/2011, p. 127, grifos do autor).

Na clínica que pratico, analisandos(as) negros(as) (especificamente no caso desta pesquisa) se apresentam com essa marca traumática, a qual se deu em decorrência de se depararem com a indiferença por parte de seus professores quando de seu ingresso na escola. Algumas vezes pela sensação de não serem aceitos pelos colegas, outras vezes, por terem que lidar com xingamentos racistas, e também por não terem tido um outro adulto que desmentisse a violência racista sofrida, alguém que pudesse acolher a criança assustada. Essa criança foi tratada, em relação à atitude do adulto, com um *katonadolog*, ou “engole o choro”, “isto não é nada”, ou pior ainda, com “um silêncio de morte”. Esses(as) analisandos(as) negros(as) se apresentam a mim, de forma frequente, do ponto de vista emocional, como sentindo uma suspeição em relação a eles(as) mesmos(as), com uma desconfiança no que se refere à forma como eles(as) percebem o mundo, isto é, sentem-se como sendo uma falácia em relação aos seus lugares no mundo, com dúvidas no que diz respeito a suas crenças, desacreditando, muitas vezes, dos lugares que ocupam profissionalmente, com medo de serem, a qualquer momento, “desmascaradas”.

O ponto central da teoria do trauma, em Ferenczi, é o desmentido ou a denegação, ou

ainda, o descrédito e a forma como isto marcará a vida do sujeito atravessado por tal experiência; de forma análoga, especificamente no que concerne à violência racial, este choque também ganhará contornos distintos para o caso do desmentido, denegação ou descrédito da percepção daquela experiência.

Verleugnung, recusa, desmentido, ou ainda, denegação. Freud, de forma descritiva, explicará – em “As terias sexuais infantis”, de 1908 e em “O pequeno Hans”, de 1909 – tal mecanismo, mesmo ainda sem ter um termo específico para o que por ele foi nomeado como rejeição da realidade (quando o menininho se recusa a reconhecer a ausência de pênis na menininha).

Somente a partir de 1924 é que “Freud começa a usar o termo *Verleugnung* num sentido relativamente específico” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 426), designando, a partir de então, a recusa da realidade como um conceito. Na perspectiva de Freud, a denegação é situada no polo perceptual do aparelho psíquico, sendo, portanto, a recusa ou denegação relacionada à recusa da realidade, já que “o elemento perturbador, em relação ao qual se estabelece a relação em termos de recusa, depende, pois, à primeira vista, do registro da realidade exterior, mas este se se encontrará afetado por uma recusa da existência psíquica” (Penot, 1992, p. 15).

Ferenczi, em “O problema da afirmação do desprazer: progressos no conhecimento do sentido da realidade”, disserta a partir de uma hipótese de um estudo anterior²², em que faz uma “reconstrução teórica das principais etapas do desenvolvimento que levam do princípio do prazer ao princípio de realidade” (Ferenczi, 1926/2011, p. 431), ao teorizar que:

[...] a criança, antes de sofrer as suas primeiras decepções, acredita possuir uma onipotência incondicional, e que continua agarrando-se a esse sentimento de onipotência mesmo quando a eficácia de sua vontade no tocante à realização de seus desejos passa a estar vinculado à observância de certas condições; até o momento em que o número crescente e a complexidade dessas condições a obrigam, por via de regra, a abandonar o sentimento de onipotência e reconhecer a realidade (Ferenczi, 1926/2011, p. 431-432).

No entanto, para descrever esses processos internos, Ferenczi teve que esperar até que Freud, em 1925, publicasse o artigo “A negação”, texto considerado por Ferenczi como o começo de uma psicologia do pensamento.

O mundo externo é percebido pelo ego como hostil e pode ter acesso ao consciente, apesar do desprazer por meio da negação. De maneira que, por intermédio da negação, ainda há a ação das forças do recalque ou da repressão que, anteriormente, sob a égide do processo

²² Sob o título “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”, o qual se encontra publicado na coleção Obras Completas, v. II, p. 45-61 (Ferenczi, 1913/2011a).

primário regido pelo princípio do prazer, não levavam em consideração o desprazer. Ferenczi prossegue dissertando que “a ignorância por alucinação negativa já não tem completo êxito e o desprazer não é mais ignorado, mas converte-se na percepção sob a forma de negação, de desmentido” (Ferenczi, 1926/2011, p. 433).

Foi com base no supracitado artigo de Freud que Ferenczi criou a noção de “desmentido”. Ele observa que, para se reconhecer o ruim ou construir o “positivo”, há que se negar, primeiramente, o desprazer enquanto fato e, em segundo, haverá um esforço do psiquismo no sentido de negar a negação.

Afirma Freud (1925), em “A negação”, que

A afirmação – como substituto da união – pertence ao Eros, a negação – sucessora da expulsão – ao instinto de destruição. O gosto em negar, o negativismo de alguns psicóticos, deve provavelmente ser entendido como sinal de disjunção de instintos, com a subtração dos componentes libidinais. Mas o desempenho da função do juízo é possibilitado apenas pelo fato de a criação do símbolo da negação permitir ao pensamento um primeiro grau de independência dos resultados da repressão e, assim, da coação do princípio do prazer (Freud, 1925, p. 281).

Na cena traumática, o desmentido ganha destaque, como dito anteriormente. Ferenczi o coloca como o segundo tempo do trauma, em razão de que o comportamento adulto em relação à criança traumatizada faz parte dos efeitos psíquicos do trauma, já que o choque primeiro está relacionado à violência sofrida e, ao ser desmentida ou ignorada (silenciamento diante do ocorrido), haverá por parte da criança uma dúvida perante a sua própria percepção.

O trauma, sob a perspectiva da violência racista, provoca lesões no ego e feridas no narcisismo, acarretando um desequilíbrio entre investimentos objetivos e narcísicos e estase de libido no ego. O trauma é aqui pensado como “uma reação a uma excitação externa ou interna num modo mais autoplástico (que modifica o eu) do que aloplástico (que modifica a excitação)” (Ferenczi, 1932/1990, p. 227).

Como se pode observar, no fragmento clínico trazido anteriormente, o jovem negro passou a vida tendo que lidar com rimas, proferidas por sua família, que apontavam para desvalorização do negro; e, na condição de um estudante se preparando para exercer uma atividade profissional ocupada, majoritariamente, por pessoas brancas, o jovem hesitava acerca de sua real capacidade, deslegitimando-se e se lançando em situações que se assemelhavam à origem de sua experiência traumática.

Percebeu-se uma pessoa negra em um ambiente hostil a ele, tanto nos primeiros anos da educação formal quanto em sua própria família, na qual, por meio de “brincadeiras”, o ser negro era desmentido por seu pai, também negro. Então, apesar de ter tido acesso a uma universidade

pública, após ter feito um ano de cursinho, ele se desmerece por isso, ao produzir movimentos que o fizeram se desautorizar e ir despencando de turma, sem se dar conta de que estava produzindo a autodestituição de sua real capacidade intelectual e do lugar que, posteriormente, veio ocupar profissionalmente.

Outros(as) analisandos(as) relatam grande dificuldade de se reconhecerem ao ouvirem um elogio, já que se sentem aquém dos lugares que ocupam profissionalmente. Ainda que ocupem cargos de alto nível hierárquico, costumeiramente relatam a sensação de se sentirem uma fraude.

2.7 O acolhimento a uma violência racista

Em relação à cena de violência racista, pode ocorrer que, após essa experiência, a criança encontre um adulto de sua confiança que a apoie, tal como se pode depreender de um fato do cotidiano de uma criança negra, atualmente uma mulher adulta²³, extraído de sua escrevivência²⁴.

Até hoje ela se recorda com vivacidade de uma cena de sua infância, quando ainda cursava o segundo ano do grupo escolar, o equivalente, atualmente, ao terceiro ano do Ensino Fundamental I. De história de vida bastante precária, todo começo de ano ainda não tinha seu material escolar completo. Quando sua mãe conseguia completá-lo, levava para a escola seu reluzente material. O destaque, para ela, era um lindo apontador azul com suporte para os resíduos, em um formato redondo. O seu lindo apontador azul!

À época não sabia exatamente a razão, mas não se sentia confortável de ir até a frente da sala de aula, onde, ao lado da lousa, havia uma lixeira. Então, seu apontador azul lhe oferecia uma certa proteção, já que não precisaria mais se levantar e ir até a frente da sala para apontar seu lápis.

Ao colocar seus objetos novinhos sobre sua carteira, a coleguinha que se sentava atrás dela pediu para ver o apontador; a menininha, toda contente, entregou objeto para a colega ver

²³ Esta escrevivência é parte da experiência de vida da presente pesquisadora, quiçá terá sido o combustível para pavimentação de um lugar no mundo em que fosse possível pensar a intensidade da violência racial, sob a perspectiva da teoria do trauma, com as contribuições, sobretudo, de Sándor Ferenczi. Esta escrevivência, de autoria da pesquisadora, foi apresentada, sob a perspectiva de Paulo Freire, na Aula Inaugural do Departamento de Psicopedagogia do Instituto Sedes Sapientiae, em 10 de fevereiro 2022 e publicada no Boletim Online do Departamento de Psicanálise do mesmo Instituto, conforme *link* que segue: <https://sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/boletimonline/2022/04/12/apontador-azul>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²⁴ Este termo, cunhado por Conceição Evaristo, foi utilizado pela primeira vez em 1995, no Seminário Mulher e Literatura. Evaristo afirma que ele surgiu da junção entre “escrever” e “viver”, ou seja, uma forma de “escrever vivências”.

e, surpreendentemente, a garotinha (uma menina branca, adulada pelos professores e de uma família de posses no bairro) não quis mais devolver o objeto. A garota negra tenta resgatar seu objeto; a professora, que estava de costas para a sala até então, já que escrevia na lousa o cabeçalho, vira-se no exato momento em que as meninas disputavam o objeto.

A menina negra ouve um grito da professora, que diz: “Devolve para ela, seu moleque do morro!”.

Aturdida, a garota negra deixa o apontador com a garota branca, ficando desnorteada e calada; ela se endireita na carteira e segue a aula. Terminada a aula, a menina negra volta para casa sem seu apontador azul, mas encontra em sua mãe alguém em quem podia confiar e então lhe conta o sucedido. No dia seguinte, sua mãe, uma mulher negra, sem alfabetização, mãe de outros tantos filhos, dirige-se à escola para testemunhar a violência que foi projetada em sua filha, que não era um moleque e muito menos do morro, e ainda que o fosse, tinha família, pais, irmãos. E que sim, o apontador azul pertencia a sua filha. Desta forma, sua mãe recupera não somente o objeto roubado, mas sobretudo ratifica a percepção que sua filha havia sentido de ter sido agredida e injustiçada. Ratificando, portanto, o seu lugar de sujeito no mundo.

Dal Molin (2016) consigna que:

O que torna os processos comuns ao desenvolvimento de toda criança patológicos, o que lhes acrescenta o adjetivo de traumáticos é a relação com objetos que mantêm certas características. [...] a formação traumática para Ferenczi em 1927, envolve um estímulo capaz de gerar no indivíduo uma excitação da qual ele não é capaz de lidar; ou um não reconhecimento pelos objetos, as percepções e sensações pessoais ou a imposição abrupta pelo ambiente de um código de conduta avesso ou até então em voga, que é substituído (Dal Molin, 2016, p. 183-184).

Entre o fragmento clínico do jovem estudante de Medicina e a escrivência da pesquisadora é importante destacar movimentos distintos no que tange ao reconhecimento ou não pelos objetos acerca das percepções e sensações pessoais de cada indivíduo nas cenas relatadas.

O jovem estudante nunca conseguiu espaço para questionar os versinhos por ele ouvido. Tampouco conseguia levar ao conhecimento de sua família o mal-estar por ele sentido junto aos coleguinhas na escola quando criança ou mesmo em seu tempo de universidade. Sentia que não cabia ou não tinha sentido se queixar a seus pais acerca de algo sob a perspectiva da violência racista.

A sensação de agressão em decorrência de um ato racista (momento do choque ou comoção psíquica da experiência) é o que entendemos como sendo o primeiro tempo do trauma, uma vez que esta experiência não pode ser integrada. Neste sentido, os estímulos advindos da

agressão que vem do exterior rompem o escudo protetor.

Dal Molin (2016, p. 219) salienta que “o trauma pode chegar a ter três tempos”, mas não que, necessariamente, as fases que envolvem a sua formação se deem em três tempos.

O segundo tempo consiste na “ressignificação posterior da experiência de choque – ao ser integrado o evento ocorrido no primeiro tempo passa a ter um efeito propriamente traumático” (Dal Molin, 2016, p. 219-220).

Entre um tempo e outro, após o choque, o indivíduo tenta, por meio dos objetos externos, integrá-los, por intermédio da busca nestes objetos de uma tentativa de fazer a ligação disruptiva. É o momento em que a criança tenta recorrer a um adulto para narrar o que houve com ela, instante em que ela conseguirá ou não falar e, caso consiga, se será escutada ou terá desmentida a sua percepção.

Dal Molin (2016, p. 220) considera que “esse tempo intermediário na cronologia da formação traumática, mas o último a ser observado pela clínica e pela teoria psicanalíticas, [...] podemos chamar de terceiro”.

No exemplo trazido por meio do fragmento clínico, ocorre a recusa por parte do pai do estudante em considerar o que está sendo proferido por meio de versos que colocam o negro, de forma pejorativa, como violento, ou seja, há, por parte dos objetos amados, o desmentido acerca da percepção do fato ocorrido, momento em que a real composição do trauma se estabelece.

Ferenczi (1934/2011), ao conceituar o traumatismo, coloca no objeto um papel central, uma vez que o trauma, antes de ser intrapsíquico, dar-se-á na interação com o ambiente.

Consideramos que, uma vez que o trauma abarca experiências díspares, no caso da violência racista, a associamos “aos estados contínuos de tensão e violências que ultrapassam a capacidade de assimilação do indivíduo” (Dal Molin, 2016, p. 224).

Em outros contextos, muitos pais negros ou figuras parentais negras no Brasil criam seus(as) filhos(as) sob uma perspectiva de tentar protegê-los de um mundo hostil, sobretudo da violência racista cotidiana, permeando a vida dessas crianças com uma série de proibições e mediante a exigência de uma “adequação” (ou, dito de outro modo, “uma imposição abrupta pelo ambiente de um código de conduta” (Dal Molin, 2016, p. 183), o que, sob a perspectiva desta pesquisa, trata-se de um outro aspecto do traumático, podendo ser pensado como um desmentido do próprio sujeito.

Segundo Gondar (2012), o desmentido tem estado na pauta de muitos debates políticos, mas sendo abordado pelo seu avesso, qual seja, o reconhecimento. E segue assinalando que:

Considerar o reconhecimento como o avesso do desmentido implica dizer que os efeitos traumáticos podem ocorrer quando alguém não é reconhecido na sua condição de sujeito. De fato, não existe uma posição neutra a esse respeito: ou se reconhece alguém ou se o desmente, sendo a neutralidade uma atitude produtora de desmentidos – atitude para a qual Ferenczi já teria nos alertado, ao descrever o quanto a insensibilidade ou a frieza dos analistas pode ser traumatogênica. Desse modo o desmentido como não validação das percepções e dos afetos de um sujeito, pode ser entendido como um reconhecimento recusado (Gondar, 2012, p. 4).

Logo, se considerarmos a violência fundante deste país, podemos identificar e reconhecer a existência de um grande trauma histórico em nossa nação – conforme descrito no capítulo 1 –, caracterizado por um desmentido, também histórico, por um não reconhecimento da contribuição de africanos e de seus descendentes para com este país, ou por um não reconhecimento do completo abandono que se deu após a abolição da escravatura.

Este desmentido ou não reconhecimento parece-nos ser o cerne dos efeitos psíquicos da violência racial no Brasil, de modo que o caso excessivo de “nãos” – oriundos de figuras parentais atravessadas por um racismo histórico e cotidiano – direcionados às crianças sob seus cuidados pode se configurar na repetição de experiências de um sujeito que não é reconhecido pelo laço social que o cerca.

Na clínica que visa trabalhar com o traumático da violência racial, há que se reconhecer o “real” do traumático, a fim de que seja possível “ligar e comunicar os diversos fragmentos atomizados pela clivagem”, podendo conduzir o sujeito à promoção da escrita de sua história em primeira pessoa, “com as coincidências, as diferenças e originalidades” (Uchitel, 2011, p. 123). Pois assim, com o acolhimento ao indizível, com a(o) analista posicionado(a) no lugar de testemunha das experiências relatadas pelo(a) analisando(a) da violência racista, é que poderemos reconhecer este real e, quiçá, soldar as partes cindidas pela clivagem.

No capítulo seguinte, abordaremos algumas teorias em torno do corpo em Psicanálise, a fim de que possamos fazer um traçado da experiência do corpo negro em nosso campo de pesquisa

3 O CORPO NEGRO

Este capítulo precisaria ser redigido em primeira pessoa do plural? Esta foi minha primeira questão ao iniciar este trabalho. Acredito que não, mas não posso deixar de considerar o “nós” que me possibilitou chegar até aqui.

Este “nós” seria uma espécie de composição entre pares de opostos que me constituem: o amor e o ódio; a alegria e a tristeza; o desejo e a insipiência para identificar o desejo; o não ser vista ou a extrema visibilidade; o apoio e o desamparo, este último sobretudo na formação psicanalítica, em conjunto com os demais elementos que produziram em mim tamanha inquietação e que me trouxeram até aqui.

“Nós” como primeira pessoa do plural do caso reto²⁵, ao indicar a ideia de grupo. Somos sujeitos grupais? Família, escola, grupos religiosos, espaço de formação psicanalítica, universidade, amores, amigos, tais fatores parecem apontar que sim.

Mas, também, “os nós” como substantivo masculino plural, cujo sentido é o entrelaçamento de fios puxados da intercambialidade produzida pelos espaços grupais e por outros tantos elementos. Trata-se de um entrelaçamento de fios cuja presença de pares de opostos perpassa os elementos de cada grupo marcado pelo atravessamento da cultura brasileira, a qual é respingada de sangue oriundo de sua violência fundante que durou quase quatro séculos e cujas implicações repercutem até os dias de hoje, estruturado em um racismo metamorfoseante.

Neste sentido, somos permeados por inúmeras inscrições daquilo que restou do período escravocrata. Se nosso superego é uma composição de nossas figuras parentais e da cultura, podemos pensar em um inconsciente colonizado.

Logo, é desse processo interno e visceral, ou seja, desse lugar tatuado pela violência que nos funda, que abordarei – ou abordaremos – o corpo negro, pelo olhar da Psicanálise.

Nesta etapa, há a contribuição do pensamento de Fanon (2020) que, no que concerne à investigação psicanalítica, salienta a família como ponto central de uma neurose de adulto.

Compete ao analista reencontrar uma repetição, uma cópia de conflitos surgidos no seio do grupo familiar. O autor complementa asseverando que “em todos os casos, a família deve ser considerada ‘um objeto e uma circunstância psíquicos’” (Fanon, 2020, p. 157). Acredita, também, que “na Europa e em todos os países ditos civilizados ou civilizadores, a família é um

²⁵ Os pronomes pessoais do caso reto são aqueles que, no discurso, indicam quem fala: primeira pessoa do singular (eu) ou “do plural (nós)”. Com quem se fala: segunda pessoa do singular (tu) ou do plural (vós). De quem se fala: terceira pessoa do singular (ele, ela) ou plural (eles, elas).

pedaço da nação” (Fanon, 2020, p. 157), não havendo desproporção entre uma e outra, porém, afirma que constatamos o inverso “no caso do homem de cor. Uma criança negra, normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco” (Fanon, 2020, p. 159), no sentido de que seu futuro identificatório dependerá desta possibilidade de “inventar” o próprio corpo, o que dialoga perfeitamente com o que pontuou Freud (1913/1996) acerca do interesse sociológico da Psicanálise, quando afirma que esta tem como tema a mente individual, mas ao investigar os indivíduos, não pode se abster de levar em consideração a base emocional da relação do indivíduo com a sociedade.

Freud (1913/1996), em “O interesse da Psicanálise para as ciências não psicológicas”, ao discorrer acerca do interesse sociológico de sua invenção, considera que a Psicanálise demonstrou de forma plena a maneira como as condições e as exigências sociais são causadoras de neurose e que forças que operam desde o ego produzem a restrição e o recalque pulsionais, cuja origem de tal submissão se deve às exigências da civilização. Segue dissertando o autor:

Uma constituição e um conjunto de experiências de infância que, noutros casos, conduziram inevitavelmente a uma neurose não produz tal resultado onde essa submissão esteja ausente ou onde tais exigências não sejam feitas pelo círculo social em que esse indivíduo se situa. Uma criança que produza repressões instintivas espontaneamente está assim simplesmente repetindo uma parte da história da civilização. O que hoje é um ato de coibição interna foi outrora externo, imposto, talvez pelas necessidades do momento (Freud, 1913/1996, p. 196).

O que se problematiza na presente pesquisa é o que está marcadamente atravessado por aquilo que denominei de violência fundante, um passado histórico sangrento que permeia a subjetividade da população brasileira, de modo que seus efeitos traumáticos recaem, sobretudo, no psiquismo dos sujeitos negros. E nos coube, enquanto população negra,

[...] enfrentar o olhar branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo reina uma atmosfera de clara incerteza. [...] Já faz alguns anos que laboratórios tentam descobrir uma poção de desnegrificação; com a maior seriedade do mundo, laboratórios calibraram suas balanças e deram início a pesquisas que permitirão aos pobres negros se branquearem e, assim, não mais terem de carregar o peso dessa maldição corporal (Fanon, 2020, p. 126).

Para a abordagem do corpo em Psicanálise, busquei pela palavra “corpo”: nos índices onomásticos das Obras Completas de Sigmund Freud, da editora Imago; nos verbetes do Vocabulário da Psicanálise (Laplanche; Pontalis, 2001) e no Dicionário de Psicanálise (Roudinesco; Plon, 1998), não a encontrando. Porém, localizamos, a nosso ver, uma espécie de corpo virtual, o que dialoga com a hipótese levantada pelas autoras Winograd e Mendes (2009,

p. 212), de que “se o corpo (organismo e sujeito) não é um conceito técnico do freudismo, ele é todavia, onipresente, mesmo implicitamente, raramente abordado por si mesmo e em si mesmo na metapsicologia freudiana”.

Os autores supramencionados e alguns outros, tais como Lazzarini e Viana (2006), Ferraz (2007) e Fernandes (2011), contribuíram para que a névoa em torno do corpo na teoria psicanalítica se dissipasse um pouco.

Corpo erógeno, que emerge a partir dos “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)”, de Freud, produz, nos dizeres de Ferraz (2007), um apagão no pensamento psicanalítico no que se refere ao corpo somático. Lazzarini e Viana (2006, p. 243) pontuam acerca da percepção por Freud de que a fala da histérica afeta seu corpo, e que “o que a histérica mostra é algo de si, em seu corpo, pela via do sintoma. É o sintoma que faz o diálogo; o que sobressai desse diálogo, desse discurso, é a ideia da presença de um conflito inconsciente [...]”.

Freud (1915/1996, p. 127), a partir da primeira teoria pulsional, ao se dedicar à consideração da vida mental de um ponto de vista biológico, situará a pulsão como sendo um conceito que se localiza na “fronteira entre o mental e o somático, como representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo”.

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905/1996) parte do termo autoerótico (cunhado por Havelock-Ellis em 1910) e lhe dá a característica de um estado anterior ao narcisismo – ou seja, a satisfação encontrada pelo bebê humano mediante a sucção rítmica de uma parte de sua pele ou mucosa que, de acordo com Freud, originam-se a partir da “primeira e mais vital das atividades da criança – mamar no seio materno (ou em seus substitutos) [...], de modo que, “a atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas” (Freud, 1905/1996, p. 171).

No autoerotismo, identificamos que o prazer retirado da sucção (boca, língua) traz à tona a dimensão da sexualidade obtida em uma mesma região do corpo como sendo a fonte e o objeto da satisfação.

Já no narcisismo, é o corpo que será elevado à condição de si a partir de sua erotização (Lazzarini; Viana, 2006, p. 245). Da dispersão pulsional existente no início, atingimos um corpo unificado que se faz pela presença do outro, um corpo narcísico correlato da constituição do eu, “o corpo da dimensão da alteridade, corpo do narcisismo secundário, implica, assim, num redimensionamento daquele corpo narcísico primeiro que passa a ser submetido à experiência do Édipo e da castração” (Lazzarini; Viana, 2006, p. 246).

O corpo, em primeira pessoa – o Eu – será definido por Freud ao formular a segunda tópica, no texto “O eu e o id” (Freud, 1923/2011, p. 31), referindo-se ao Eu como representante “do que se pode chamar de razão e circunspecção, em oposição ao Id, que contém paixões”.

Ainda no referido texto, Freud (1923/2011, p. 32) parte da psicofisiologia para afirmar que se discutiu muito a maneira como “o corpo sobressai no mundo da percepção”, incluindo aí também a dor e a forma como nos apercebemos de nossos órgãos nas doenças dolorosas, concluindo que, talvez, seja “um modelo para a forma em que chegamos à ideia de nosso corpo”. O eu é um eu-corporal, afirma Freud (1923/2011, p. 32), não sendo apenas “uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície”.

Deste modo, o corpo negro não está isento de todos os processos constitutivos supraelencados, uma vez que,

Para Freud, o corpo é o lugar de onde emerge a pulsão e também um meio para se atingir a satisfação pelas vias do prazer ou do desprazer. Ao longo de sua obra, ele tomará diversas formas, um que se apresenta na conversão histérica, um que é erógeno, um corpo pulsional, outro narcísico, ou o eu corporal, atestando desta forma, seu lugar na teoria (Egídio, 2021, p. 91).

Sales (2019, p. 112), na parte II de seu livro, cujo título é “A relação com corpo e os abalos decorrentes do mito negro, atesta alguns desafios que surgiram em seu processo de pesquisa e de escrita, ao relatar que ao “tratar dos aspectos corporais em jogo no racismo”, um dos desafios por ela encontrado, muito similar ao meu, foi “a escassez de estudos psicanalíticos sobre estes aspectos”.

Sales (2019) percorre a obra de Freud e identifica um corpo atravessado pelo sexual e permeado pela linguagem nos “Estudos sobre a Histeria (1893-1895)”, “um corpo autoerótico”, e o localiza em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, enfatizando que:

No famoso artigo *Sobre o narcisismo: uma introdução*, o Ego é considerado uma entidade que não está presente desde o início, se constituindo a partir da convergência das pulsões parciais do autoerotismo; convergência capaz de viabilizar a construção de uma imagem unificada do corpo por meio de uma “nova ação psíquica” (Freud, 1914/1996a, p. 84). Ainda que Freud não identifique precisamente nesse momento do que se trata essa “nova ação psíquica”, é possível inferir a alteridade, que, além de investir libidinalmente o *infans*, transformá-lo-á em alvo de reedição de suas fantasias narcísicas onipotentes (Sales, 2019, p. 116, grifos da autora).

No tocante à segunda tópica, Sales (2019) afirma que Freud, para melhor definir a instância egoica nela localizada, apoiar-se-á naquilo que está em jogo na constituição do Eu como sendo a sua superfície corporal. Sales (2019, p. 116) segue dissertando que “deste modo, a associação entre o Ego e o corpo, que de certa forma já esteve presente desde 1914, se consolida, com a diferença que o Ego é uma instância psíquica voltada para o exterior,

conectada com a realidade e a percepção”.

Assim, Ego como instância psíquica voltada para o exterior e em conexão com a realidade e a percepção enuncia, de alguma maneira, a razão de um corpo ser uma constante na fala de pessoas negras e nas poucas teorias de que dispomos acerca de Psicanálise e racismo. Isto porque “é em sua corporeidade que o negro é atingido. É na condição de personalidade concreta que ele é linchado. É na condição de ser presente que ele é perigoso” (Fanon, 2020, p. 177).

3.1 Fanon e Dolto: esquema corporal e imagem do corpo

Fanon (2020) considera que, no mundo branco, o negro encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal, algo que me levou a buscar nas contribuições de Françoise Dolto (2017) uma melhor compreensão não só de seu conceito acerca de esquema corporal, mas também da distinção por ela atribuído a tal conceito e à imagem do corpo.

Os conceitos de esquema corporal e imagem do corpo elaborados por Dolto (2017) tem como base suas práticas iniciais em Psicanálise, sob a orientação de Sophie Morgenstern. Dolto (2017) relata uma técnica consistente de apresentar às crianças materiais como papel e lápis de cor e, posteriormente, acrescentar massa de modelar, de maneira que essas crianças pudessem traduzir seus fantasmas por meio da possibilidade de “contar” o que seus desenhos ou suas modelagens traduziam, em uma demonstração das instâncias do aparelho psíquico da segunda tópica. Neste sentido, a técnica atendia ao desejo daquelas crianças para a compreensão, juntamente com a autora, daquilo que lhes provocava, à sua revelia, as dificuldades de viver que conheciam.

As instâncias da segunda tópica – “Isso”, “Eu” e Super “Eu”, nos dizeres da autora, ou, como chamarei neste trabalho, Id, Ego e Superego – são assinaláveis por qualquer composição livre (gráfica, por meio de desenhos ou plástica, via modelagem), sendo específicas a cada sujeito.

A especificidade das representações alegóricas dadas por um sujeito, mediatizado pelas três instâncias psíquicas, Dolto (2017) denominou de “imagem do corpo”. A partir da análise das histórias contadas pelas crianças em torno de suas composições livres, a autora demonstra “como, em qualquer composição livre se representa, se diz, a imagem do corpo: as associações que a criança fornece atualizam ali a articulação conflitual das três instâncias do aparelho psíquico”. E complementa: *“a imagem do corpo não é a imagem que é desenhada ali, ou*

representada na modelagem; ela está por ser revelada pelo diálogo analítico com a criança” (Dolto, 2017, p. 9, grifos da autora).

Nos casos trazidos pela autora em seu livro “Imagem inconsciente do corpo”, especificamente no capítulo 1, cujo título é “Esquema corporal e imagem do corpo”, ela discorre acerca de crianças saudáveis (quanto ao seu esquema corporal) que apenas tem seu funcionamento prejudicado em razão de imagens patógenas do corpo. Dolto (2017, p. 10) considera o corpo como mediador entre o sujeito e o mundo; nos casos que ela apresenta no capítulo em discussão, observamos uma anulação da utilização adequada de seu esquema corporal “entravada por uma libido associada a uma imagem do corpo inapropriada, arcaica ou incestuosa”.

O “esquema corporal”, segundo a autora,

é uma realidade de fato, sendo de certa forma nosso viver carnal no contato com o mundo físico. Nossas experiências de nossa realidade dependem da integridade do organismo, ou de suas lesões transitórias ou indelévels, neurológicas, musculares, ósseas e também, de nossas sensações fisiológicas viscerais, circulatórias – também chamadas quinesésias (Dolto, 2017, p. 10).

Dolto (2017) não descarta que golpes orgânicos precoces, tais como os supradescritos no trecho transcrito, podem perturbar o esquema corporal, e que estas perturbações podem ocorrer pela falta ou pela interrupção das relações “linguageiras”, ou seja, pela falta de falar-se, comunicar-se, da presença de uma “imagem falante do corpo”.

Esquema corporal enfermo e imagem sã do corpo constituem algo possível de coabitar em um mesmo sujeito, desde que seja explicitado ao sujeito portador de alguma enfermidade, a fim de que o sujeito, ainda que não ande, possa brincar de forma verbal com a mãe de atividades que envolvam correr, saltar etc. Projetando desta forma – e simbolizada e representada graficamente pela palavra – “em fantasmas de satisfações eróticas, na troca de sujeito para sujeito” (Dolto, 2017, p. 12). A autora considera ainda que

É mais do que provável que um tal ser humano, já que seu corpo sobrevive, seria capaz, cedo ou tarde de elaborar uma imagem “linguageira” do corpo segundo as modalidades que lhe seriam particulares, por intermédio de referenciais relacionais de caráter sensorial e de sua cumplicidade afetiva com alguém que o ama, que o introduz em uma relação triangular, e que lhe permite assim alcançar a relação simbólica (Dolto, 2017, p. 13).

Sendo assim, a distinção entre esquema corporal e imagem do corpo é que aquele “especifica o indivíduo enquanto representante da espécie, quaisquer que sejam o lugar, a época ou as condições nas quais ele vive” (Dolto, 2017, p. 13). O esquema corporal, de forma ativa ou passiva, é o intérprete da imagem do corpo, permitindo que ocorra a objetivação de uma

intersubjetividade, mediatizada de forma “linguageira” com os outros. O esquema corporal é o mesmo para todos os indivíduos que compartilham da mesma idade e mesmo clima, é ainda, fonte das pulsões; é, em parte, inconsciente, mas também pré-consciente e consciente.

A imagem do corpo é definida como “a síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetitivamente vividas através das sensações erógenas eletivas arcaicas ou atuais” (Dolto, 2017, p. 14); diz respeito a uma construção inconsciente do corpo, sendo, portanto, singular a cada sujeito.

“Encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante” (Dolto, 2017, p. 14) que emerge antes mesmo que o indivíduo possa se designar em primeira pessoa e saiba dizer eu.

A imagem do corpo, sustentada com e pelo esquema corporal, é o que viabiliza o contato com o outro, quer seja para se comunicar, quer seja para evitar a comunicação; está implícito na imagem do corpo, “pois é *na imagem do corpo, suporte do narcisismo*, que o tempo se cruza com o espaço, e que o passado inconsciente ressoa na relação presente” (Dolto, 2017, p. 15, grifo da autora).

Ao ser articulado pelo e com o narcisismo, sua exigência será viabilizada por meio dos cuidados corporais e de tudo o mais que acompanha a maternagem, tais como o olhar, o toque, a fala daquele(a) que se ocupa das funções maternas de cuidado.

Dolto (2017) ressalta que, por ser a imagem do corpo um dado não anatômico, e sim estruturado a partir da história do sujeito, é importante pensar de que maneira a imagem do corpo se constrói e se transfere ao longo do desenvolvimento infantil, sendo três modalidades de uma mesma imagem do corpo: “imagem de base, imagem funcional e imagem erógena”, elementos constituintes e que “*assegurem a imagem do corpo vivente e o narcisismo do sujeito a cada estágio de sua evolução*” (Dolto, 2017, p. 37, grifos da autora).

A imagem de base permite à criança experimentar a “mesmice de ser”, ou, dito de outro modo, a continuidade narcísica ao longo dos processos de mudanças que sofrerá em seu corpo (Dolto, 2017, p. 37). Da possibilidade de sentir essa “mesmice de ser” com as variações de sua intensidade (intensa ou tenuamente perene) é de onde vem a sensação de existência.

A autora consigna que “o sentimento de existir de um ser humano, que sustenta seu corpo no narcisismo, sentimento que é evidente, provém desta convicção, sem dúvida ilusória, de continuidade” (Dolto, 2017, p. 38). De modo contrário, o seu enfraquecimento pode ensejar o surgimento de inúmeras afecções do equilíbrio do sujeito humano, de maneira que a imagem de base “[...] é fundamentalmente ‘referida a’, ‘constitutiva de’ aquilo que denomino *narcisismo primordial*” (Dolto, 2017, p. 38, grifo da autora).

Em situações em que a imagem de base é atingida ou alterada (Dolto, 2017, p. 39),

surgirá uma representação fantasmática que ameaça a vida; fobia como defesa de algo persecutório, resultando em um estado fóbico, em reação ao que coloca em risco sua imagem de base, a depender de cada estágio. Após o nascimento, surge uma imagem de base respiratória-olfativa-auditiva (imagem de base aérea). Na sequência, há a imagem de base oral, que não somente inclui a primeira, mas é acrescida da zona bucal, faringe-laringe, representando o cheio ou o vazio do estômago (ventre); e, por final, a imagem de base anal, que acresce às outras duas a função de retenção ou de expulsão (parte inferior do tubo digestivo).

Outro componente vinculado à imagem do corpo, o segundo deles, é a “imagem funcional”. Diferentemente da imagem de base, que possui uma dimensão estática, a imagem funcional “*é a imagem estênica de um sujeito que visa a realização de um desejo*” (Dolto, 2017, p. 42, grifos da autora). Responsável, portanto, pela realização de desejos, caminho por pelo qual as pulsões de vida visam ao prazer por meio da alteridade com o mundo, e sua elaboração “realiza, com respeito ao acionamento das zonas erógenas, enriquecimento de possibilidades relacionais como outro” (Dolto, 2017, p. 43).

O terceiro componente da imagem do corpo é a imagem erógena, “direi que ela é associada a determinada imagem funcional do corpo, lugar onde se localiza o prazer ou desprazer erótico na relação com o outro” (Dolto, 2017, p. 43), geralmente, representada por círculos, formas ovais e côncavas.

Fanon (2020, p. 126), ao dissertar acerca de “A experiência vivida do negro”, isto é, o capítulo 5 do livro “Pele negra, máscaras brancas”, considera que o negro (ele diz o homem de cor) “encontra dificuldade na elaboração de seu esquema corporal”.

Para Dolto (2017, p. 14), o esquema corporal é a forma carnal em que vivemos e mantemos contato com o mundo físico, “intérprete ativo ou passivo da imagem do corpo”. Pois permite “a objetivação de uma relação libidinal ‘linguageira’ com os outros”, ou seja, esquema corporal como representação de um suporte que, sem ele, a relação languageira com o outro “permaneceria para sempre um fantasma não comunicável” (Dolto, 2017, p. 14).

Levando-se em consideração a distinção que Dolto (2017) estabelece entre esquema corporal e imagem do corpo, conforme supradescrito, acreditamos que a dificuldade ao qual Fanon faz menção possa estar mais associada a uma dificuldade, por parte do negro, de uma elaboração de sua imagem do corpo, pois, tal como mencionou a autora, ela é o suporte do narcisismo e “*síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetidamente vividas através de sensações erógenas eletivas, arcaicas ou atuais*” (Dolto, 2017, p. 14, grifos da autora).

As contribuições de Dolto constituem mais uma abertura metapsicológica para pensar o

sofrimento psíquico de um sujeito que porta em seu esquema corporal a marca ou o estigma da cor. Ainda que este tenha sido golpeado, afirma a autora, não necessariamente a imagem corporal será afetada (Dolto, 2017, p. 118), já que há no mesmo sujeito, com frequência, a coabitação de um esquema corporal enfermo e uma imagem do corpo sã.

O determinante para que seja possível a construção de uma imagem sã do corpo é a fala da alteridade. Na definição da imagem corporal localiza-se algo primordial, que é o papel da linguagem, logo, o que a alteridade fala é determinante no que concerne à estruturação da imagem do corpo.

3.2 Corpo negro, um corpo construído em terceira pessoa

Fanon (2020, p. 126), ainda em seu livro “Pele negra, máscaras brancas”, disserta em primeira pessoa e afirma que o conhecimento do corpo negro ocorre de forma puramente negacional, uma vez que essa atividade ocorre em terceira pessoa, produzindo, em torno deste corpo, “uma atmosfera de clara incerteza”.

Isso dialoga perfeitamente com a teorização da imagem do corpo, tal como proposta por Dolto (2017): imagem do corpo como suporte do narcisismo e síntese das experiências emocionais. Vejamos o que segue asseverando Fanon (2020):

Os elementos que utilizei não me foram fornecidos por “resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, vestibular, cinestésica e visual”, mas pelo outro, o branco que teceu para mim milhares de detalhes, anedotas, relatos. Achava que tinha de construir um eu fisiológico, equilibrar o espaço, localizar sensações, e eis que me pediam um suplemento. “Olhe, um negro”. Era um estímulo externo que me futucava de passagem. Eu esboçava um sorriso. “Olhe um negro!” O círculo pouco a pouco se estreitava. Eu me divertia abertamente. “Mamãe, olhe o negro, estou com medo!”. Medo! Medo! Eis que agora eu era temido. Queria me divertir com isso até engasgar, mas isso se havia tornado impossível para mim (Fanon, 2020, p. 127).

Este é o conhecimento, em terceira pessoa, que Fanon (2020) descreve na citação acima, em primeira pessoa. Não só conhecimento de si na terceira pessoa, mas, de acordo com ele, em tripla pessoa, já que o negro existe triplamente, a saber: ao se ver responsável a um só tempo por seu corpo, por sua raça e por sua ancestralidade (Fanon, 2020, p. 127).

Sales (2019), na parte II de seu livro “Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico”, em especial no item 2.6, ao discorrer acerca do corpo marcado pelo racismo, considera que “quando o corpo não é absolvido do sofrimento infligido, é visto como uma ameaça permanente de dor e morte, passando a ser odiado e perseguido” (Sales, 2019, p. 122) pelo próprio sujeito.

Conforme considerou Dolto (2017, p. 14), o sujeito inconsciente desejante em relação

ao corpo está presente desde a sua concepção. Neste sentido, consideramos de suma importância refletirmos acerca da violência perpetrada contra crianças e adolescentes negros, fato que não é algo novo no Brasil.

Desde o período colonial até os dias atuais, essa parcela da população vem sendo privada de seus direitos, sendo oprimida e negligenciada, sofrendo as consequências da violência sob todas as formas que esta pode incidir sobre estas pessoas e suas comunidades.

Dolto (2017, p. 27), em “Tudo é linguagem”, faz-nos um alerta ao assinalar que, quando um passado foi traumatizante, “é perigoso voltar a ele”. E segue escrevendo que:

Para não voltar a ele [ao passado], só há uma maneira, que é dizer, exprimir de forma representativa essa regressão ameaçadora, portanto falar. A partir do momento que algo foi falado, não se regredirá jamais a isso. Daí a eficácia do trabalho analítico, quando o material arcaico pode ser rememorado no tratamento, vivido na transferência, e aí analisado (Dolto, 2017, p. 27).

Historiadores têm descrito o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes nos diversos períodos da História do Brasil, o que permeou a constituição da sociedade brasileira. Diante dos fatos deste passado que ainda se faz presente, é importante analisar profundamente o legado colonial e suas consequências funestas presentes em nosso cotidiano, conforme descrito no capítulo 1, sobretudo em relação a seus aspectos marcados pelo desmentido. Mesmo após 135 anos de uma pós-libertação, ainda perpetuam o racismo e a discriminação por meio de suas estruturas sociais.

Há uma necessidade de reflexões e estudos rigorosos, mormente no campo psicanalítico, na escuta de experiências vividas pelos sujeitos negros. Costa (1983), ao refletir sobre a violência, colocando-a no centro dos estudos acerca das vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social, considera a violência a pedra de toque do problema abordado. O autor enfatiza que “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Costa, 1983, p. 2).

Quais seriam as formas de anular este corpo?

O sentimento de inadequação é uma constante na vida de pessoas negras. Desde a infância, há um esforço ainda na família para tornar este corpo negro oprimido, ainda que isto se dê no intuito de tentar proteger este sujeito do mundo hostil que o espera lá fora.

O cabelo bem trançado e sempre preso, a boca fechada, os gestos contidos. As instâncias identificatórias normativas e estruturantes começam a forjar um ideal de brancura. Assim, o sujeito negro começa a perceber o que lhe é permitido ou proibido, e uma espécie de prescrição

de sentimentos e expressões já começam a lhe negar o direito de existência, a não ser que ele se adeque.

O genocídio, se aumentarmos o volume de nossa escuta, decorre deste processo identificatório que impede a expressão de uma autonomia psíquica. Isso se dá porque a mediação necessária feita pelos pais entre a criança e a cultura está impregnada de significações racistas. Sim, o racismo está impregnado em nossa linguagem e cultura.

O ideal de Ego é formado a partir de imagens, palavras, representações e afetos que circulam entre a criança, o adulto e a cultura. A função do ideal de Ego é beneficiar e possibilitar o surgimento de uma identidade do sujeito, de acordo com aquilo que foi investido narcisicamente e que elevará o corpo, a partir de sua erotização, à condição de si, possibilitando, desta forma, uma relação harmoniosa com os outros e com o mundo.

Então, como fica esta questão em relação à menininha negra que se vê paralisada e deixa com a coleguinha branca o apontador azul (tal como descrito anteriormente) que lhe pertencia, sendo repreendida de forma violenta por sua professora? Ou ainda, o jovem que passou a vida toda ouvindo versos que desqualificavam o negro, em “uma brincadeira” feita por seu pai, um homem negro, tal como referido na vinheta apresentada em capítulo anterior?

Costa (1983, p. 6) discorre sobre alguns traços da violência racista considerando que seu objetivo é o de estabelecer, via preconceito racial, “uma relação persecutória entre o sujeito e seu corpo”, e segue pontuando que “o corpo ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo”.

A violência racista, ao impedir que o sujeito negro possa inocentar o próprio corpo, prejudica o seu futuro identificatório, deixando-lhe sequelas psíquicas derivadas de tais violências cotidianas. Costa (1983, p. 7) acredita que “os esforços para curar a ‘ferida’ vão então suceder-se numa escala patética e dolorosamente inútil”.

3.3 Feridas ou queloides narcísicos?

Acreditamos que a violência racista, por ser algo a que o sujeito negro está submetido de forma cotidiana, conforme preconizado por Kilomba (2019), ou seja, por serem microviolências que se repetem continuamente no dia a dia e que remetem às memórias do cativeiro, fere de forma tão intensa o narcisismo de pessoas negras, que torna suas feridas narcísicas impossibilitadas de cicatrização.

“Eu sinto o problema racial como uma ferida. É uma coisa que penso o tempo todo. É

um negócio que não cicatriza nunca”, relata um dos entrevistados de Souza (1983, p. 7) em seus estudos.

Peron (2007), no artigo “Considerações teóricas ferencziana sobre o trauma”, após ter pesquisado vários textos ferenczianos que abordam diretamente as neuroses traumáticas – os quais foram redigidos ao longo do período em que Ferenczi, atendendo a uma convocação militar, passou a desenvolver seu trabalho em um Hospital militar em Papa, na Hungria, sendo estes: “Dois tipos de neurose de guerra (histeria)” (de 1916); “As patoneuroses” (de 1917); “Consequências psíquicas de uma ‘castração’ na infância” (de 1917); “Psicanálise das neuroses de guerra” (de 1919); “Tentativas de explicação de alguns estigmas histéricos” (de 1919); “Reflexões psicanalíticas sobre os tiques” (de 1921); “Contribuição para a discussão sobre os tiques” (de 1921); e “Apresentação sumária da Psicanálise” (de 1932) –, destaca alguns pontos que contribuem para embasar a noção ferencziana de trauma, dos quais assinalaremos aqueles mais relacionado ao corpo, a saber:

- Essa excitação intensa pode ser convertida para o corpo, *importante veículo das memórias do trauma*, gerando sintomas aparentemente semelhantes aos sintomas conversivos histéricos, mas *que carregam a marca do acontecimento excessivo*. Isso pode acontecer sem que haja, necessariamente, complacência somática. Podem ocorrer tremores, paresias espasmódicas, *rigidez nos movimentos ou evitação de certos movimentos que estiveram presentes no momento do trauma, à maneira de uma fobia*, indicando que o quantum afetivo parcialmente não liquidado permaneceu ativo na vida psíquica inconsciente.
- O trauma provoca lesões no ego e feridas no narcisismo, acarretando um desequilíbrio entre investimentos objetivos e narcísicos e estase de libido no ego. O traumatizado pode apresentar sintomas que evidenciam a retirada de libido do mundo externo, hipersensibilidade do ego e fixação no narcisismo infantil. Tais sintomas podem ser autoerotismo exacerbado, depressão hipocondríaca, pusilanimidade, incapacidade de suportar sofrimentos ou esforços e desprazeres morais ou físicos, angústia e excitabilidade elevadas, com tendência para acessos de raiva, para a distração e fuga de ideias, e a necessidade de contrariar e opor-se aos outros.
- Efeitos traumáticos podem existir em quadros de neurose, complicando as vivências edípicas, dado o recrudescimento do narcisismo (Peron, 2007, p. 5, grifos nossos).

Os trechos supratranscritos coadunam com o apontado por Souza (1983) e por Kilomba (2019), autoras que abordam o racismo sob a perspectiva do trauma e que trazem no bojo de suas teorias a presença do corpo negro.

Souza (1983) salienta que, ao reivindicar sua condição de igualdade na sociedade, o corpo negro surge como intruso, como uma espécie de mal a ser sanado. Essas experiências de violência cotidiana – em que negros são atravessados por memórias do cativo (Kilomba, 2019) ou por uma reencenação de um passado colonial, muito vivo ainda em nossa sociedade – repercutem em uma realidade traumática que produz nestes sujeitos feridas narcísicas que,

arrisco-me a considerar, transformam-se em uma espécie de queloide²⁶.

Corrêa *et al.* (2019) e também Fernandes e Ferreira (2014) trazem a definição de queloides no campo medicinal, conforme evidenciada em nota de rodapé. Eles ressaltam que o aparecimento de queloides, além das complicações físicas, poderá levar o paciente a um comprometimento psicológico, uma vez que tais lesões podem produzir prejuízo funcional e estético, prejudicando a qualidade de vida, já que estão associadas a uma baixa autoestima.

Outrossim, o racismo a que o corpo negro está cotidianamente submetido faz com que a ferida narcísica ganhe relevo; daí a razão para o emprego da metáfora de queloide narcísico. As agressões dirigidas ao tipo de cabelo, bem como a dúvida com relação às cores da roupa, à competência para o desempenho de atividade profissional em campos de atuação em que o negro não era socialmente previsto e até mesmo situações de agressão física, como abordagem policial truculenta etc., levaram o sujeito negro a sentir uma sensação de inadequação. De acordo com Costa *et al.* (2021, p. 27-28), é um trauma cujo epicentro não é resultado de uma frustração libidinal, mas “da destituição devastadora de sua imagem corporal e dos ideais do eu. O desequilíbrio narcísico do sujeito não teria sido, primordialmente, da ordem da angústia de castração, mas da ordem do desamparo e angústia de aniquilação”. Isto é, não se trata apenas de angústia da castração das neuroses, mas de feridas narcísicas.

As críticas a uma clínica com essa especificidade são, por vezes, identificadas como uma espécie de militância ou como sendo de uma pauta identitária, o que pode impossibilitar a efetiva realização da escuta do sofrimento do sujeito diante de nós.

A dor trazida pelo(a) analisando(a) negro(a) não deve ser interpretada pura e simplesmente como uma persecutoriedade. Andrade (2022, p. 415) evidencia que o racismo, “como já foi demonstrado em vários estudos, não forma uma espécie de mania persecutória,

²⁶ Corrêa *et al.* (2019, p. 392), no artigo “Tratamento para queloides: revisão de literatura”, definem queloides como “proliferações fibrosas anômalas, benignas, eritematosas, que se elevam sobre o nível da pele e desenvolvem-se geralmente após estímulos que afetam a derme profunda, [...]” e, que esta, após ser atingida por estímulos tais como traumas cirúrgicos, queimaduras, acnes, tatuagem etc., sua “patogênese envolverá participação excessiva de fibroblastos, com desbalanço na produção do colágeno”. Os autores afirmam, ainda, que pelo fato de a incidência de queloides afetar as regiões da face, lobos de orelhas, tronco e pescoço, tais lesões podem produzir prejuízo funcional e cosmético, prejudicando a qualidade de vida, estando associada a uma baixa autoestima. Afirmam, também, que “a incidência e prevalência precisas das cicatrizes são desconhecidas; porém afetam mais indivíduos novos e sofrem influência da raça, sendo mais comum em negros e asiáticos, sem distinção de sexo” (Corrêa *et al.* 2019, p. 393). Do mesmo modo, no artigo “Queloides: uma revisão dos tratamentos atualmente disponíveis”, os autores Fernandes e Ferreira (2014) apontam, da mesma forma, para uma predisposição genética na formação de queloides, que podem surgir em decorrência de lesões prévias na pele ou em seu aparecimento espontâneo; ademais, associam seu aparecimento a uma questão racial, cuja maior incidência ocorre em negros e orientais, coadunando com a revisão de literatura apresentada acima por Corrêa *et al.* (2019). Aqueles autores afirmam ainda, e em consonância com estes, que “além das complicações físicas, pode levar ao comprometimento psicológico” (Corrêa *et al.* 2019, p. 182). Cabe ressaltar que as pesquisas aqui mencionadas foram realizadas no âmbito da Medicina.

cujo desafio no manejo clínico seria, entre outras coisas, combater a fantasia com a apresentação de alguma reflexão comprometida com algum dado de realidade”. Ou seja, a violência racista não consiste em uma criação fantasmática que produz na pessoa negra uma percepção de uma espécie de conspiração de ordem persecutória, mas há efetivamente na construção das relações raciais no país uma estrutura que coloca os corpos negros sob constante vulnerabilidade.

Situações do dia a dia vividas pela presente pesquisadora e também as oriundas da escuta de seus(as) analisandos(as) negros(as) – tais como: andar por uma rua e ver os outros escondendo a bolsa; ver as pessoas mudarem de calçada ao avistarem um homem negro caminhando; ser perseguido por seguranças em lojas ou em supermercados; ser abordado de forma truculenta por policiais, independentemente da classe social da pessoa negra etc. – são dados de uma realidade trágica e violenta de nossa sociedade.

Há que se levar em consideração esses dados da realidade a fim de que não ocorra o desmentido do sujeito negro e, por conseguinte, a sua retraumatização; afinal, “não é possível desconsiderar a realidade em nossas hipóteses clínicas, ainda que o campo da fantasia e da pulsionalidade tenha igual ou maior importância” (Peron, 2007, p. 12).

De maneira que possamos ter em conta que

[...] as subjetividades negras não se encontram alienadas de uma realidade que negariam para se afundarem no próprio ego, mas é justamente a realidade do racismo que lhes aliena da própria condição do seu corpo negro; seja lhes constrangendo a assumirem uma máscara branca, seja lhes violentando diretamente com o racismo que lhes persegue nos supermercados, como se fossem sempre potenciais assaltantes, nas batidas policiais, nos olhares em riste das pessoas brancas quando cruzam uma pessoa negra nos bairros ricos do Brasil afora. Ou seja, a alienação do negro [...] não é um tropo de uma fantasia individual e restrita a um adoecimento patológico presente apenas em alguns indivíduos negros. Ela é real e de ordem racial (Andrade, 2022, p. 414-415).

Este modo de produzir a alienação da pessoa negra, tal como descrito por Andrade (2022), pode resultar no agravamento da ferida narcísica deste sujeito, que para tentar proteger seu ego diante de uma realidade hostil, vale-se de uma prótese (ou as chamadas máscaras brancas).

A incidência de repetidas cenas traumáticas pode acarretar a “perda de sua forma própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, ‘à maneira de um saco de farinha’” (Ferenczi, 1934/2011, p. 125), e é isto que chamo de prótese, ou seja, uma espécie de casulo que o sujeito desenvolve a fim de poder transitar entre seus pares e se adequar a seu grupo; trata-se de uma forma adaptativa para que seu ego possa suportar a sensação de não lugar.

Exemplos: uma jovem mestiça que, em relação ao grupo de pré-adolescentes do colégio particular em que havia estudado, identificou em um *a posteriori* que, para fazer parte grupo,

ela havia ocupado o lugar daquela que só escutava suas colegas, já que estas não lhe davam espaço de fala. Quando adulta, identificou uma certa incapacidade de se fazer escutada em seu ambiente de trabalho; o casulo ou prótese que precisou criar tornou-se um modo de estar no mundo.

Falas do tipo: “preciso desempenhar bem meu papel”; “minha entrega, em meu trabalho, tem que ser três vezes mais”; “por melhor que eu seja, me sinto uma impostora”; “acho que tenho dificuldade de dizer não”; “quando estava na escola, eu era a pessoa que servia para ouvir minhas amigas”; “nunca tive um par nas festas juninas da escola” são uma constante em minha escuta na clínica voltada ao trabalho clínico com pacientes que relatam seus sofrimentos em decorrência da violência racista.

A partir dessas falas, escuto o desarranjo produzido pela forma como se estruturaram as relações raciais no Brasil. O racismo estrutural, ele mesmo performando o mito da democracia racial, produziu uma confusão de línguas entre os brancos e o negro ou negra, assim mesmo, no singular, por se tratar daquele ou daquela que está ali dividindo o mesmo espaço com a branquitude. A coleguinha da escola é que precisará encontrar uma forma de transitar e de conviver – e, muito frequentemente, como sendo figura única – em determinados espaços marcados pelo não dito, pelo desmentido, normalmente frequentado pela hegemonia branca e seus pactos narcísicos.

A analisanda X, por exemplo, chegou para os atendimentos psicanalíticos de forma tão bem articulada, demonstrando um grau tão elevado em sua inteligência, o que poderia ter sido, a princípio, por mim escutado com uma boa associação livre. Mas, somente *a posteriori*, ao escutá-la de forma mais arguta, ou seja, escutando o seu corpo, os seus silêncios e atos falhos, pude sentir sua desafetação em relação à temática racial, trazida por ela de forma teórica. Foi precisamente o momento em que me deparei com um sujeito esvaziado de si mesma, ocultada atrás de uma “prótese” gigantesca, uma espécie de casulo para abrigar o ego já vulnerabilizado pela hostilidade do mundo exterior.

Mundo este, de certo modo, comumente hostil, com tendências a se voltar ao estrangeiro, ou ao “estranho”... fazendo com que determinados sujeitos portadores de uma marca de cor – a negra – criem, em uma espécie de formação de compromisso, modos de se esconderem ou de se protegerem, levando-os a criar uma espécie de casulo, ou prótese, ou ainda, “as máscaras brancas” mencionadas por Frantz Fanon (2020), como uma espécie de abrigo para que seu ego possa performar a luta pela continuidade do ser “negro”.

Dezan (2023) faz um alerta:

Dentro do *setting*, quando o analista ouve, ele autoriza o paciente a falar. E o que paciente negro tem a dizer? Em primeiro lugar, quando a voz é restituída ao sujeito negro, ele passa a falar do lugar de Eu e pode finalmente abandonar o lugar do Outro que lhe foi dado/imposto pelo sujeito branco. Outro é a tela de projeção para a irracionalidade do racismo [...] O sujeito negro, quando fala, também dá o seu testemunho da violência que o assola todos os dias e denuncia o racismo. Quando ele fala dentro do *setting* ele denuncia também o racismo do analista, porque vivemos em uma sociedade estruturada pelo racismo. Ele nos atravessa e precisamos ter coragem de nos perguntar como podemos dismantelar o nosso próprio racismo (KILOMBA, 2010). Ao ousarmos fazer este questionamento, podemos dar lugar à fala testemunhal do paciente negro ao mesmo tempo em que nos colocamos no lugar de testemunha do testemunho. [...] conferimos a ele a mesma posição humana que ocupamos. Tornamo-lo um igual. Damos a ele credibilidade (Dezan, 2023, p. 44).

Neste sentido, ao nos ocuparmos de um pensamento clínico que englobe a sociedade brasileira despida do manto da democracia racial, estaremos nos voltando para um dos aspectos clínicos-políticos do nosso fazer psicanalítico, dando credibilidade não somente ao sujeito negro que se deita em nossos divãs, mas – e principalmente – estaremos nos credibilizando como profissionais e, quem sabe, criando a possibilidade de que a sociedade brasileira consiga reconhecer a teia da violência e do desmentido que nos constitui e, quiçá, seguiremos em direção a um pensamento metapsicológico decolonial e menos eurocêntrico.

4 LETRAMENTO EM PSICANÁLISE: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Enquanto psicanalistas que somos, diante do quadro funesto que descortinamos no país e também no mundo, seria importante revisitarmos o nosso intrapsíquico para podermos pensar os pressupostos do nosso contrato narcísico²⁷ enquanto sujeitos que se constituíram em terra brasileira, a fim de podermos pensar acerca do indizível nas relações intersubjetivas.

E quando pensamos em *Terra Brasilis*, seria interessante “escutar” a nação para além de um romantismo histórico – e para tal função, podemos contar com pesquisas da Sociologia, da Antropologia, da História. Não obstante, recusamos este real cruel que nos atravessa.

O letramento hegemônico existente, ou o letramento colonizado, recusa-se a falar sobre isto, protege-se do traumático da violência fundante ocupando-se de traumas europeus, mas sobre pilhas de cadáveres de milhões de negros e indígenas que foram dizimados e seguem sendo eliminados, cotidianamente.

E perpassados pelo mecanismo de defesa da recusa, afastamo-nos do traumático que nos fundou como nação e que, certamente, produziu – e ainda produz – subjetividades. Neste sentido, faço coro com a afirmação do psicanalista Abrão Slavutzky²⁸, em seu artigo “As marcas da Escravidão”, ao asseverar que:

Alguém poderia pensar que tudo o que escrevi é história e que talvez nada tenha a ver conosco neste momento já que nascemos neste século, livres da escravidão. Não é bem assim. Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual a mão possessa que os supliciou. A doçura mais tenra e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal que também somos (Slavutzky, 1999, p. 145).

Talvez, a impossibilidade de viver ao mesmo tempo esta herança paradoxal, a doçura mais tenra e a crueldade mais atroz, a gente sentida e sofrida que somos e, simultaneamente, insensível e brutal, aponte para uma cisão no laço social e para o esvaziamento de tais questões em diversos espaços psicanalíticos por tantos anos; soa-me como estranhamente familiar e sintomático.

Estamos, do ponto de vista histórico, tão colados a este passado trágico que, ao

²⁷ Kaës (2014, p. 61, grifo do autor) afirma que “o contrato narcísico é uma figura complexa de alianças estruturantes primárias inconscientes. Ele é uma das alianças de base, na medida em que os investimentos narcísicos que ele requer e que ele administra estão na origem da relação e da aliança de *afinação* primária entre o bebê e seu primeiro conjunto intersubjetivo. O contrato narcísico é também uma das primeiras alianças estruturantes necessárias para o desenvolvimento da vida psíquica. Enfim, ele comporta uma possibilidade de derivada alienante e patológica”.

²⁸ Psicanalista, professor e supervisor do Núcleo de Estudos Sigmund Freud e do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre.

discutirmos a repetição que vivemos até os dias atuais – por meio da ameaça fascista que nos ronda –, o que ganha destaque é o traumático, ao qual muitos psicanalistas se remetem, do período da ditadura civil-militar de 1964. Momento este muito duro vivenciado pela sociedade brasileira, indiscutivelmente, mas ficando, no entanto, de fora os 350 anos de atrocidades, sequestros, estupros, torturas, extermínios, genocídio e abandono de negros e indígenas, o que denominei nesta pesquisa de violência fundante.

Parece que uma parte não pode ser tolerada e, por via de consequência, cai no “eu sei, mas mesmo assim ...”, preconizado por Mannoni (1973). E ao abordarmos o momento político assombroso que ora se levanta no Brasil e no mundo, esquecemo-nos – ou não podemos mesmo – refletir acerca do “estranho” que nos habita e que impede um pensamento que possa levar em consideração este passado que nos enlaça e nos iguala, brancos e negros, uma vez que “A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal que também somos”, tal como pontua Slavutzky (1999, p. 145) .

E seguimos, deitados no berço esplêndido da violência fundante, embalados pelo trauma que nos assola e nos cala, quiçá por estarmos absurdamente atravessados por uma ética da negação e mediatizados pela recusa.

4.1 Letramento... de onde você tirou isso?

Reafirmamos, constantemente, as cláusulas do contrato narcísico originário e ratificamos o pacto denegativo. Uma das cláusulas deste contrato estabelecido inconscientemente – que, ao ser firmado, elege quem, quando, como, onde e por que se poderá ou não fazer parte de um grupo, neste caso, a sociedade brasileira –, em seu *caput*²⁹, especifica e delimita o que deve permanecer fora.

Kaës (2014) salienta que:

Esse contrato de afiliação narcísica à espécie humana recebe e exige investimentos a serviço da autoconservação da espécie e do indivíduo; é um anel elementar, mas indispensável para este contexto intergeracional. O padrão de reação desse tipo de contrato manifesta-se em seus efeitos devastadores uma vez que na destruição do outro, trata-se essencialmente de destruir sua pertença à humanidade: esse é o objetivo dos genocídios (Kaës, 2014, p. 65).

²⁹ *Caput* é um termo usado em textos legislativos e jurídicos, em referência ao enunciado de um determinado artigo. *Caput*, do latim, tem o significado de cabeça.

A violência e a brutalidade sobre esses seres humanos parecem enunciar uma recusa em lidar com a violência fundante e, por via de consequência, com o reconhecimento da humanidade de africanos e de seus descendentes, assim como de povos originários.

Ab'Saber (2017) assinala que:

A escravidão brasileira de ao menos 300 anos é um fato histórico assinalado com alguma insistência – uma vez que irrecusável – em nossas vidas social, cultural e política de ainda hoje; ao mesmo tempo, é um universo muito provavelmente recusado em profundidade do ponto de vista da verdade de seus próprios efeitos e razões, todos eles ainda muito presentes na real geopolítica psíquica do Brasil de hoje e nos corpos de muitos. O Brasil sempre foi contemporâneo de sua escravidão (Ab'Saber, 2017, p. 10).

O letramento visa lidar com esta presença-ausência desta contemporaneidade da escravidão brasileira por meio de nossos ditos e não ditos? Não, não se trata disso, como veremos mais a diante.

Ribeiro (2019) sublinha que não se deve entrar em uma discussão sobre racismo, com a isenção de não ser racista. Disserta a autora:

O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente – a inação contribui para perpetuar a opressão (Ribeiro, 2019, p. 13-14).

Mais do que buscar resposta para essa questão proposta por Ribeiro (2019), o que poderíamos efetivamente produzir para sairmos da inação e gerar fissuras na opressão? No campo psicanalítico, convivemos por um longo período com a inação deste movimento, no tocante à violência da qual emerge o país, com a ausência de negros em seus espaços de formação, com um certo grau de epistemicídio e apagamento de autoras pioneiras neste campo.

O que não é dito é gritante para aqueles que ocupam o não lugar em tais espaços. Problematicar Psicanálise e racismo, questionar a ausência de negros nestes espaços, de livros que abordam essa questão, insistir na escrita de monografias tendo como objeto de inquietação o negro, o racismo e a Psicanálise, estar em um espaço como este, desde este lugar de denúncia (a presença única e solitária, por si só, já se constitui como denúncia), é o que entendemos como “letramento”.

O conceito “letramento”, de aspecto polissêmico, foi adotado originariamente na área da Educação e, de acordo com Soares (2009), o termo foi empregado pela primeira vez no Brasil em 1986, em um livro de autoria de Mary Kato, intitulado “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Soares (2009) destaca ainda que, em 1988, com a publicação do livro “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, Leda Vediani Tfouni, autora deste livro, já na introdução da obra, faz a distinção entre alfabetização e letramento, momento em que,

possivelmente, a palavra ganha o estatuto de termo.

Em Psicanálise, o termo surge na tese de doutorado de Lia Vainer Schucman (2012). Esta autora, a partir do conceito de *racial literacy* – formulado por France Winddance Twine – ao apresentá-lo, vale-se dele para refletir acerca de possíveis fissuras entre brancura e a branquitude e também em formas de desconstruir o racismo. Quando este termo foi levado para ser debatido no dispositivo denominado “Incubadora de Ideias”, do Departamento de Psicanálise, ao longo de meu processo de formação, eu não conhecia a tese de Schucman (2012), que trouxe o conceito de *racial literacy* a partir de Twine, que pude acessar ao longo deste trabalho de pesquisa.

Este termo tem deslizado por vários outros campos disciplinares, sendo que seu uso em Psicanálise é bastante recente, portanto, estando ainda em construção.

Nesta pesquisa, ele é resultante da experiência vivenciada pela autora, na vida e em seu processo de formação em Psicanálise no / pelo Grupo “A cor do mal-estar”, já mencionado na Introdução deste estudo, bem como do esforço interno para lidar com o mal-estar que emerge a partir das discussões acerca das relações raciais e também da capacidade de sustentar o negativo, movimento este que, acreditamos, possa produzir um afrouxamento naquilo que entendemos como pacto da branquitude, tal como nomeado por Bento (2022).

O letramento psicanalítico entra neste espaço, daquilo que não é dito, mas é dito, no lugar da inação, na diminuição do alargamento do espaço (“catraca-livre”, como eu costumo nomear) do outro, da referência que não pode escutar o discurso daquele que vem da margem ou do outro racializado.

Pensar sobre este período doloroso de nossa sociedade, tentar entender como esse povo sobreviveu – e sobrevive – é olhar para o transgeracional a partir da “margem”; e creio que vale ler com atenção o que nos conta Grada Kilomba (2019)³⁰ acerca deste termo e de seu par oposto, o “centro”, a fim de contextualizar o sentido do qual me aproprio, a saber:

Margem e centro de que estou falando aqui referem-se aos termos *margem e centro* como usados por bell hooks. Estar na margem, ela argumenta, é ser parte do todo, mas

³⁰ Grada Kilomba, nascida em Lisboa em 1968, é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar, reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo e se encontra traduzido em várias línguas, publicado e encenado internacionalmente. Com raízes em São Tomé e Príncipe e em Angola, reside desde 2008 em Berlim (Alemanha) e a experiência de crescer, estudar e trabalhar em um país com fortes traços colonialistas marca profundamente o seu trabalho. É conhecida principalmente pelo espaço híbrido que o seu trabalho cria, em que as fronteiras entre as linguagens acadêmicas e artísticas se confinam. A multidisciplinaridade da sua obra expande-se desde a escrita à leitura encenada de seus textos, assim como instalações de vídeo e performance, criando o que ela denomina de “Performing Knowledge”. Ademais, leciona em várias universidades internacionais e, recentemente, também na Universidade de Humboldt, em Berlim, nas áreas de Estudos de Gênero e Estudos pós-coloniais. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grada_Kilomba#cite_note-0-2. Acesso em: 20 out. 20243.

fora do corpo principal. hooks vem de uma pequena cidade do estado de Kentucky, onde trilhos de trem eram lembranças diárias de sua marginalidade, lembretes de que ela estava realmente do lado de fora. Através daqueles trilhos se chegava no centro: lojas em que ela não podia entrar, restaurantes onde ela não podia comer e pessoas que ela não podia olhar nos olhos. Esse era um mundo onde ela poderia trabalhar como doméstica, criada ou prostituta, mas onde ela não podia viver; ela sempre tinha de retornar à margem. Havia leis para garantir seu retorno à periferia e severas punições para quem tentasse permanecer no centro. Nesse contexto de marginalização, ela argumenta, mulheres *negras* e homens *negros* desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto “de fora para dentro” quanto “de dentro para fora”. Focamos nossa atenção tanto no centro como na margem, pois a nossa sobrevivência depende dessa consciência. Desde o início da escravização, nos tornamos especialistas em ‘leituras psicanalíticas do outro *branca/o*’ (hooks, 1995, p. 31), e em como a supremacia *branca* é estruturada e executada. Em outras palavras, somos especialistas em branquitude crítica e pós-colonialismo. Nesse sentido, a margem não deve ser vista apenas como espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas como um espaço de resistência e possibilidade (Kilomba, 2019, p. 67-68, grifos da autora).

Neste sentido, a margem como espaço de resistência e possibilidade, lugar de onde emerge o “letramento”, uma ferramenta importante que considere levar para discussão no Grupo “Incubadora de Ideias”, no intuito de ser um dos pilares deste Grupo que iria ser parido, após a incubação por dois anos (melhor historicizado na Introdução deste trabalho), para pensar a invisibilidade do trauma da violência fundante por meio do letramento.

Em 2018, nasce o Grupo “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento”, como um grupo que busca a possibilidade de se produzir alguma elaboração possível no tocante à violência racista, no intuito de dar visibilidade ao trauma oriundo desta violência, de modo a criar um campo possível de se trabalhar o letramento.

“Mas de onde você tirou isso?”. Pergunta esta que ouvi em etapas diferentes do processo, perguntas de bastidor.

Em 2018, por ocasião da inauguração do grupo, apresentei um texto que gostaria de retomá-lo e, posteriormente, avançar um pouco mais no sentido de demonstrar o aspecto metapsicológico que envolve o processo de letramento do qual trataremos aqui.

A partir de uma experiência de minha vivência, quando tinha 8 anos de idade (já descrita no capítulo 2), fui buscar a pertinência daquilo que denominei de letramento. Ao longo dessa pesquisa, quase às vésperas da inauguração do Grupo, deparei-me com um texto de Dunker (2011) que versava sobre transativismo e letramento. Pensamos: “que bom sinal, uma vez que não estaríamos inventando a roda”. Mas vale ressaltar aqui que o pensamento que tínhamos em relação ao letramento era tentar pensar como um corpo negro se lê a partir de seu lugar no mundo e / ou como esse corpo é lido pelo outro.

Em seu texto, Dunker (2011) considera que a criança lê e escreve muito antes da alfabetização, portanto, introduz uma noção psicanalítica de letra – de que ela existe mesmo

antes de a criança conseguir falar.

Considera ainda que, ao entrar no discurso alfabético, há a existência de um trabalho de negação da primeira incidência da letra, ou seja, algo se perde; em um segundo momento, a letra dará suporte para a instalação dos processos metafóricos e metonímicos para a aquisição da fala e, então, o letramento ocorrerá; e, em um terceiro momento, de forma coletiva e arbitrária, sendo a entrada no discurso alfabético considerada pelo autor como um letramento secundário. Segue pontuando que:

a noção de letra é um conceito afim de constituição, pois a letra é exatamente o que se perde para que a criança possa entrar na linguagem. Para que alguém se torne sujeito, para que alguém possa falar, ou seja, muito antes de cogitar a ideia de alfabetização, a criança tem que soterrar a experiência do letramento primordial. [...] A função de nomeação é um resíduo do letramento primário, uma espécie de sobrevivente linguístico de um momento ultrapassado nas relações do sujeito com a linguagem (Dunker, 2011, s.p.).

Ao abordar a noção de letra e letramento em um contexto mais amplo, relacionando-os à constituição do sujeito na linguagem, Dunker (2011) parece indicar que a entrada da criança na linguagem – e, portanto, a sua constituição como sujeito falante – implica necessariamente em uma perda associada ao letramento primordial.

Ou seja, para se tornar falante, para se tornar um sujeito com a entrada no discurso, a criança precisa "soterrar" ou abandonar a experiência do letramento primordial, que pode ser compreendido como um estado pré-linguístico ou pré-simbólico. Nesse sentido, a função de nomeação é vista como um resíduo ou como uma espécie de vestígio de um momento anterior nas relações do sujeito com a linguagem.

Tal abordagem destaca a complexidade do processo da entrada da criança na linguagem, convidando-nos a refletir acerca das nuances e desafios envolvidos na constituição do sujeito na linguagem, indo além da mera aquisição de habilidades de leitura e de escrita.

O processo de letramento que ora se discute consiste em desvelar aquilo que o discurso hegemônico encobriu, o que, nos dizeres de Gonzalez (2020, p. 78), está associado àquilo que a cultura brasileira oculta, por meio de suas manifestações mais ou menos conscientes, “revelando, as marcas da africanidade que a constituem (como é que pode?)”.

Gonzalez (2020) parte da noção de consciência e memória, em que a consciência é o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e inclusive do saber. É, portanto, na visão desta autora, o lugar em que o discurso ideológico se faz presente.

Quanto à memória, para Gonzalez (2020, p. 78-79), é o não saber que conhece “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”. Para ela, a consciência exclui o

que a memória inclui, sendo, portanto, o lugar da rejeição (recusa) – lugar em que o discurso dominante encontra lugar de expressão (ou os efeitos desse discurso) –, “ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso fala através das mancadas do discurso da consciência” (Gonzalez, 2020, p. 78-79).

O racismo no mundo tem suas peculiaridades, cada um funcionando a seu modo, com suas práticas perversas perpassadas pelos laços sociais que os envolve, em cada território mundo afora. No caso do Brasil, o racismo age mediatizado pela peculiaridade do silêncio e do não dito, produzindo, assim, por meio da linguagem, uma confusão de línguas entre brasileiros e brasileiras sejam estes(as) vítimas ou não do racismo.

4.2 Um desnude à linguagem!

Mas voltemos ao termo “margem”, do qual me apropriei neste estudo. Kilomba (2019) elucida que a margem

se configura como “um espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p. 149) e criatividade onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classes são questionadas, desafiadas e desconstruídas (Kilomba, 2019, p. 68).

Anteriormente, abordamos o contrato narcísico, e penso que este traz em seu bojo um discurso. Discurso este, principalmente, na narrativa da História³¹ em geral, produzida por um sujeito indeterminado, mas que é determinante para que as coisas se processem de forma tácita.

A palavra “tácita”, ou tácito, tem os significados de:

³¹ Marco Antônio de Oliveira Gomes, doutorando em História e Filosofia da Educação na Universidade de Campinas (Unicamp), em um artigo publicado na Revista HISTEDBR On-line, sob o título “A evolução da historiografia ocidental: da história da Idade Média ao materialismo histórico”, pontua que “[...] a conquista da América pelos europeus também trouxe transformações na produção historiográfica. Povos com línguas e costumes diferentes, plantas e animais desconhecidos dentro do universo de conhecimento da Europa. A Contra Reforma no horizonte e a ‘necessidade’ de evangelização dos índios obrigaram os missionários a ‘um profundo estudo das culturas que se pretendia destruir’. Apesar das denúncias contra a escravidão ou extermínio das sociedades indígenas, o que se percebe foi a constituição de uma prática historiográfica comprometida com interesses de dominação do ‘Novo Mundo’. E segue em outro trecho, ao afirmar, na conclusão de seu texto, que: “Não nos alongaremos na discussão das questões levantadas, mas as fizemos com o objetivo de alertar para a postura ‘ingênua’ (existiria ingenuidade na produção do conhecimento?) a respeito da História. Nesse sentido, não há como prever o que acontecerá no futuro. Não enxergamos a História como um processo linear e contínuo rumo a felicidade futura, assim como não é um jogo de cartas marcadas, mas é o resultado dos confrontos e da correlação de forças, sempre provisória, das classes sociais. *Daí a necessidade de conhecer a História como forma de descobrir os projetos alternativos que foram silenciados, para orientar um projeto popular futuro.*” Fonte: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis17/art11_17.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023 (grifos nossos).

que está subentendido e, por isso, não precisa ser dito; implícito. Que não se pode traduzir por palavras: sentimento tácito. Que não se mostra nem se consegue mostrar; oculto. Não expresso de modo formal, pelas formas convencionais. Etimologia (origem da palavra “tácito”). A palavra tácita deriva do latim *tactus*, *a*, *um*, com o sentido que não se pode expressar de maneira formal.³²

A definição do termo fala por si só e aponta para o que Kaës denominou de “alianças inconscientes”. Vejamos o que o autor aponta:

Para relacionarem-se uns com os outros, desde a origem de sua vida psíquica e posteriormente para formar um casal, viver em família, associarem-se em grupos, viver em comunidade com outros seres humanos, os sujeitos identificam-se entre si e com um objeto comum. Eles põem-se de acordo entre si através de trocas prévias ou paralelas a essas identificações, com concordâncias que se produzem ao mesmo tempo ou *à margem da palavra*, com ressonâncias fantasmáticas e através das diversas modalidades de identificação: especulares, narcísicas, adesivas, projetivas e interjetivas. [...] As alianças são conservadoras, elas mantêm as relações seja evitando os conflitos, seja procurando superá-los: nesse último caso, elas seriam então uma das saídas do conflito e nisso elas realizam uma função estruturante no psiquismo (Kaës, 2014, p. 13, grifos nossos).

Kaës (2014) destaca que os sujeitos se identificam e acordam entre si com um objeto comum, mediatizados por trocas prévias ou de forma paralelas a essas identificações. Essas concordâncias se produzem ao mesmo tempo ou *à margem da palavra*; neste sentido, podemos notar o quanto somos atravessados por isso enquanto sociedade e enquanto sujeitos emergidos a partir desse contrato narcísico sanguinolento.

Kaës (2014, p. 14) pontua, ainda, que “a aliança une aqueles que ela vincula, ela exclui aqueles que ela rejeita. Ela permite que sejam identificados os excluídos: eles estão fora da aliança, da comunidade, do grupo. Ela é então um princípio da discriminação.”

Neste sentido, Kaës (2014) dialoga com Kilomba (2019) que, reportando-se a bell hooks, aponta “um fora” ou um à “margem” o que vai ao encontro de um “à margem da palavra” – tal como assinalado por Kaës (2014) – nos acordos atravessados pela aliança inconsciente.

E será neste lugar à “margem da palavra” que entrará o letramento.

Lorde (2021, p. 51) ensina que devemos transformar o silêncio em linguagem e ação, ao afirmar: “passei a acreditar, com convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser ferida ou incompreendida”.

Logo, transformar o silêncio em linguagem e letramento é sobre isso, portanto, sigamos com as contribuições de Freud e Ferenczi acerca da linguagem e psiquismo.

³² Disponível em: www.dicio.com.br/tacito. Acesso em: 18 abr. 2024.

4.3 Considerações sobre a linguagem em Freud

Freud (1891/2014) já abordava a linguagem em um texto de 1891, intitulado “Sobre a concepção das afasias”, em que o autor ainda se apresenta muito mais como um neurologista. Este primeiro livro do criador da Psicanálise “é considerado, no interior dessa obra, como uma verdadeira ponte entre neurologia e a Psicanálise [...]” (Jorge, 2014, p. 7).

No texto de apresentação, Jorge (2014) consigna que:

É surpreendente que já nesta primeira obra Freud produza uma grande abertura para as questões mais essenciais do que será construído posteriormente pelo arcabouço teórico psicanalítico. As noções de representação-palavra e aparelho de linguagem (este, uma antecipação da noção psicanalítica de aparelho psíquico, que introduzirá no capítulo VII da *Interpretação dos sonhos*), criadas e desenvolvidas por ele neste livro, são uma importante reflexão *avant la lettre* de temas que serão importantes objetos de investigação da psicanálise (Jorge, 2014, p. 8, grifos do autor).

Neste seu primeiro livro, Freud (1891/2014) tece uma extensa crítica à neurologia de seu tempo (século XIX), a qual tinha como pressuposto uma localização anatômica no cérebro destinada às funções mentais. Ao longo do texto, Freud trava “um combate cujo campo de batalha é a neurologia [...]. Os adversários são claramente nomeados – Wernicke, Lichtheim, Grashey –, Meynert permanece como uma mistura de mentor intelectual e candidato a arqui-inimigo” (Garcia-Roza, 2014, p. 127), batalha esta que se dará em torno das afasias.

A proposta de Freud é, a de partir dos casos descritos na literatura, propor uma nova concepção acerca das afasias. E será na literatura médica mais apurada (Wernicke, Lichtheim, Grashey, Hughlings, Bastian e Charcot) que o futuro pai da Psicanálise embasar-se-á, focando maior tempo de sua análise nas teorias de Grashey e Lichtheim.

Garcia-Roza (2014, p. 128) destaca duas hipóteses criticadas por Freud (1891/2014), quais sejam: uma em que observa uma distinção entre “afasia decorrente da destruição de centros e a decorrente da destruição das vias de condução”; e a outra que diz respeito “às relações recíprocas entre os diferentes centros responsáveis pela linguagem” (Garcia-Roza, 2014, p. 128).

Tais hipóteses apontam para uma “redução das funções do sistema nervoso a regiões anatomicamente determinadas, o que ficou conhecido como teoria das localizações cerebrais” (Garcia-Roza, 2014, p. 128). Teoria esta que parte da comunicação feita por Paul Broca, em 1861, à Sociedade Anatômica de Paris e, posteriormente, pela publicação de “O complexo sintomático das afasias”, por Wernicke, em 1874. Ambas as pesquisas foram feitas com base em autópsias cerebrais, colocando a linguagem referida em termos cerebrais.

Assim, a partir destas pesquisas, a linguagem fica referida, em termos cerebrais, a um centro motor (área de Broca) e a um centro sensorial (área de Wernicke), além de um sistema de fibras de associação que liga as duas áreas (Garcia-Roza, 2014, p. 129). Essas teses abriram a perspectiva de articular os distúrbios da linguagem observados clinicamente a lesões cerebrais, de modo a compreender o processo fisiológico da linguagem como reflexo cerebral.

A nova concepção que Freud (1891/2014) faz da questão das afasias a partir dos casos já descritos nas literaturas é destacar que o funcionamento da linguagem está intrinsecamente associado ao funcionamento psíquico.

Nas primeiras páginas do texto de um Freud neurologista, ele introduz a expressão “aparelho de linguagem”, o que, posteriormente, servirá de modelo para o que o autor construirá para pensar o inconsciente, embora em “Sobre a concepção das afasias” (Freud, 1891/2014), não haja indicação de que o inventor da Psicanálise tinha tal pretensão.

No início do capítulo VIII, sob o título “Equívocos na ação”, na obra “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana”, Freud (1901/1996, p. 167), ao citar Meringer e Mauner (1885/1898), consigna que “os equívocos da fala não deixam de ter paralelos. Correspondem as falas que frequentemente ocorrem em outras atividades humanas e são conhecidas pela denominação tola de ‘descuidos’”. O autor parece não considerar um simples descuido e, ao comentar a referida citação, refere-se a não ser ele o único a supor “o sentido e um propósito por trás das pequenas perturbações funcionais da vida cotidiana das pessoas sadias” (Freud (1901/1996, p. 167).

A linguagem é um tema que precede a própria Psicanálise. Ao discorrermos sobre ela, vamos nos aproximando das questões atinentes ao letramento, que está vinculado à linguagem em suas diversas formas (falada, transmitida por meio do olhar, do corpo, mimetizada como assim o fazem os bebês).

4.4 Considerações sobre a linguagem em Ferenczi

A linguagem aparece em Sándor Ferenczi não somente no texto “Confusão de línguas entre os adultos e a criança” (Ferenczi, 1933/2011). Vinte anos antes, Ferenczi (1913/2011a, p. 45) escreve “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”, em que ele parte da concepção freudiana que versa sobre o desenvolvimento das formas de atividade psíquica dos indivíduos, em direção à substituição “do princípio do prazer predominante na origem e do mecanismo de recalamento que lhe é específico pela adaptação à realidade, ou seja, à prova

da realidade fundamentada num julgamento objetivo”.

Ferenczi (1913/2011a) considera que, no recém-nascido, a satisfação lhe chega por meio da violência do desejo (representação), e a partir de um recalque à realidade de insatisfação é que dará lugar à satisfação desejada, porém ausente; de forma similar ao obsessivo, que não se desfaz de sua crença na onipotência de seus pensamentos.

O autor disserta que:

A “megalomania da criança” quanto a sua própria onipotência não é, portanto, *pura* ilusão; a criança e o obsessivo nada pedem de impossível à realidade, quando sustentam com obstinação que seus desejos devem necessariamente cumprir-se; apenas exigem a volta de um estado que existiu outrora, a volta desses “bons tempos” em que eram onipotentes. (*Período da onipotência incondicional*) (Ferenczi, 1913/2011a, p. 49, grifos do autor).

No entanto, Ferenczi (1913/2011a, p. 51) ressalta que, para dar conta de que o desejo de satisfações pulsionais “que surgem periodicamente sem que o mundo externo tenha conhecimento do instante em que a pulsão se manifesta [...]”, a representação alucinatória não será suficiente, de modo que a criança emitirá sinais (já presentes no estágio alucinatório, tais como gritos e agitação), com a diferença de que tais descargas são emitidas pela criança como sinais mágicos, em que ela é magicamente atendida, sem dúvida, com alguma participação externa da mãe ou de quem o fizer as suas vezes, da qual a criança sequer imagina existir.

À medida que os desejos da criança ganham formas mais específicas aos seus estágios de desenvolvimento, dela serão exigidos outros sinais. Ferenczi assim os descreveu:

Tais são eles, em primeiro lugar: a imitação com a boca dos movimentos de sucção quando o bebê deseja ser alimentado e as manifestações características, com a ajuda da voz e de contrações abdominais, quando deseja ser trocado. A criança aprende também progressivamente a estender a mão para os objetos que cobiça. Resulta daí uma verdadeira *linguagem* [grifo nosso] gestual: por uma combinação apropriada de gestos, torna-se capaz de exprimir necessidades muito específicas, as quais, na grande maioria das vezes, serão efetivamente satisfeitas; de modo que a criança – desde que respeite a condição que consiste em exprimir o desejo mediante gestos correspondentes – pode continuar a crer-se onipotente: *é o período da onipotência com a ajuda de gestos mágicos* (Ferenczi, 1913/2011a, p. 52, grifos do autor).

Ferenczi (1913/2011a, p. 53-54) caracteriza as fases de introjeção do desenvolvimento do ego como sendo um estágio em que todas as experiências vivenciadas pela criança estão incluídas no ego, uma fase em que “um ser ‘onipotente’ podia sentir-se uno com o universo que lhe obedecia e seguia seus sinais [...]”. Todavia, será a partir de uma discordância que se criará ao redor deste ser o que o levará a distinguir de seu ego algo que se constituirá como mundo externo. Ferenczi (1909/2011, p. 97) assim o descreve: “certas coisas malignas que resistem à sua vontade, ou seja, a separar os conteúdos psíquicos subjetivos (sentimentos) dos conteúdos

objetivos (impressões sensoriais)”, sendo esta segunda fase a que Ferenczi denominou de “projeção”. São elas:

- Fase de introjeção – onipotência (pensamento mágico);
- Fase de projeção do desenvolvimento do ego – estágio de realidade (onipotência atribuída a potências exteriores).

Ferenczi (1913/2011a, p. 55) consigna que “a linguagem é uma imitação, através da reprodução vocal dos sons e ruídos produzidos pelas coisas ou que se produzem por intermédio delas [...]”. Ademais, considera que a linguagem amplia a possibilidade de reprodução dos objetos e processos relativos ao mundo externo, muito mais que a sua forma.

Gondar (2017, p. 116) aponta para uma outra lógica posta em jogo a partir da afirmação acima, de que sendo a linguagem uma imitação, significa admitir que as palavras tenham “uma relação mais íntima com as coisas, presentificando-as ao serem ditas. Um halo da coisa estaria presente na palavra”.

Assim, colocando em destaque que o simbolismo verbal, mais do que o gestual, viabiliza “o pensamento consciente na medida em que, associando-se aos processos de pensamento, em si mesmo inconscientes, confere-lhes qualidades perceptíveis” (Ferenczi, 1913/2011a, p. 55).

De modo que ao se associar aos processos de pensamento inconscientes, o pensamento consciente empresta a esses processos qualidades perceptíveis, trazendo à tona aspectos desses processos que, de outra forma, permaneceriam ocultos ou inacessíveis.

Ferenczi, no texto “Transferência e Introjeção”, apresenta “o processo de introjeção como sendo a extensão do investimento dirigido aos objetos” (Pinheiro, 2016, p. 30). Ao se desfazer do desprazer, ocorre a relutância para a expulsão de partes do mundo externo, de maneira que o ego acaba por reabsorver uma parte dele em seu interesse.

No conceito ferencziano, é a introjeção que possibilita o entendimento do aparelho psíquico como um aparelho de linguagem, uma vez que é por meio da introjeção que um sentido pode ser apropriado, por meio da inclusão do objeto. Para este autor, o sujeito humano é voltado para o ambiente, sendo a sua constituição feita na relação com o outro.

Pinheiro (2016, p. 32) ressalta a propositura de Ferenczi que sugere a introjeção como sendo oposta à projeção, em termos de direção e em seu sentido metapsicológico, configurando-se a introjeção como processo que está por trás daquilo que o psiquismo pode produzir com o propósito de dar ou se apropriar do sentido (fantasiar, fazer identificações); e a segunda, a projeção como sendo um mecanismo de defesa.

4.5 Psicanálise, racismo e letramento: por uma metapsicologia possível

Por que nos aportamos na linguagem para pensar o letramento? E sobretudo na linguagem tal como ela foi concebida por Ferenczi? A clínica psicanalítica, bem como os espaços de formação estão tendo que se haver com novos desafios diante da crítica que lhes foram dirigidas em razão de não terem tido uma escuta para questões relacionadas ao racismo, da quase não existência de pessoas negras nos espaços de formação, além do apagamento da produção intelectual de autoras negras que abordaram a questão do racismo, consistente com um epistemicídio.

Atualmente, por força da inquietação de estudantes e pesquisadores(as) negros(as), estas autoras voltaram à cena. Estou me referindo especificamente à Neusa Santos Souza e à Isildinha Baptista Nogueira, sem deixar de fora a pioneira Virginia Leone Bicudo, ignorada por anos a fio, tanto na Sociologia quanto na Psicanálise.

E a Psicanálise vem sendo questionada “seja pela exigência de reafirmação frente às críticas que lhe são endereçadas ou pela própria necessidade de reinventar o dispositivo clínico aventado por Freud devido às peculiaridades do mal-estar contemporâneo em relação àquele de sua época” (Canavêz; Herzog, 2012, p. 328), e também pelo fato de a Psicanálise ter chegado a territórios em que somente a perspectiva teórica do espelhamento eurocêntrico parecia não dar conta.

O mal-estar está no divã, o que fazer com ele? Sobre tudo o mal-estar advindo da relação entre Psicanálise e racismo, que invadiu os espaços psicanalíticos e nos colocou diante da emergência de revirar pelo avesso a marca deixada pela violência fundante e a relação simbólica dela advinda, que não alcança a escuta necessária na Psicanálise brasileira, ela própria atravessada pelo “eu sei, mas mesmo assim...”, de Mannoni (1973), que poderia dar visibilidade à violência traumática de nossa fundação e, quiçá, produzir o letramento.

Como representar o trauma – ante a uma “predisposição” (Canavêz; Herzog, 2012) indicada pelo criador da Psicanálise em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/2010, p. 328)? As referidas autoras supõem que “antes mesmo disso, a própria emergência da Psicanálise enquanto método de tratamento se coaduna com a necessidade de repensar a narrativa tradicional face à realidade do trauma, tal como se apresentava à época” (Canavêz; Herzog, 2012, p. 328).

Repensar a narrativa e, portanto, revisitar a concepção de linguagem em Freud e em Ferenczi; e foi precisamente neste último que localizei conceitos que me permitiram traçar uma elaboração, à guisa de uma conceituação, do que vem a ser o letramento.

Gondar (2017, p. 113), em “As coisas nas palavras: Ferenczi e a linguagem”, considera que a linguagem é física e psíquica: “física porque é articulada, porque a palavra sonora ou visual tem uma materialidade e faz parte do mundo material”. Mas ela é também psíquica, disserta a autora, “em sua capacidade de representar e produzir associações entre essas representações” (Gondar, 2017, p. 113), destacando a dupla natureza da linguagem como sendo corpo e psiquismo.

Gondar (2017) consigna que, para Ferenczi, a linguagem carrega uma terceira natureza, que é a dimensão estética, sensível, ao dar destaque para a imagem sensorial da palavra que não pode alcançar assimilação no significado linguístico e nem por sua emissão via aparelho fonador.

4.6 O que as palavras transportam?

É precisamente no texto “Ontogênese dos símbolos”, de Ferenczi (1913/2011b), que buscamos a resposta, já que nele o autor parte da observação de que a criança, assim como o inconsciente, identifica duas coisas diferentes com base em uma semelhança mínima, deslocando os afetos de uma para outra, associando-as pela atribuição de um mesmo nome.

Ferenczi (1913/2011b) afirma que à medida que o sentido da realidade vai se desenvolvendo, a criança é levada a decompor aquilo que estava condensado, a partir de uma ínfima semelhança entre coisas diferentes, passando a distinguir os aspectos em que essas coisas se assemelham, mas também os que as diferem. Ferenczi concorda com as concepções de Silberer e Beaurain, autores contemporâneos a ele, mas observa uma distinção no que diz respeito à designação de símbolo feita por eles no tocante aos primeiros graus de conhecimento da criança.

O símbolo, no sentido psicanalítico da expressão, é para Ferenczi “as coisas (representações) que chegam à consciência com um investimento afetivo que à lógica não explica nem justifica, e cuja análise permite estabelecer que elas devem essa sobrecarga afetiva a uma identificação *inconsciente* com uma (o símbolo) outra coisa” (Ferenczi, 1913/2011b, p. 116, grifo do autor). De maneira que, para este autor o símbolo não está associado a toda comparação, mas somente àquela cujo um dos termos encontra-se recalcado no inconsciente.

Gondar (2017, p. 114) elucida que, na perspectiva de Ferenczi, “a palavra é simbólica não por ser presença de uma ausência – como na concepção estruturalista do símbolo, por exemplo, pela qual a palavra mata a coisa – mas por presentificar algo para além dela mesma”.

A visão de Ferenczi sobre o simbólico e a linguagem representa uma abordagem que difere das concepções mais tradicionais, já que sugere que o simbólico não deriva nem está subordinado à linguagem, mas que a linguagem é apenas uma das possibilidades na relação simbólica, dentre outras. Ainda em “Ontogênese dos símbolos”, Ferenczi (1913/2011b, p. 116) enfatiza que “a experiência psicanalítica ensina-nos, de fato, que a principal condição para que surja um verdadeiro símbolo não é de natureza intelectual, mas afetiva”.

Essa abordagem convida à reflexão sobre a diversidade de formas simbólicas presentes na experiência humana, para além da linguagem verbal, enriquecendo desta forma a compreensão dos processos psíquicos e da expressão simbólica; a sua compreensão só se dará “num modo de funcionamento que não é o da linguagem, mas o do afeto e da sensibilidade” (Gondar, 2017, p. 114).

Esta dinâmica do sensível coloca a criança no início de sua vida centrada em seu próprio corpo e naquilo que dele obtém satisfação. E seu encontro com o mundo será por meio da busca da semelhança entre o que sente em seu corpo e o que visualiza como externo a ela mesma. Ferenczi (1913/2011b, p. 117) relata a história de uma criança de um ano e meio que, ao ver o Danúbio pela primeira vez, exclamou: “Quanto cuspe!”. A história serve para demonstrar que a relação simbólica nasce das semelhanças entre corpo e mundo, consignando que relações simbólicas se estabelecem a partir de relações profundas e persistentes ao longo da vida, entre o corpo humano e os objetos, em uma demonstração dos fatores decisivos na formação de símbolos e da importância de distinguir este de outros “produtos químicos (metáfora, comparação etc.) que são igualmente formas de condensação” (1913/2011b, p. 118).

No artigo “Palavras obscenas”, de 1911, é que localizaremos a articulação entre o simbolismo e o processo de letramento ora apresentado. Neste texto, Ferenczi (1911/2011) faz referências a “palavras tabus” que remetem ao ouvinte dessas palavras a imaginarem o que está sendo dito em sua realidade material. O autor argumenta que, desde Freud, considera-se que toda representação abriga a necessidade fundamental de fazer cessar o sofrimento decorrente da frustração para que se reviva um sentimento de satisfação outrora vivenciado.

A representação ocupando o mesmo plano da realidade será suplantada somente quando “instruída pela amarga experiência da vida” (Ferenczi, 1911/2011, p. 129), de modo que a criança alçará a capacidade de distinguir a representação da real satisfação e valer-se-á de sua motricidade ao se ver diante de objetos reais e não de ilusões de sua imaginação.

Neste texto, fica em evidência o caráter ambíguo das palavras, revelando uma conexão inconsciente daquilo que pode ou não ser falado ou pensado, bem como dialogando de algum

modo com o texto freudiano sobre o “Humor” (Freud, 1927/2014)³³.

Vale pontuar que, em Psicanálise, as palavras guardam conexões simbólicas entre os conteúdos latentes (experiências sexuais primitivas) e os conteúdos manifestos (modificados pela censura) aceitos socialmente.

As palavras tabus carregam um poder de convocar o ouvinte a imaginar, de acordo com sua realidade material, o que está sendo dito, assim como ocorre com as palavras obscenas (que são palavras chulas atribuídas, popularmente, às partes do corpo relacionada à genitália e às atividades sexuais) que, quando replicadas por criança, remetem o adulto ao riso, ao espanto e à clássica bronca dada ao rebento.

Ferenczi (1911/2011) não se restringe somente às palavras obscenas, mas considera que, ao supormos uma distinção entre objetos representados e objetos reais como imperfeita, há que se considerar a possibilidade de o psiquismo ter uma tendência de regressar a um modo de funcionamento primário. E o autor localizará aí a base para um entendimento das características particulares das palavras obscenas, mas também a justificativa para hipotetizar que “num certo estágio do desenvolvimento, esse caráter tangível (sensorial), somado à forte tendência regressiva, é próprio de todas as palavras” (Ferenczi, 1911/2011, p. 130).

O letramento é algo que se aproxima da escuta de “uma linguagem que imita, que toca o real” (Gondar, 2017, p. 117), um toque que pode ser leve, mas nem sempre o é, sobretudo no que concerne ao debate em torno dos efeitos psíquicos das violências raciais. Gondar (2017, p. 115) destaca que “a espinha dorsal dos processos de simbolização não reside na linguagem ou na capacidade de representar, e sim na possibilidade de estabelecer semelhanças no plano da sensorialidade”.

Por exemplo, o verbo denegrir, que tem em sua raiz o sentido de tornar negro como algo maldoso e ofensivo; este verbo carrega o sentido de difamar, manchar uma reputação outrora limpa. Tal como ocorre com outras palavras de nossa língua-mãe, que são carregadas de sentido pejorativo. Palavras estas que produzem um atrito com o real nas pessoas racializadas e que vêm sendo desveladas pelo processo de letramento, emergindo como um exercício que coloca em questão a linguagem de resistência do próprio analista, objetivando restaurar uma ligação, uma construção ou uma ponte a ser construída entre confusão e confluência de línguas.

³³ No texto “Humor”, Freud (1927/2014, p. 323) disserta que há duas formas pelas quais o processo humorístico ocorre, a saber: “ou numa única pessoa que adota ela mesma a atitude humorística, enquanto a outra pessoa tem o papel de espectador e fruidor, ou entre duas pessoas, das quais uma não participação nenhuma no processo”, mas é tomada como objeto da cena humorística. Esta segunda modalidade se assemelha ao que atualmente é considerado como racismo recreativo. Freud (1927/2014) atribui que, na essência, o humor livra o indivíduo dos afetos que uma determinada situação acarretaria, afastando a expressividade de tais afetos com uma piada.

Vimos como o racismo afeta a população negra. Souza (1983) hipotetizou que o negro está mediatizado por um ideal de brancura; Nogueira (2021) teorizou acerca de como as significações, a partir do racismo, irão se inscrever no psiquismo da pessoa negra e sobre o modo como se produzirá a dimensão simbólica do corpo negro embasado no ideal imaginário de brancura. Tratam-se de estudos pioneiros no campo psicanalítico, os quais têm contribuído para pensar o funcionamento psíquico dos sujeitos negros.

Trouxemos também as contribuições de Ferenczi ao pensar caminhos metapsicológicos para embasar o pensamento clínico no tocante ao traumático da violência impetrada pelo racismo e a seus efeitos no psiquismo dessa população.

Particularmente, desconheço que tenhamos no Brasil estudos que investiguem o modo de funcionamento psíquico da branquitude no âmbito de uma sociedade racista ou os impactos do trauma do que denominei de violência fundante sobre o psiquismo das subjetividades aqui produzidas. Isto, por si só, parece-nos algo sintomático na Psicanálise brasileira, uma vez que a violência fundante encoberta pelo desmentido de um país que vive sob a égide da negação, ao nosso ver, marcam as subjetividades aqui constituídas, sejam elas racializadas ou não.

Um artigo de autoria de Sylvia Schulze³⁴, publicado em 2023 na Revista *Percurso*, parte do conceito desenvolvido por M. Farkhry Davids de representação existente em todos nós de um “outro racial” (*other racial*) na teoria dos objetos internos, a fim de examinar a construção de estruturas racistas internas ou objetos racistas internos. Em uma vinheta de caso, Schulze (2023) seleciona alguns aspectos da dinâmica da transferência e contratransferência da escuta de uma analisanda negra escutada por uma analista branca para pensar quais objetos internos negros e brancos emergiram e puderam ser examinados. O processo não se restringiu somente à analisanda, a analista teve que se aperceber de seu próprio objeto interno racista, a partir de uma dinâmica contratransferencial bastante desagradável, pela qual a analista insultava, por intermédio da fantasia da contratransferência, a sua analisanda. E esta, por sua vez, também foi capaz de identificar um objeto interno negro, negativamente carregado e intimamente associado ao seu pai.

Ou seja, ao que parece, na Alemanha já se pesquisa, metapsicologicamente, o mecanismo do racismo por meio do conceito de objeto interno. Sobre tal conceito, em minha pesquisa, localizei nas contribuições ferencziana elementos para pensar os processos de

³⁴ Sylvia Schulze é psicóloga psicanalista didata do Psychoanalytischen Institut Berlin/PAIB (Instituto de Psicanálise de Berlim) da Deutsche Psychoanalytischen Gesellschaft/DPG (Sociedade Psicanalítica Alemã), pertencente à International Psychoanalytical Association/IPA. Ganhadora do prêmio “Elisabeth Young-Bruehl Prejudice Award der IPA”, em 2019, pelo trabalho em referência.

aquisição da linguagem e a inclusão do objeto.

Daí a importância e os caminhos possíveis para adentrar no aparelho psíquico a partir das teorias da linguagem, de acordo com Ferenczi (1913/2011a), que considera a linguagem verbal a única que permite a adaptação à realidade (por meio de um retardamento da descarga motora reflexa e a liberação do desprazer). Empregamos o embasamento teórico em Freud e em Ferenczi, dentre outros autores, na busca pela sustentação da importância da linguagem ao tratarmos de Psicanálise e racismo e, também, para pensarmos o letramento possível, dando enfoque às contribuições de Ferenczi como abertura para o presente estudo.

Para este autor, o sujeito humano é voltado para o ambiente, sendo a sua constituição feita na relação com o outro, desse modo, o adulto ganha uma significância na contribuição ferencziana, se considerarmos o objeto interno na constituição do sujeito, sobretudo para pensarmos a introjeção de objetos – no caso, em discussão, objetos internos racistas.

Schulze (2023) assevera que:

Fantasias inconscientes estão sempre ligadas a representações de objetos e, assim, os objetos e suas características são incorporados junto com essas fantasias. Desta forma, se um objeto está incorporado à fantasia, ele parece “residir dentro de nós como objeto interno”, independentemente de ser um objeto interno com propriedades positivas ou “malignas” (Schulze, 2023, p. 11).

Processo que, ao ser repetido várias vezes, produzirá um mundo psíquico permeado por objetos internos, sendo também responsável pela produção da dialética do interior e exterior contidos na teoria do desenvolvimento de objetos.

Projeção e introjeção compõem um movimento contínuo do registro da realidade a partir da experiência com o primeiro objeto e de sua adulteração pela projeção destas experiências na realidade. Assim, objetos bons e maus resultam nas fantasias inconscientes sobre os objetos e as relações neles envolvidos, que se alternam e se modificam ao longo do desenvolvimento humano.

Ferenczi (1909/2011, p. 95), em “Transferência e Introjeção”, relata que “o neurótico está em perpétua busca do objeto de identificação, de transferência; isso significa que atrai tudo o que pode para sua esfera de interesses, ‘introjeta-os’. [...]. O neurótico interessa-se por tudo, distribui seu amor e seu ódio para o mundo inteiro.”

Neste sentido, o autor localizará na introjeção a transferência, por ele entendida como “um mecanismo psíquico característico da neurose em geral, que se manifesta em todas as circunstâncias da vida e abrange a maior parte das manifestações mórbidas” (Ferenczi, 1909/2011, p. 88). Ressalta ainda que a transferência não se dá de modo exclusivo no âmbito

da Psicanálise, e tampouco com exclusividade em relação ao médico, mas ela vai muito além disso.

Elementos como a história do sujeito, a formação da linguagem, a transferência, atos falhos, esquecimentos ou distrações são por ele entendidas e explicadas em razão da “manutenção em atividade no adulto em estado vígil dos processos de deslocamentos dos afetos” (Ferenczi, 1909/2011, p. 97).

E que afetos podem estar contidos nos objetos internos do racista.

Schulze (2023) parte da tese de Davids de que há no aparelho psíquico um sistema estruturado de acordo com as diferenças étnicas e culturais que são percebidas, tratando-se de um sistema que visa proteger os medos profundos. Para esta autora, a formação de objetos internos racistas (termo escolhido por Schulze) dependerá das características positivas ou negativas, atribuídas, em um primeiro momento, de forma inconsciente ao outro racializado, de onde emerge a representação do “*racial other* que tem propriedades, habilidades ou inabilidades quase naturalizadas” (Schulze, 2023, p. 12), consignando que representação internalizada do outro racial pode ser consciente ou inconsciente, a partir da percepção do diferente (quer seja pela cor da pele, origem ou etnia).

Esta representação de um outro racial, considera Schulze (2023, p. 12), “não permanece neutra em nosso mundo, mas está, sim, ligada aos racismos latentes ou manifestos presentes em nossas culturas.”

Projeções estereotipadas e negativas desse outro racial estariam associadas às possibilidades de a criança se identificar com as atribuições negativas dos pais em relação ao outro. Schulze (2023) salienta que:

Se o objeto interno do “*racial other*” tiver uma carga extremamente negativa, a cisão e a projeção prevalecem permanentemente e o ego, fica, portanto, incapaz de experimentar a ambivalência, resultando na construção de uma organização racista interna que “tem o mesmo propósito e funciona da mesma maneira que uma organização patológica”. No meu entendimento, essa organização patológica consiste em um objeto interno racista, que conecta com outros objetos internos extremamente negativos e, pode assim, tornar-se em uma organização de defesa estável (Schulze, 2023, p. 13).

O letramento, tal como apontado anteriormente, é um conceito em construção, que sob a minha perspectiva pode ser comparado a algo preconizado por Freire (2021), que em sua “Pedagogia do Oprimido” apresenta o conceito de uma educação libertadora e

problematizadora³⁵, que tem como eixo o diálogo. Algo de que também o letramento (no campo psicanalítico) não deve prescindir, já que carrega como premissa a sustentação do mal-estar, a partir da circulação da fala – portanto, do diálogo – para lidar com o negativo sempre que este emergir, em um exercício contínuo de alteridade.

Então, o letramento dar-se-á a partir do encontro dialógico entre subjetividades, em que na transferência ou na contratransferência projeções estereotipadas podem ocorrer, por meio do uso não só da alteridade, mas sobretudo da capacidade interna de poder identificar em cada um de nós os objetos internos racistas (Schulze, 2023, p. 12) e, com eles lidarmos, cada um a seu tempo.

Em “Confusão de línguas entre o adulto e as crianças”, Ferenczi (1933/2011) observa que a confusão emerge a partir do encontro da linguagem da ternura da criança quando vilipendiada pela linguagem da paixão dos adultos, abusadores (em todos os níveis de abuso, seja sexual, patriarcal, machista, racista e outros).

O letramento como processo deste encontro pode produzir algo como a experiência similar vivida por Italo Calvino, autor de “Seis propostas para o próximo milênio”, descrita por Frölich, Kierniew e Moschen (2020, p. 197) no artigo intitulado “Ver o invisível do letramento”, que traz a rememoração do momento que antecede a alfabetização de Calvino, narrada por ele próprio, que se deu em “um tempo em que a operação fundamental de alojar-se no intermediário, no nem ainda isso, nem ainda aquilo, foi-lhe conferida pela sua paixão pelos quadrinhos – nem só imagem, nem só narrativa”.

As autoras afirmam que Calvino adorava os quadrinhos ou *comics*, que na infância chegavam até a Itália, sua terra natal, por meio dos Estados Unidos, mas neles não havia os balões dos diálogos entre as personagens, possibilitando-lhe inventar, criar as histórias vistas por ele nos quadrinhos.

O processo de letramento interno me parece similar a esta metáfora de preencher os balões (tal como os dos quadrinhos, no tempo da infância de Calvino) internalizados em nós, a fim de dar voz e escuta e, quem sabe, produzir um sentido para as garatuñas neles inscritos, com o objetivo de as transformar em uma linguagem – falada ou escrita – que rompa as barreiras do não dito, do silenciamento, na busca da sustentação ao mal-estar, que venha a se constituir em uma ponte entre confusão e confluência de línguas nas relações raciais aqui existentes.

³⁵ Freire (2021, p. 97-98, grifos do autor) sobre as práticas de educação, salienta que: “enquanto a prática bancária, como enfatizamos implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizada, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a *imersão*: a segunda, pelo contrário, busca a *emersão* das consciências, de que resulte sua *inserção* crítica da realidade.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pautou-se no método psicanalítico e buscou nas teorias a interpretação dos atos e produções psíquicas com vista a pensar a reconstrução dos processos que os geraram; processos estes pensados a partir do contexto da violência fundante e sua relação com a teoria do trauma em Sándor Ferenczi. Tal violência, consistente da história do país, emergiu a partir de 350 anos de exploração e genocídio de povos originários, de africanos e seus descendentes aqui escravizados. Um crime contra a humanidade, algo sem precedentes - até onde temos conhecimento, não reconhecido como tal pelo Estado brasileiro.

A pesquisa foi pautada em estudos teóricos, mas também se deu de forma heurística, não podendo se furtar da vivência e escuta da autora enquanto sujeito negro em uma sociedade racista. Assim, a fim de elucidar a proposta desenvolvida no decorrer do trabalho, em um exercício de criatividade, buscou-se localizar nas teorias psicanalíticas – tanto de Freud quanto de Ferenczi, sobretudo neste último – a resposta para um entendimento sobre se a violência racista e suas repercussões traumáticas no psiquismo do sujeito negro podem ser pensadas sob a ótica da teoria do trauma de Sándor Ferenczi.

A violência fundante e os processos historicamente desmentidos ou “fatos falhos” (Rivera, 2020) por meio dos quais a sociedade brasileira se estruturou foram demonstrados pelas contribuições de vários autores(as) negros(as), não só da Psicanálise, mas de diversas áreas do conhecimento, que forneceram a sustentação teórica necessária para visibilizar o trauma oriundo dessas experiências e as possíveis consequências no psiquismo de sujeitos negros – do qual a Psicanálise brasileira pouco ou quase nada se ocupou.

Ao tratarmos da violência fundante, no capítulo 1, demonstramos que a “invasão” do Brasil assolaria os povos originários, por meio de doenças, guerras, escravização de milhares de indígenas etc. Mas a colonização não parou por aí: o passo seguinte foi a devastadora caça de homens em território africano, sendo que os primeiros africanos sequestrados e deportados chegaram por aqui entre 1516 e 1526. Contamos com a contribuição de Alencastro (2000), Pinsky (2006), Fernandes (2008), Carvalho (2011), Terra (2021) e Sodré (2023) para trazer o nefasto pano de fundo da fundação no Brasil e de sua repercussão até os dias atuais.

Dos desmentidos históricos ou dos fatos falhos – expressão tomada de empréstimo de Rivera (2020) – não podemos nos furtar de destacar uma independência que se destaca não como liberdade, mas por seu antônimo, pois ainda que livre do jugo de Portugal, o Brasil estava sob a tutela de um imperador português que manteve sustada a humanidade da população escravizada. Tratou-se de uma independência que se deu sem cidadãos brasileiros e sem pátria

brasileira, de acordo com Carvalho (2011). Nos fatos falhos localizamos uma abolição teórica, ou inconclusa – sem que fosse atribuído aos senhores de escravos ou ao Estado brasileiro algum tipo de preparo ou alguma obrigação em relação aos libertos, desalojados e lançados à própria sorte. Os quais, ainda assim, posicionaram-se diante dessas violências, quer fosse por meio de fugas e rebeliões, quer fosse pela formação de quilombos.

A pesquisa privilegiou a forma como a imprensa negra produziu algo que Mbembe (2018) conceituou de “declaração de identidade”, que, a partir dos “restos” ao redor do mundo, viabilizou o objetivo de escrever uma história que reabra para os descendentes de escravizados a possibilidade de voltarem a ser agentes da história, nela inclusa a história do movimento psicanalítico no Brasil.

Um extenso capítulo sobre a teoria do trauma a partir de Freud, mas com maior dedicação ao pensamento ferencziano, demonstrou como esse mecanismo opera. Ademais, pontuou a necessidade de que nos livremos da hipocrisia para darmos conta do colhimento ao indizível, posicionando-nos no lugar de testemunha das experiências relatadas pelo(a) analisando(a) da violência racista, de modo a podermos reconhecer este real e, quiçá, soldar as partes cindidas pela clivagem.

Corpo erógeno, o corpo em primeira pessoa (Eu) ou eu corporal, esquema corporal e imagem do corpo denotam a presença do corpo em Psicanálise, sob suas diversas abordagens. No entanto, o corpo negro carregado indelevelmente pelas marcas da violência fundante e construído em terceira pessoa entrou em cena por meio de suas marcas e feridas ou queloides narcísicos que denunciam (ou enunciam?) a violência racista como traumática, levando-nos a falar sobre letramento, como um conceito ainda em construção. Mas não só isto, este mesmo corpo se fez inserir no processo histórico e veio contar sua história em primeira pessoa, a fim de que este trabalho fosse realizado.

O último capítulo trouxe a linguagem, elemento que antecede a própria Psicanálise para uma aproximação possível a uma conceituação do termo letramento em Psicanálise.

Pautamo-nos em Ferenczi e nas teorias da linguagem (em Freud e em Ferenczi) para, por meio das teorias ferencziana de projeção, introjeção, desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios, ontogênese dos símbolos, em diálogo com outros autores brasileiros, chegarmos próximo de uma conceituação ou dos seus indícios de uma possível formação inconsciente de objetos internos racistas.

Schulze (2023) muito contribui no sentido de podermos demonstrar que há na Europa estudos metapsicológicos que levam em consideração um *other racial* e como a transferência e a contratransferência, a teoria dos objetos ou teoria dos objetos internos são caminhos

metapsicológicos para se pensar e acessar tais conteúdo. No caso do Brasil, temos primeiramente que lidar com a recusa, o desmentido, o silenciamento e os não ditos que o processo de letramento visa ressignificar.

A pesquisa psicanalítica em torno da violência racista e de seus efeitos psíquicos na população racializada no Brasil, por meio do método psicanalítico, esteve por muito tempo depositada nas mãos dos poucos psicanalistas negros que tínhamos – ou temos – em comparação aos 54% da população autodeclarada como negra (pretos e pardos). E isto se configurou em um dos desafios enfrentados pela presente pesquisadora, em face da quase inexistência de trabalhos teóricos em Psicanálise, no Brasil, que tenham como pano de fundo a experiência do trauma a partir deste drama horrível que certamente deixou marcas nas subjetividades aqui constituídas, sejam estas racializadas ou não.

Às pioneiras Souza (1983) e Nogueira (2021), com suas preciosas contribuições, juntaram-se as psicanalistas brancas Reis e Gondar (2017) e também Sales (2019), que dissertaram acerca de Psicanálise e racismo, demonstrando que o debate tende a aumentar e, neste sentido, trouxemos aqui nossa contribuição.

A pesquisa teórica demonstrou caminhos possíveis a partir da teoria ferencziana do trauma para se pensar os efeitos do psíquicos do racismo em pessoas negras. Mas encontrou dificuldades para o entendimento se ele ocorre em pessoas brancas em razão da dificuldade de encontrar estudos no campo da Psicanálise clínica sobre trauma e relações raciais no Brasil no que diz respeito à branquitude, em razão da total ou da quase total inexistência de trabalhos teóricos-clínicos ou metapsicológicos que relatem a temática das relações raciais pela perspectiva do(a) psicanalista branco(a).

No entanto, diferentemente do que notamos aqui, localizamos produção de pensamento sobre o assunto na Europa, em um artigo de Schulze (2023) que trata, sob o ponto vista metapsicológico, da hipótese de funcionamento psíquico do sujeito racista, conforme descrito no capítulo 4, podendo abrir caminhos para o avanço do tema na Psicanálise brasileira.

Para finalizar, a seguir descreveremos algumas dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa, sendo a primeira e mais inquietante preocupação a de evitar que se crie a ideia de patologizar os sujeitos negros. Para tanto, é importante evidenciar o preconizado por Villas Boas (2021): que o sofrimento sociopolítico e a humilhação social como frutos da histórica violência do Estado brasileiro é que tem dado sustentação ao racismo. Estado este que, ao se pautar em uma ética da negação ou desmentido, pode produzir consequências a serem consideradas, não devendo serem tomadas de forma determinante na formação de psicopatologias.

Outra dificuldade encontrada gira em torno do conceito “letramento”, que emergiu a partir da complexidade deste conceito, que aqui aparece sob o contexto psicanalítico (conforme explicitado na introdução deste trabalho), que tem sua origem na década 1980, sendo um conceito, de certo modo, recente e originário da área de Educação e das Ciências Linguísticas (de meados da década de 1980).

Vale notar que, ao levar o termo letramento para ser incubado no dispositivo chamado “Incubadora de Ideias”, do Departamento de Psicanálise, ao longo de meu processo de formação, eu desconhecia a tese de Schucman (2012), que propôs – a partir de Twine – o conceito de *racial literacy* (cujo objetivo é trazer uma reflexão acerca de possíveis fissuras entre a brancura e a branquitude e formas de desconstruir o racismo), o qual pude acessar ao longo deste trabalho de pesquisa. O letramento aqui preconizado, de algum modo, aproxima-se da perspectiva da reflexão objetivada por Twine, uma vez que esta pesquisa teve como um dos objetivos específicos produzir uma intervenção ou, quem sabe, um afrouxamento dos pactos denegativos, conforme preconizado por Kaës (2014).

E a última dificuldade observada no estudo, no que diz respeito a este conceito, deveu-se ao fato de que, em uma pesquisa de mestrado não há tempo suficiente para o desenvolvimento de um tema que, além de ser recente, abarca aspectos tão profundos da metapsicologia como introjeção e projeção, o desenvolvimento do sentido da realidade, negação, desmentido, transferência e contratransferência.

Além do que, o tema exige um grande trabalho intrapsíquico para que ele possa atravessar – e até mesmo convocar – o outro nas relações intersubjetivas. Trabalho este que, para alcançar a linguagem (trazida para este estudo como aspecto que nos coloca como sujeito diante do outro) soterrada por tantos anos, parece ser necessário que algo se decante a partir desta produção, ante a emergência de uma possível formulação do conceito de letramento, algo que está associado à possibilidade de alcançar um testemunho das dores impostas à população de pretos e pardos e indígenas neste país, que parecem permanecer como garatujas em nossos inconscientes.

A seguir, um poema para ajudar a cicatrizar feridas que se abrem a todo momento, mas que canalizadas para um trabalho de pesquisa leva-nos ao encontro de nossa origem, a fim de que possamos encontrar estofo suficientemente bom para ressignificá-las.

“Encontrei minhas origens”

Oliveira Silveira (1941-2009)

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
..... livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
..... cantos
em furiosos tambores
..... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, T. **Somos contemporâneos de nossa escravidão**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- AB'SABER, T. Apresentação. In: BARROS, D. R. **Lugar de negro, lugar de branco?** São Paulo: Hedra, 2019. p. 9-12.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ANDRADE, A. L. M. S. Diáspora africana. **Portal Geledes**. 14 fev. 2017. Disponível em: www.geledes.org.br/diaspora-africana. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ANDRADE, E. Não sou um psicanalista? Negritude e antinegitude na psicanálise. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 405-418, 2022. Disponível em: www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/issue/view/20. Acesso em: 08 nov. 2023.
- AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido**. São Paulo: Escuta, 1990.
- BARROS, D. R. **Lugar de negro, lugar de branco?** São Paulo: Hedra, 2019.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspecto da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Global, 2008.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.
- BLEGER, J. Psicanálise do enquadre psicanalítico. In: BLEGER, J. **Simbiosis y ambigüedad: estudio psicoanalítico**. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 237-250. Disponível em: <https://spms.com.br/wp-content/uploads/2022/01/A-C-P-001.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. 1971. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Lei do Sexagenário; Lei Saraiva-Cotegipe. Regula a extinção gradual do elemento servil. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. 1885, p. 14 v. 1. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio. Princeza Imperial Regente. **Coleção de Leis da República do Brasil**. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/64000-confira-a-integra-da-lei-aurea/m. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial da União**, 3 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil** - 1890, p. 2664, v. X, 11 out. 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

CANAVÊZ, F.; HERZOG, R. A linguagem das resistências: considerações sobre o trauma na clínica psicanalítica. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 327-341, 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/agora/a/rrhFJKSQTq4fkYLCwkWpk6q/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COELHO JUNIOR, N. E. Os tempos do trauma. In: DAL MOLIN, E. C. **O terceiro tempo do trauma**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2016. p. 13-21.

CORREIA, P. M. *et al.* Tratamento para queloides: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 391-398, 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/rbcp/a/FJyCv7jFC5SwZpdHCh7Lf9h/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 out. 2023.

COSTA, J. F. Prefácio. In: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 1-16.

COSTA, J. F. *et al.* **Relações raciais na escuta psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2021.

COSTA, L. R.; SOUZA, J. E. M.; BARROS, L. C. A. Um histórico das políticas migratórias a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 14, n. 27, p. 167-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9733>. Acesso em: 25 ago. 2023.

DAL MOLIN, E. C. **O terceiro tempo do trauma**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2016.

DEZAN, A. L. Permita que eu fale e não minhas cicatrizes. In: GOMES, S. (org.). **Winnicott: Seminários Mineiros (Ambiente e Holding)**. Rio de Janeiro: INM Editora, 2023. p. 35-46.

DOLTO, F. **A imagem inconsciente do corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DOMINGUES, P. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DUNKER, C. I. L. Transítivismo e Letramento: constituição do sujeito e entrada no discurso alfabético. **Projeto “A Alfabetização e seus Avatares”**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/251936296/Transítivismo-e-Letramento-Constituicao-Do-Sujeito-e-Entrada-No-Discorso-Alfabetico>. Acesso em: 26 abr. 2024.

EDUARDO O LANDIM. **Pílula do Cotidiano**. Instagram. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/o.eduardolandim>. Acesso em: 10 fev. 2024.

EGÍDIO, A. Psicanálise e racismo: identificação, subjetividade e corpo negro. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, jul./dez. p. 83-93, 2021.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FAVERO, A. B.; RUDGE, A. M. Trauma e desmentido. **Psychologica**, n. 50, p. 169-180, 2009. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_50_8/423. Acesso em: 08 nov. 23.

FERENCZI, S. (1909). **Transferência e Introjeção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. (1911). Palavras Obscenas. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 125-138.

FERENCZI, S. (1913). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011a. p. 45-61.

FERENCZI, S. (1913). Ontogênese dos símbolos. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011b. p. 115-118.

FERENCZI, S. (1919). Psicanálise das neuroses de guerra. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 13-31.

FERENCZI, S. (1926). O problema da afirmação do desprazer: progressos no conhecimento do sentido da realidade. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 431-454.

FERENCZI, S. (1928). A adaptação da família à criança. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 1-15.

FERENCZI, S. (1929). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 55-60.

FERENCZI, S. (1932). **Diário Clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERENCZI, S. (1933). Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. *In: FERENCZI, S. Obras completas*. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 111-121.

FERENCZI, S. (1934). Reflexões sobre o trauma. *In: FERENCZI, S. Obras completas*. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 126-135.

FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, M. H. **O corpo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FERNANDES, W. S.; FERREIRA, R. C. A. Queloide: uma revisão dos tratamentos atualmente disponíveis. **Revista Brasileira da Ciência da Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 181-186, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/18141/12925>. Acesso em: 11 set. 2023.

FERRAZ, F. C. A tortuosa trajetória do corpo na psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 66-76, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v41n4/v41n4a07.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FREUD, S.; BREUER, J. (1893-1895). **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1891). **Sobre a concepção das afasias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

FREUD, S. (1896). Carta 52, de 6 de novembro de 1896. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889). *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 281.

FREUD, S. (1897). Carta 59, de 6 de abril de 1897. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889). *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 293.

FREUD, S. (1897). Rascunho M, anexo à Carta 63, de 25 de maio de 1897. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889). *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 300-303.

FREUD, S. (1897). Carta 69, de 21 de setembro de 1897. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889). *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 309-311.

FREUD, S. (1901). **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 119-229.

FREUD, S. (1912-1913). **Totem e Tabu**: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e dos neuróticos. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FREUD, S. (1913). O interesse da Psicanálise para as ciências não psicológicas. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 175-198.

FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-108.

FREUD, S. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-144.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **História de uma neurose infantil; Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. v. 14. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 161-239.

FREUD, S. (1923). O Eu e o Id. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. O Eu e o Id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). v. 16. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 13-74.

FREUD, S. (1925). A negação. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. O Eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). v. 16. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 275-282.

FREUD, S. (1926). Inibições, sintomas e angústia. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Inibições, sintomas e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos. v. 17. São Paulo: Cia. das Letras, 2014. p. 13-123.

FREUD, S. (1927). O fetichismo. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1916-1929). v. 17. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 303-310.

FREUD, S. (1927). **O Humor**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014. p. 322-330.

FREUD, S. (1932). Conferência XXXIII: Feminilidade. *In*: FREUD, S. **Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)**. v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 113-134.

FRÖHLICH, C. B.; KIERNIEW, J.; MOSCHEN, S. Ver o invisível do letramento. **Revista da FAEEBA** - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 29, n. 60, p. 191-210, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10509>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GARCIA-ROZA, L. A. As afasias de 1891. *In*: FREUD, S.; GARCIA-ROZA, L. A. **Sobre a concepção das afasias/ As afasias de 1891**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 125-171. (Coleção Freud & Seus Interlocutores).

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

GONÇALVES FILHO, J. M. A dominação racista. *In*: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a Psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 143-159.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Caderno de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 maio 2023.

GONDAR, J. As coisas nas palavras: Ferenczi e a linguagem. *In*: GONDAR, J.; REIS, E. S. **Com Ferenczi**: clínica, subjetivação, política. Rio de Janeiro: 7 Letra, 2017. p. 112-121.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afrolatino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

GORDON, L. R. **What Fanon said**: a philosophical introduction to his life and thought. New York: Fordham University Press Publication, 2015.

GUIMARÃES, G. **Leite do Peito**: contos. Belo Horizonte: Maza Edições, 2001.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

JORGE, M. A. C. Apresentação: das afasias à histeria. *In*: FREUD, S.; GARCIA-ROZA, L. A. **Sobre a concepção das afasias/ As afasias de 1891**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 7-12.

KAËS, R. **Um singular plural**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. C. O corpo em Psicanálise. **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 241-250, maio-Ago. 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/ptp/a/bVjD4hvChNCWssn8jbd5pSM/?lang=pt. Acesso em: 5 nov. 2023.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. *In*: LORDE, A. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 51-55.

MAESTRI FILHO, M. J. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.

MANNONI, O. **Chaves para o imaginário**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

- MEZAN, R. **O tronco e os ramos**: estudos de história da Psicanálise. São Paulo: Blucher, 2019.
- MONZANI, L. R. **Freud**: o movimento de um pensamento. São Paulo: Editora Unicamp, 2014.
- NASCIMENTO, B. **O negro visto por ele mesmo**: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro**. 1998. 143 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/significacoes-do-corpo-negro-isildinha-baptista-nogueira-tese.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.
- NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- PENOT, B. **Figuras da recusa**: aquém do negativo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PERON, P. R. Considerações teóricas ferencziana sobre o trauma. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 16, n. 1/2, p. 13-27, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18053>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- PINHEIRO, T. **Ferenczi**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.
- PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- POLI, M. C. Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 154-179, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282008000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2022.
- RATTS, A. Prefácio: O corpo-espelho negro. In: NASCIMENTO, B. **O negro visto por ele mesmo**: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 7-37.
- REIS, E. S.; GONDAR, J. **Com Ferenczi**: clínica, subjetivação, política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- RIVERA, T. **Psicanálise antropofágica (identidade, gênero, arte)**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2020.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- SAAD, L. **Eu e a supremacia branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. São Paulo: Rocco, 2020.
- SALES, J. **Racismo no Brasil**: um olhar psicanalítico. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na constituição da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SCHULZE, S. Preto e branco no espaço analítico: sobre objetos internos racista. **Revista Percurso 70**: Revista de Psicanálise, São Paulo, Ano 35, p. 9-26, jun. 2023.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SLAVUTZKY, A. As marcas da escravidão. In: SOUSA, E. L. A. (org.). **Psicanálise e colonização**: leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 143-147.

SLAVUTZKY, A. Apresentação. In: NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 17-22.

SOARES, M. Letramento em verbete: o que é letramento? In: SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 14-25.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TERRA, P. C. Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil e o Império Português numa perspectiva global (1870-1888). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 155-177, set. 2021.

TELLES, S. Apresentação. In: TELLES, S.; COROA, B. T. M.; PERON, P. (orgs.). **Debates clínicos**. v. 1. São Paulo: Blucher, 2019. p. 7-18.

TOSTA, R. M. O fazer do pesquisador e pesquisa analítica. In: KUBLIKOWSKI, I.; KAHHALE, E. M. S. P.; TOSTA, R. M. (orgs.). **Pesquisas em Psicologia Clínica**: contexto e desafios. São Paulo: EDUC, 2019. p. 285-304.

UCHITEL, M. **Neurose traumática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

VILLAS BOAS, F. Clínica psicanalítica das relações raciais: há muito passado pela frente. In: COSTA, J. F. *et al.* **Relações raciais na escuta psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2021. p. 47-59.

WINNICOTT, C. (1989). O Conceito de regressão clínica comparado com o de organização defensiva. In: WINNICOTT, C. (org.). **Explorações Psicanalíticas**: D.W. Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994. p. 151-156.

WINNICOTT, D. (1955-1956). Formas clínicas da transferência. *In*: WINNICOTT, D. **Da Pediatria à Psicanálise**. São Paulo: Ubu, 2021. p. 486-492.

WINNICOTT, D. (1956). Preocupação materna primária. *In*: WINNICOTT, D. **Da Pediatria à Psicanálise**. São Paulo: Ubu, 2021. p. 493-501.

WINOGRAD, M.; MENDES, L. C. Qual corpo para a psicanálise? Breve ensaio sobre o problema do corpo na obra de Freud. **Psicologia**: teoria e prática, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 211-223, 2009.

ZIMERMAN, D. E. Uma forma patológica de amar: o vínculo tantalizante. *In*: ZIMERMAN, D. E. **Manual de Técnica Psicanalítica**: uma re-visão. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 333-343. Disponível em: www.lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/David_E._Zimerman_Manual_de_Tecnica_Psicanalitica.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.